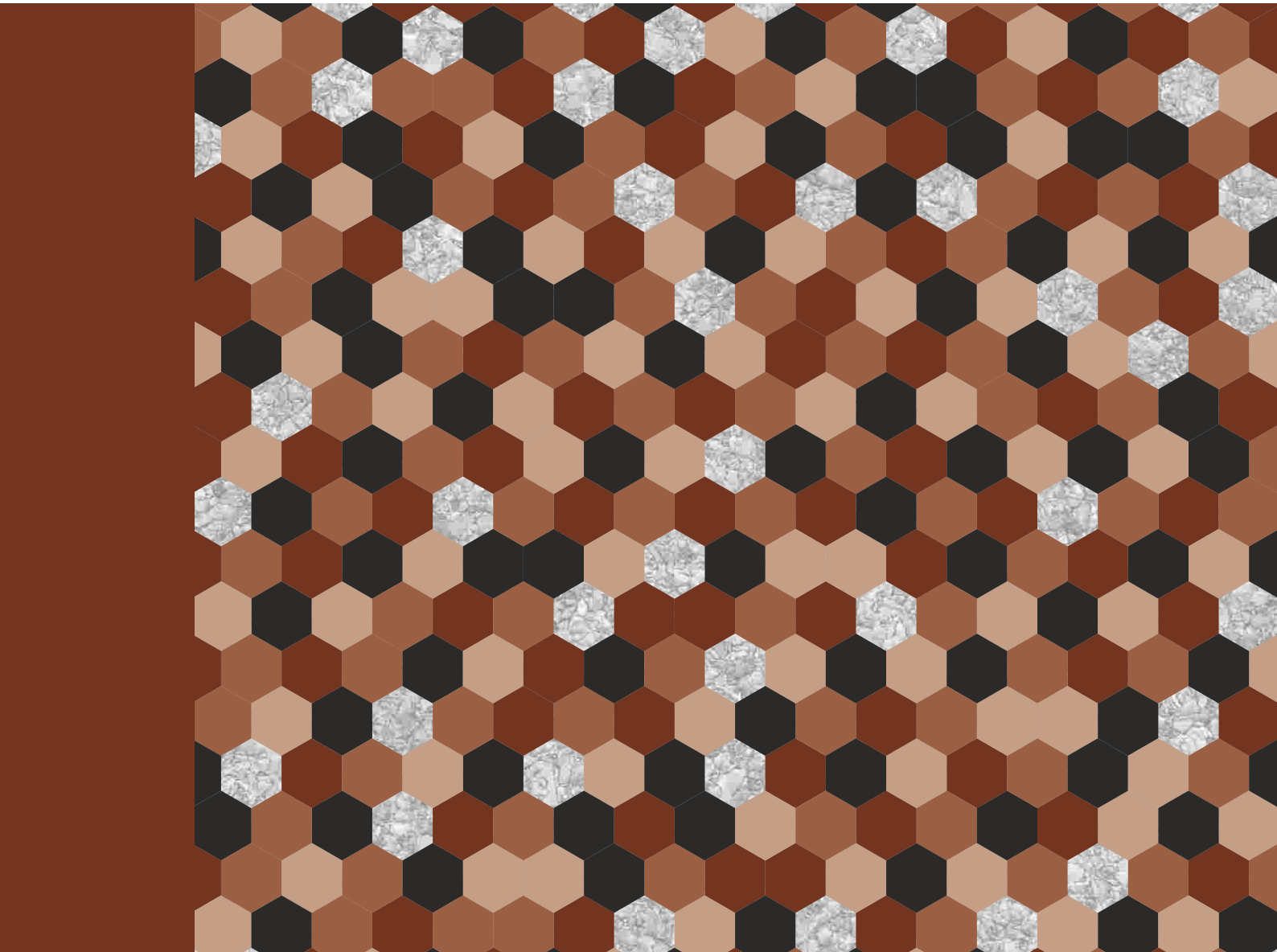
Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

2015 | 2016

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA



Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

2015|2016

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2016 · www.bportugal.pt

Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste • Banco de Portugal Rua do Comércio, 148 | 1100-150 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição e conteúdos Departamento de Relações Internacionais • Design Direção de Comunicação | Unidade de Imagem e Design Gráfico • Tiragem 250 exemplares • ISSN (impresso) 1646-2807 • ISSN (*online*) 2182-3189 • Depósito Legal n.º 235642/05

Índice

Enquadramento internacional | **7**

Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | **11**

1. Angola | **13**

2. Cabo Verde | **29**

3. Guiné-Bissau | **45**

4. Moçambique | **59**

5. São Tomé e Príncipe | **75**

6. Timor-Leste | **91**

Relações económicas e financeiras de Portugal
com os PALOP e Timor-Leste | **105**

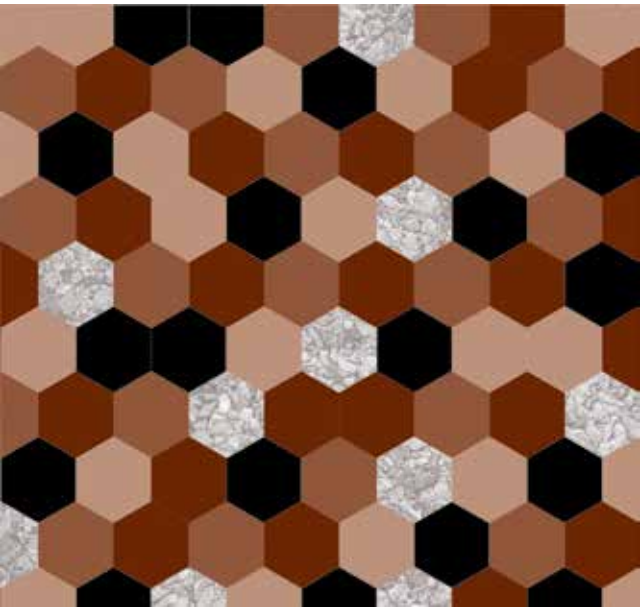
Nota prévia

O Banco de Portugal disponibiliza desde 1994 a publicação *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, através da qual procura contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste. Nesta publicação são divulgados dados macroeconómicos fundamentais de cada economia e informações sobre as relações económicas e financeiras de Portugal com aqueles países.

Excetuando o Enquadramento internacional, os textos foram preparados com base em informação recebida até ao final de julho do corrente ano, a qual corresponde, em alguns casos, a estimativas ou valores preliminares, suscetíveis de revisão posterior.

Tal como acontece desde a primeira edição, para a elaboração do presente relatório foi fundamental a colaboração dos bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e da Direção Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental para a Guiné-Bissau.

Setembro de 2016



Enquadramento internacional

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

As previsões apontam para a interrupção da sequência de cinco anos consecutivos de arrefecimento do ritmo de crescimento económico nas **economias emergentes e em desenvolvimento**, não se perspetivando todavia que 2016 traga uma retoma sólida do crescimento da **economia mundial** ou das **economias avançadas**.

Os sinais de reanimação de actividade económica que algumas regiões vêm testemunhando têm sido acompanhados de **incerteza** em torno de importantes processos políticos, **dúvidas sobre a perenidade** de fatores determinantes para o sucesso da retoma e **desafios estruturais ao crescimento** de longo prazo.

A **incerteza gerada pela perspetiva da saída do Reino Unido** da União Europeia – *Brexit* – é duradoura, na medida em que próprio processo de redefinição das relações tem contornos incertos e deverá ser longo. Após a forte depreciação da libra, mercados e agentes económicos têm dado sinais de uma reação contida ao resultado do referendo.

Os **preços internacionais de mercadorias** têm vindo a recuperar depois das intensas quedas sofridas, com destaque para o petróleo e o carvão. Importa notar que quebras involuntárias de produção e fenómenos ambientais particularmente adversos podem estar a impulsionar estas recuperações parciais nalgumas mercadorias.

Após quedas expressivas em 2015, os **fluxos de capitais dirigidos às economias emergentes** mostram sinais de retoma em 2016. Esta mudança de sentimento poderá refletir a recuperação dos preços internacionais de algumas mercadorias, a maior transparência na comunicação dos objetivos de política das autoridades chinesas e a expectativa de prolongamento da política monetária acomodatícia nas economias avançadas.

As **perspetivas de crescimento futuro das economias avançadas** continuam a enfrentar desafios importantes, tais como a garantia de qualidade dos ativos bancários, o envelhecimento populacional, o fraco crescimento da produtividade, o abrandamento da economia chinesa e o baixo crescimento do comércio internacional.

Em 2016, a aceleração das economias emergentes e em desenvolvimento será impulsionada sobretudo pelas regiões da Comunidade de Estados Independentes, Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão.

Gráfico 1 • PIB real

Taxas de variação anual, em percentagem | Economias selecionadas

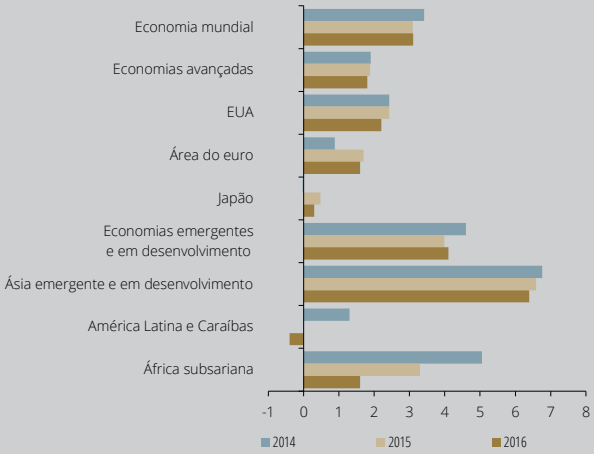
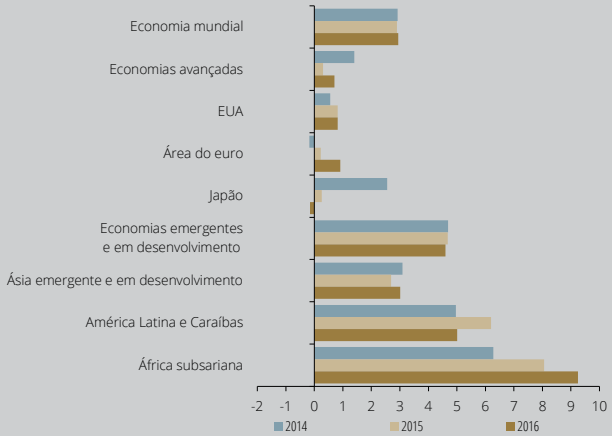


Gráfico 2 • Inflação

Taxas de variação homóloga do IPC, em percentagem | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, julho 2016.

Os indicadores de bom desempenho nas economias de China e Índia não deverão ser suficientes para evitar a trajetória de abrandamento na **Ásia emergente e em desenvolvimento**. No caso chinês, a política económica e o crescimento do crédito deverão impulsionar a atividade e espera-se que consumo e serviços ganhem protagonismo, dando expressão ao rebalanceamento da economia. Na Índia, a retoma deverá robustecer-se, também em virtude da eficácia da política económica, à qual se juntarão desenvolvimentos externos favoráveis, como a melhoria dos termos de troca.

Na região da **América Latina** e **Caraíbas**, a recessão deverá confirmar-se em 2016, apesar das indicações de que a sua maior economia, o Brasil, regressará a uma trajetória ascendente das taxas de variação do produto (ainda negativas). Estes sinais relativamente à economia brasileira podem indiciar o desvanecimento dos efeitos negativos da quebra dos preços internacionais de mercadorias, dos ajustes aos preços administrativos e da incerteza em torno dos recentes desenvolvimentos políticos.

A tendência de abrandamento na **África Subsariana** será determinada sobretudo pela estagnação na África do Sul e pela entrada da economia nigeriana em recessão, país onde, em particular, o ano de 2016 tem sido marcado por significativas perdas de reservas, conflitos militares e quebras de fornecimento de energia elétrica.

O ano de 2015 encerrou uma década caracterizada por um bom ritmo de **convergência de rendimento real per capita entre as regiões em desenvolvimento e as economias avançadas**. As incertezas e dúvidas que caracterizam o atual panorama económico e político internacional requerem acção determinada por parte das autoridades de política económica das várias regiões do Mundo para que se possa abrir caminho a uma nova década de convergência. Um bom mote foi já lançado pela Presidência chinesa do G20, que logrou congregar vontades em torno de estratégias como a coordenação de políticas orçamentais, estruturais e monetárias, em prol de um crescimento global mais inclusivo.

Gráfico 3 • Balança corrente externa

Em percentagem do PIB | Economias selecionadas

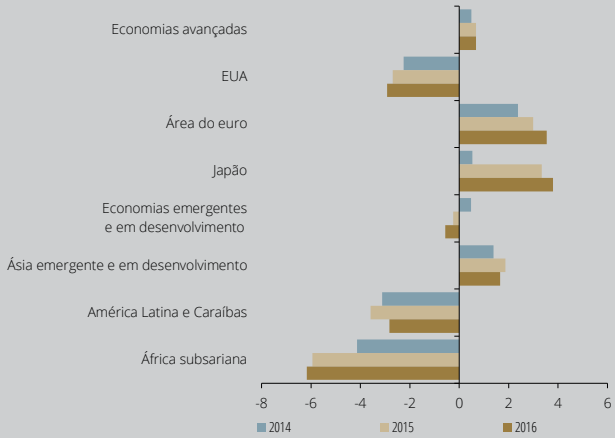
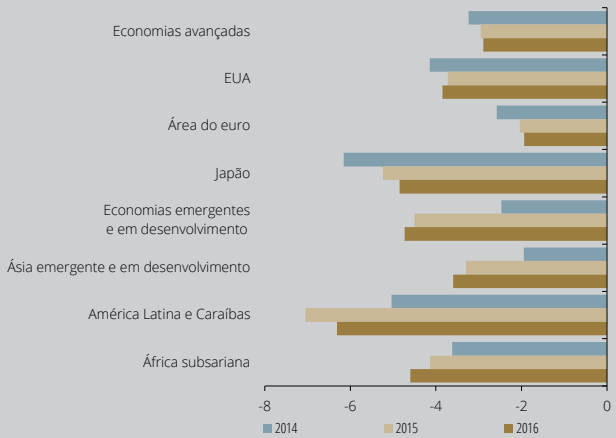
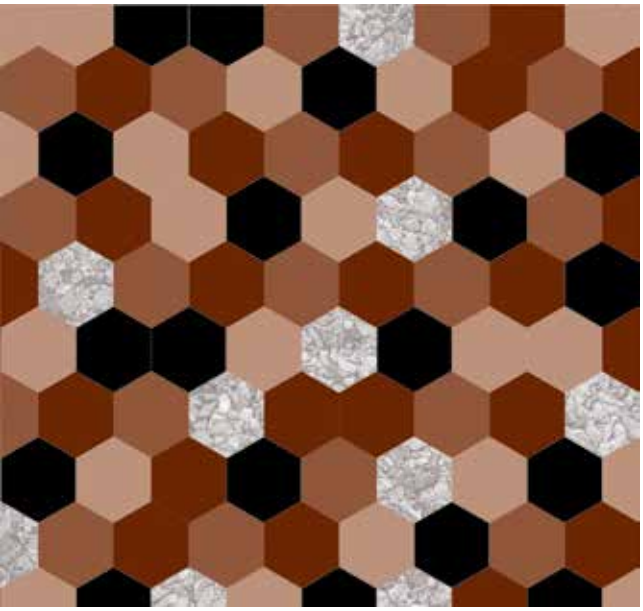


Gráfico 4 • Saldo orçamental

Em percentagem do PIB | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, julho 2016.



Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

1. Angola
2. Cabo Verde
3. Guiné-Bissau
4. Moçambique
5. São Tomé e Príncipe
6. Timor-Leste

1. Angola

Área: 1 246 700 Km^2

Capital: Luanda

População: 25,0 milhões
(2015; fonte: ONU)

Moeda: Kwanza

A economia angolana continua a sofrer os efeitos da queda do preço do petróleo. O ritmo de expansão económica prossegue em marcada desaceleração, perspetivando-se para 2016 a taxa de crescimento mais baixa das últimas duas décadas. A economia apresentou défices gémeos nas contas públicas e externas pelo segundo ano consecutivo, projetando-se a repetição deste cenário este ano. As pressões inflacionistas, originadas em grande medida pela forte depreciação do kwanza, reconduziram a taxa de inflação a dois dígitos. Os ganhos de competitividade externa verificados no último ano poderão contribuir positivamente para o esforço de diversificação da economia.

A conjuntura económica em Angola em 2015 continuou **fortemente condicionada pelos desenvolvimentos nos mercados internacionais de petróleo**. A quebra de quase dois terços no preço do petróleo Brent (referência para o crude angolano) entre junho de 2014 e dezembro de 2015 provocou graves constrangimentos à atividade económica – o setor petrolífero representava cerca de 40 por cento da riqueza produzida (estimativas preliminares apontam para um peso de 24 por cento em 2015). Apesar de alguma recuperação no preço da matéria-prima na primeira metade de 2016, para perto de 50 dólares por barril, este valor continua longe dos preços de três dígitos registados nos dois anos que antecederam o atual choque.

O impacto negativo deste desafiante ambiente externo foi transversal a todos os setores da economia, com particular destaque para as dificuldades enfrentadas pelo setor não-petrolífero, geradas em grande medida pela escassez de divisas. **A economia voltou a abrandar em 2015**, registando um crescimento de 3 por cento, o valor mais baixo desde 2009. A persistência do atual contexto adverso durante a primeira metade de 2016 levou as autoridades angolanas a **rever em baixa as suas projeções de crescimento para este ano**, de 3,3 para 1,3 por cento.

Um dos principais mecanismos de transmis-são do choque do preço do petróleo à economia angolana fez-se por via das transações com o exterior – **o setor petrolífero é responsável por cerca de 95 por cento das exportações de bens**. Deste modo, a diminuição do valor do petróleo bruto exportado (-44,4 por cento face a 2014) contribuiu decisivamente para o **agravamento das contas externas em 2015**, tendo o défice da balança corrente atingido 8,5 por cento do PIB (deterioração de 5,6 pontos percentuais face a 2014). O saldo da balança global apresentou também, pelo segundo ano consecutivo, um valor negativo em 2015, mais uma vez financiado com **recurso às reservas cambiais oficiais**. Esta continuada pressão sobre o nível de reservas obrigou à imposição de controlos no acesso a divisas, o que se repercutiu numa considerável contração das importações de bens e serviços (-30,5 por cento face a 2014). **Em 2016 é esperada uma nova deterioração das contas externas**, projetando-se um défice corrente de 14,9 por cento do PIB.

Outro importante mecanismo de transmissão deste choque exógeno ocorreu por via das **finanças públicas que, à semelhança do que sucedera no ano anterior, voltaram a apresentar um saldo deficitário** (-4,3 por cento do PIB). Para este resultado contribuiu decisivamente a queda das receitas petrolíferas (-45,6 por cento), que representaram cerca de 13 por cento do PIB (o que compara com 30,1 por cento ainda em 2013). Este segundo ano consecutivo de défices gémeos é sintomático da **exposição das contas públicas e externas às flutuações no preço do petróleo**, tal como já tinha ficado demonstrado em 2009, na sequência de um choque semelhante (embora de menor duração).

Para 2016, as autoridades angolanas preveem um agravamento do défice público para 6 por cento do PIB, segundo a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE). De acordo com as informações avançadas pelo Ministério das Finanças, nesta nova versão do OGE há ainda a destacar a revisão em baixa dos montantes de receita e despesa pública esperados (-26,6 e -20,0 por cento, respetivamente) e do preço médio do barril de petróleo (de 45 para 41 dólares).

A dívida pública continuou numa trajetória ascendente, tendo-se situado, de acordo com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional, em 62,3 por cento do PIB em 2015, o que representa um aumento de 21,7 pontos percentuais face a 2014. **A dívida externa também tem seguido uma tendência de subida**, estimando-se que em 2015 tenha aumentado 6,6 pontos percentuais, para 34,9 por cento do PIB.

A deterioração das condições económicas em Angola, conjugada com um sentimento de algum pessimismo, continuou a **pressionar a cotação do kwanza** em 2015, tendo a moeda

perdido perto de um quarto do seu valor face ao dólar e mais de 14 por cento face ao euro. A tendência de depreciação prosseguiu no início deste ano, fixando a perda acumulada entre janeiro de 2015 e maio de 2016 em 38 por cento face ao dólar e em 32 por cento face ao euro. Em resultado destes desenvolvimentos no mercado cambial, a economia angolana registou um **ganho de competitividade face aos seus principais parceiros comerciais**, quando aferida pelo índice de taxa de câmbio efetiva (ITCE). Estes ganhos de competitividade – mais substanciais em termos nominais (depreciação de 21 por cento do ITCE em 2015) do que em termos reais (depreciação de 11,4 por cento), dada a evolução do nível geral de preços em Angola – poderão potenciar exportações de novos produtos e contribuir positivamente para o esforço de diversificação da economia.

A conjugação dos efeitos resultantes da desvalorização do kwanza, da remoção de subsídios aos combustíveis e de condições monetárias acomodatícias (a massa monetária expandiu 11,8 por cento em 2015 e 14,4 por cento nos primeiros cinco meses deste ano) redundou numa **aceleração da cadência inflacionária**, que retornou a taxa de inflação aos dois dígitos. Depois de um longo processo de desinflação bem sucedido, durante o qual a manutenção da estabilidade cambial face ao dólar constituiu o principal instrumento de combate à (hiper)inflação, a taxa de inflação inverteu a tendência de forma muito acentuada, tendo encerrado 2015 em 14,3 por cento. **No primeiro semestre de 2016 esta tendência intensificou-se**, tendo sido registada uma taxa de inflação homóloga de 31,8 por cento em junho, bastante acima do intervalo definido como objetivo para o ano (entre 11 e 13 por cento).

Relativamente à situação do sistema financeiro, os dados parecem denotar alguma **tendência de deterioração dos principais indicadores de estabilidade financeira**. O nível de crédito em incumprimento tem vindo a aumentar nos últimos anos, tendo-se fixado em 13,2 por cento do crédito total em abril de 2016. Os últimos meses têm também revelado alguma degradação dos rácios de solvabilidade das instituições financeiras angolanas, que tem sido acompanhada de uma diminuição da rendibilidade do negócio. Em 2015 e início de 2016, o nível de dolarização do setor bancário inverteu a tendência de diminuição dos últimos anos, o que, tendo em conta os desenvolvimentos no mercado cambial, poderá representar uma fonte de risco para a estabilidade financeira (o crédito em moeda estrangeira representava em abril deste ano 34,8 por cento do total de crédito concedido).

Motivado pela difícil conjuntura que o país atravessa, foi conhecido, em abril de 2016, o pedido endereçado pelas autoridades angolanas ao FMI, solicitando o início de discussões com vista à implementação de um programa de ajustamento apoiado financeiramente pela *Extended Fund Facility*. Este pedido viria contudo a ser retirado no final de junho, perante a nova leitura das autoridades nacionais relativamente às perspetivas sobre a evolução do preço de petróleo.

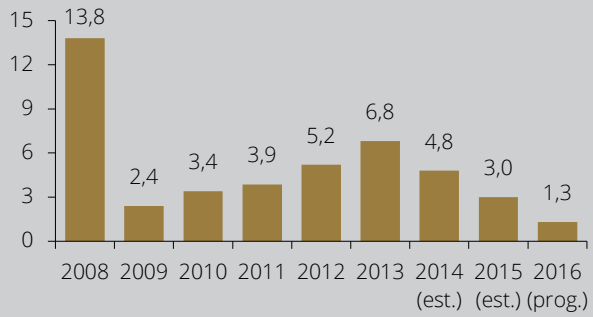
Quadro 1 • Principais indicadores económicos

	2012	2013	2014	2015	2016
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	5,2	6,8	4,8	3,0	1,3
Inflação (taxa de variação homóloga)	9,0	7,7	7,5	14,3	[11,0-13,0]
Massa monetária (taxa de variação anual)	5,7	13,2	16,2	11,8	–
Balança corrente (% do PIB)	12,0	6,7	-2,9	-8,5	-14,9
Saldo orçamental (% do PIB)	6,6	0,3	-6,6	-4,3	-5,7
Dívida pública externa (% do PIB)	19,6	22,6	28,4	34,9	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Gráfico 5 • PIB real

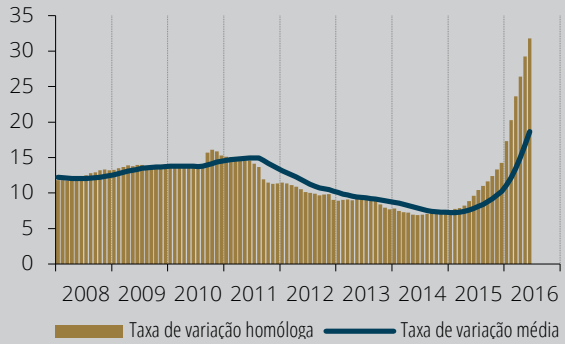
Taxas de variação anual, em %



A economia continua numa trajetória de desaceleração, coincidente com a quebra do preço do petróleo iniciada na segunda metade de 2014. O ritmo de crescimento em 2015 terá sido também influenciado pelo abrandamento da atividade no setor não-petrolífero.

Gráfico 6 • Inflação

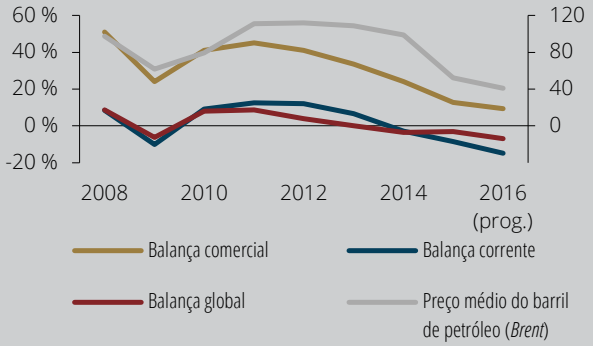
Variação anual do IPC, em %



A taxa de inflação voltou a atingir os dois dígitos em julho de 2015, prolongando a sua trajetória ascendente até ao final do primeiro semestre de 2016. A forte desvalorização do kwanza neste período constitui o principal fator explicativo desta tendência.

Gráfico 7 • Contas externas

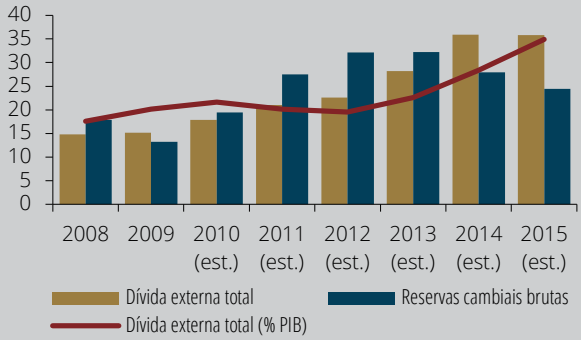
Em % do PIB, preço do barril de petróleo em USD



A dependência face ao comportamento do preço do petróleo também se manifestou de forma evidente nas contas externas, que se deterioram face a 2014; é esperada a continuação desta trajetória em 2016, ainda que de forma menos acentuada.

Gráfico 8 • Dívida pública externa e reservas cambiais

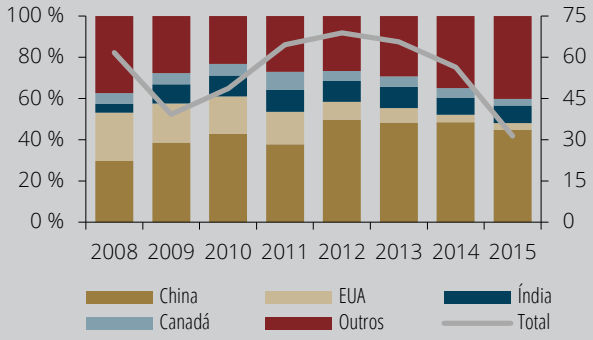
Em mil milhões de USD



A pressão sobre o nível de reservas cambiais mantém-se, apesar das autoridades estarem a permitir a desvalorização gradual do kwanza. O peso da dívida externa voltou a aumentar, pelo terceiro ano consecutivo.

Gráfico 9 • Exportações de petróleo bruto

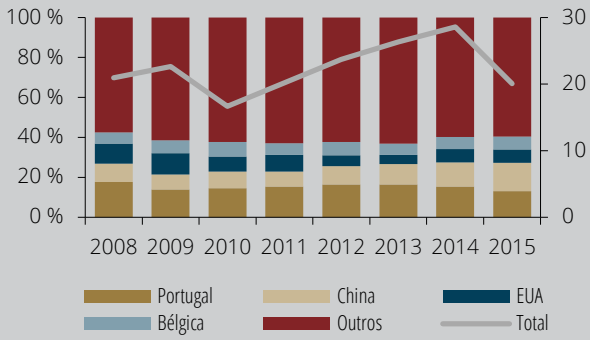
Destinos em %, total em mil milhões de USD



A distribuição geográfica das exportações tem permanecido relativamente estável. As vendas de petróleo bruto ao exterior, principal fonte de acumulação de divisas, recuaram 44,4 por cento face a 2014, atingindo um nível inferior ao registado em 2009.

Gráfico 10 • Importações de mercadorias

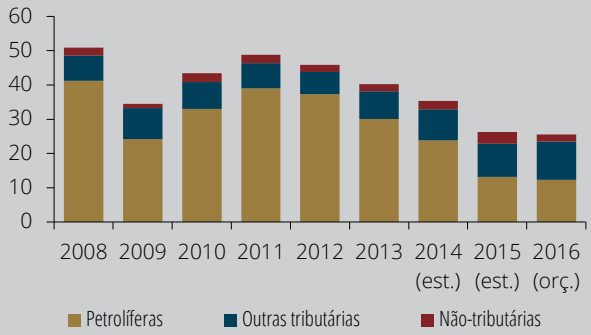
Origens em %, total em mil milhões de USD



A China destronou Portugal como principal fornecedor de bens em 2015. O crescente aumento da quota de mercado dos produtos provenientes daquele país ocorre num momento de intensificação das relações bilaterais, particularmente evidente ao nível da contratação de novas linhas de crédito.

Gráfico 11 • Receitas públicas

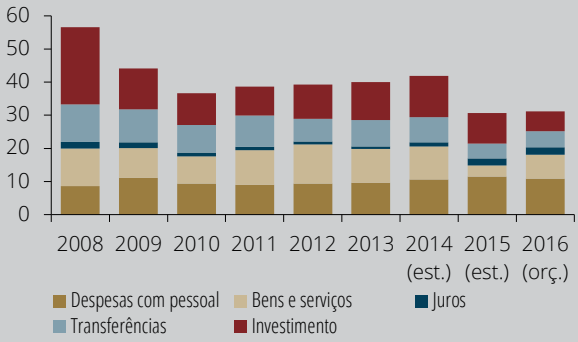
Em % do PIB



A quebra significativa das receitas petrolíferas em 2015 (-45,6 por cento face a 2014) reduziu o peso desta fonte de receita para menos de metade do total, o que compara com valores superiores a três quartos nos anos que antecederam o choque no preço do petróleo.

Gráfico 12 • Despesas públicas

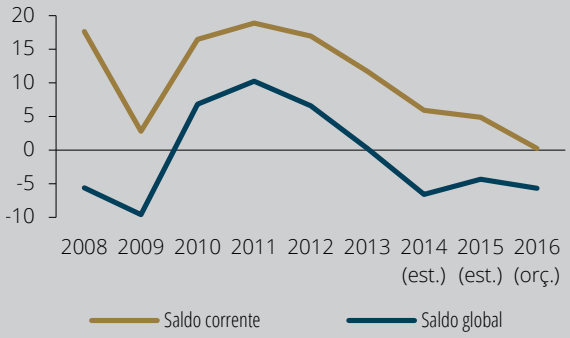
Em % do PIB



A maior pressão orçamental gerada pela quebra de receitas obrigou a uma forte contenção da despesa pública (-27,7 por cento face a 2014). Os gastos com bens e serviços foram os mais afetados, registando uma queda de dois terços quando comparado com 2014.

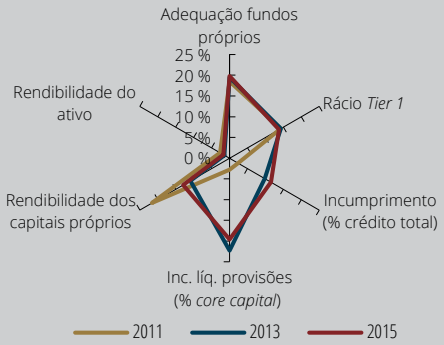
Gráfico 13 • Contas públicas

Em % do PIB



Pelo segundo ano consecutivo, as contas públicas fecharam em terreno negativo, perspetivando-se o mesmo cenário em 2016. De modo a conter o agravamento do défice, o investimento público tem sido o mais afetado, recuando quase 50 por cento entre 2014 e o previsto para 2016.

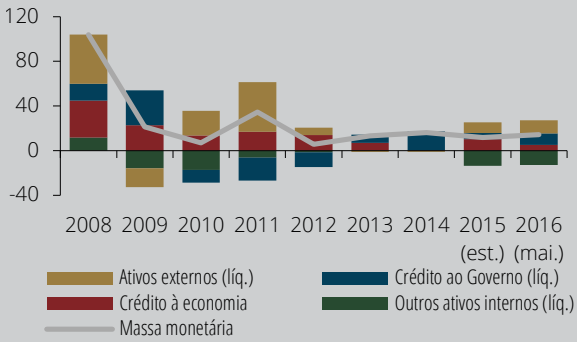
Gráfico 14 • Estabilidade financeira



Os indicadores de estabilidade financeira apresentam sinais de deterioração nos últimos meses, refletindo o desafiante contexto económico e financeiro que o país atravessa.

Gráfico 15 • Fatores de variação da liquidez

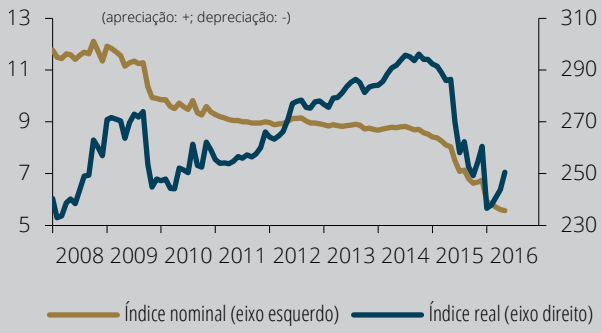
Variações em % do valor inicial da massa monetária



O ritmo de expansão da massa monetária tem-se mantido relativamente constante nos últimos anos. Durante o ano de 2015 e nos primeiros cinco meses de 2016, a evolução dos ativos externos líquidos e do crédito interno constituíram os principais fatores de expansão da liquidez.

Gráfico 16 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



A contínua desvalorização do kwanza (superior a 40 por cento face ao dólar entre setembro de 2014 e maio de 2016), resultou num considerável ganho de competitividade. Esses ganhos foram contudo parcialmente limitados, em termos reais, pelo aumento da cadência inflacionária no país.

Quadro 2 • Indicadores económicos

		2011	2012	2013	2014	2015		2016	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	mil milhões de AOA	9780	11 011	12 056	12 462	11 942	12 323	13 786	–
	mil milhões de EUR	74,9	89,7	94,0	95,3	–	92,4	–	–
	mil milhões de USD	104,3	115,4	124,9	126,7	106,1	102,7	81,5	–
PIB real	taxa variação anual	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,0	1,3	–
Setor petrolífero	taxa variação anual	-5,4	4,5	-0,9	-2,6	..	..	..	–
Outros setores	taxa variação anual	9,5	5,5	10,9	8,2	..	..	..	–
Inflação (IPC-Luanda)	taxa var. homóloga	11,4	9,0	7,7	7,5	9,0	14,3	[11,0-13,0]	31,8 jun.
	taxa var. média anual	13,5	10,3	8,8	7,3	–	10,3	–	18,7 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% PIB	48,8	45,9	40,2	35,3	22,5	26,3	25,5	–
Receitas petrolíferas	% PIB	39,0	37,3	30,1	23,8	8,7	13,1	12,3	–
Despesas totais	% PIB	38,6	39,3	39,9	41,9	29,3	30,6	31,2	–
Despesas correntes	% PIB	29,9	28,9	28,5	29,4	24,0	21,4	25,2	–
Despesas de investimento	% PIB	8,6	10,4	11,4	12,5	5,3	9,2	5,9	–
Saldo global (base compromissos)	% PIB	10,2	6,6	0,3	-6,6	-6,8	-4,3	-5,7	–
Saldo global (base caixa)	% PIB	11,8	9,2	3,0	-2,4	-6,8	-4,3	-5,7	–
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos	taxa variação anual	71,7	8,2	-1,2	-1,1	..	15,8	..	19,0 mai.
Crédito à economia	taxa variação anual	27,4	23,9	10,5	0,7	..	17,7	..	8,4 mai.
Massa monetária (M3)	taxa variação anual	34,6	5,7	13,2	16,2	..	11,8	..	14,4 mai
Taxas de juro									
Crédito em moeda nac.[a] (180 d)	taxa anual	18,1	15,3	15,1	17,4	..	15,4	..	16,0 mai.
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual	6,7	4,7	3,9	4,3	..	5,2	..	5,1 mai.
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual	2,7	2,3	2,2	2,3	..	2,5	..	2,5 mai.
Títulos do Banco Central (63 d)	taxa anual	7,2	4,1	4,0	–	..	–	..	–
Bilhetes do Tesouro (182 d)	taxa anual	4,8	3,7	3,6	7,1	..	15,0	..	17,7 mai.
Obrigações do Tesouro[b] (3 anos)	taxa anual	7,0	7,3	7,3	7,3	..	–	..	7,3 mai.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios	percentagem	18,5	18,3	19,5	19,8	..	19,8	..	18,8 abr.
Incumprimento	% crédito total	2,4	6,8	9,8	11,7	..	11,6	..	13,2 abr.
ROE - Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem	21,6	12,5	10,9	4,9	..	12,9	..	8,0 abr.
Balança de pagamentos									
Exportações (em USD correntes)	taxa variação anual	33,2	5,6	-3,2	-12,5	-51,7	-42,6	-16,5	–
Importações (em USD correntes)	taxa variação anual	23,9	4,4	7,3	8,8	-20,5	-30,5	-3,6	–
Balança comercial	% PIB	45,2	41,0	33,5	24,1	3,9	12,8	9,5	–
Balança corrente	% PIB	12,6	12,0	6,7	-2,9	-17,6	-8,5	-14,9	–
Reservas cambiais (brutas)	mil milhões de USD	27,5	32,2	32,2	27,9	..	24,4	..	24,4 mai.
Dívida pública externa									
Dívida pública externa total	mil milhões de EUR	15,1	17,6	21,2	27,0	..	32,3	..	–
	mil milhões de USD	21,0	22,6	28,2	35,9	38,3	35,9	..	–
	% PIB	20,1	19,6	22,6	28,4	36,1	34,9	..	–
Taxas de câmbio									–
Taxa bilateral EUR/AOA	taxa média	130,6	122,7	128,2	130,7	..	133,3	..	185,4 mai.
Taxa bilateral USD/AOA	taxa média	93,8	95,4	96,5	98,3	..	120,0	..	165,9 mai.
ITCE nominal [apreciação: +][c]	taxa variação anual	-4,0	-0,9	-2,4	-2,0	..	-21,0	..	-17,3 mai.
ITCE real [apreciação: +][c]	taxa variação anual	2,7	4,5	2,2	3,5	..	-11,4	..	-3,8 mai.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Crédito concedido a empresas; (b) Obrigações emitidas em AOA mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOA; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2010/2014.

Quadro 3 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Kwanzas

	2011	2012	2013	2014	2015		2016
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Agricultura	908	776	1195	1410	–	1623	1871
Pescas e derivados	23	27	30	38	–	47	48
Diamantes e outros	91	89	95	81	–	121	146
Petróleo	4753	5160	5018	4414	–	2958	3283
Indústria transformadora	598	752	884	1012	–	1132	1324
Construção	769	947	1109	1267	–	1499	1673
Energia	11	14	20	25	–	29	41
Serviços mercantis	1942	2428	2813	3215	–	3755	4147
Outros	685	819	892	1001	–	1157	1253
Produto interno bruto (preços de mercado)	9780	11 011	12 056	12 462	11 942	12 323	13 786
Para memória:							
PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)	74,9	89,7	94,0	95,3	–	92,4	–
PIBpm nominal (em mil milhões de USD)	104,3	115,4	124,9	126,7	106,1	102,7	81,5
PIBpm nominal (em AOA, variação anual em %)	29,0	12,6	9,5	3,4	-4,2	-1,1	11,9
PIB real (variação anual em %)	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,0	1,3
Setor petrolífero	-5,4	4,5	-0,9	-2,6	–	–	–
Outros setores	9,5	5,5	10,9	8,2	–	–	–

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 4 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2001	Dezembro	–	116,1	116,1	152,6
2002	Dezembro	–	105,6	105,6	109,0
2003	Dezembro	–	76,6	76,6	98,2
2004	Dezembro	–	31,0	31,0	43,5
2005	Dezembro	–	18,5	18,5	23,0
2006	Dezembro	–	12,2	12,2	13,3
2007	Dezembro	–	11,7	11,7	12,2
2008	Dezembro	–	13,2	13,2	12,5
2009	Dezembro	–	14,0	14,0	13,7
2010	Dezembro	–	15,3	15,3	14,5
2011	Dezembro	–	11,4	11,4	13,5
2012	Dezembro	–	9,0	9,0	10,3
2013	Dezembro	–	7,7	7,7	8,8
2014	Dezembro	–	7,5	7,5	7,3
2015	Dezembro	–	14,3	14,3	10,3
2014	Janeiro	0,8	0,8	7,8	8,7
	Fevereiro	0,5	1,2	7,5	8,6
	Março	0,5	1,8	7,3	8,4
	Abril	0,5	2,3	7,2	8,3
	Maio	0,6	2,9	6,9	8,1
	Junho	0,6	3,5	6,9	7,9
	Julho	0,6	4,1	7,0	7,7
	Agosto	0,6	4,8	7,1	7,5
	Setembro	0,6	5,4	7,2	7,4
	Outubro	0,7	6,1	7,5	7,3
	Novembro	0,5	6,7	7,5	7,3
	Dezembro	0,7	7,5	7,5	7,3
	Dezembro (prog.)	–	–	[7,0-9,0]	–
2015	Janeiro	0,7	0,7	7,4	7,2
	Fevereiro	0,8	1,5	7,7	7,3
	Março	0,6	2,1	7,9	7,3
	Abril	0,9	3,0	8,2	7,4
	Maio	1,2	4,2	8,9	7,6
	Junho	1,3	5,5	9,6	7,8
	Julho	1,3	7,0	10,4	8,1
	Agosto	1,1	8,2	11,0	8,4
	Setembro	1,2	9,5	11,7	8,8
	Outubro	1,4	11,0	12,4	9,2
	Novembro	1,3	12,5	13,3	9,7
	Dezembro	1,6	14,3	14,3	10,3
	Dezembro (prog.)	–	–	9,0	–
2016	Janeiro	3,4	3,4	17,3	11,1
	Fevereiro	3,3	6,8	20,3	12,2
	Março	3,4	10,5	23,6	13,5
	Abril	3,1	13,9	26,4	15,0
	Maio	3,5	17,9	29,2	16,8
	Junho	3,3	21,7	31,8	18,7
	Dezembro (prog.)	–	–	[11,0-13,0]	–

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 5 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	13 085	13 853	8348	-3722	-18 665	-8748	-12 130
Mercadorias	47 082	47 376	41 903	30 583	4088	13 149	7738
Exportações (f.o.b.)	67 310	71 093	68 247	59 170	27 980	33 200	27 550
Setor petrolífero	65 591	69 716	66 902	57 642	26 745	31 852	25 864
das quais: Petróleo bruto	64 539	68 871	65 611	56 364	–	31 353	–
Diamantes	1205	1159	1167	1335	–	1147	–
Outras	514	218	177	193	–	201	–
Importações (f.o.b.)	-20 228	-23 717	-26 344	-28 587	-23 892	-20 052	-19 811
Serviços e rendimentos	-32 635	-31 761	-31 431	-32 096	-21 359	-20 553	-18 906
Serviços (líq.)	-22 938	-21 339	-21 531	-23 246	-17 245	-15 430	-14 430
Créditos	732	780	1316	1681	1406	1732	1621
Débitos	-23 670	-22 119	-22 846	-24 928	-18 651	-17 162	-16 051
dos quais: Transportes e viagens	-3810	-4597	-4926	-5630	-4539	–	–
Construção	-7932	-6230	-5049	-6673	-3586	-3547	-3335
Assistência técnica	-9173	-8908	-9265	-10 050	-7856	-7478	-6640
Rendimentos (líq.)	-9697	-10 422	-9900	-8850	-4114	-5123	-4476
dos quais: Débito de juros	-534	-662	-1090	-1066	-858	-791	-988
Dividendos e lucros	-9040	-9722	-9331	-7850	-3744	-4459	-3621
Transferências correntes (líq.)	-1362	-1762	-2123	-2209	-1394	-1344	-963
Balança de Capital e Financeira	-3979	-8884	-8209	-961	10 659	5679	6511
Transferências de capital (líq.)	2	0	0	0	0	0	0
Investimento direto estrangeiro (líq.)	-5116	-9639	-13 164	-2331	6534	6789	7121
No interior (líq.)[a]	-3024	-6222	–	–	–	–	–
No exterior (líq.)	-2093	-3417	–	–	–	–	–
Outros capitais líquidos	1135	755	4955	1370	4125	-1110	-611
Erros e omissões	-17	-326	-55	266	0	0	0
Balança Global	9088	4643	84	-4417	-8005	-3069	-5619
Financiamento	-9088	-4643	-84	4417	8005	3069	–
Variação das Reservas oficiais (líq.) (aumento: -)	-9054	-4642	-90	4418	8005	3069	–
Financiamento excecional[b]	-34	-1	6	-1	0	0	–
Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	0	0	–
Para memória:							
Balança comercial (em percentagem do PIB)	45,2	41,0	33,5	24,1	3,9	12,8	9,5
Balança corrente (em percentagem do PIB)	12,6	12,0	6,7	-2,9	-17,6	-8,5	-14,9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Os valores negativos posteriores a 2010 (desinvestimento em Angola) refletem sobretudo o maior peso da componente que corresponde à recuperação do investimento anteriormente feito por empresas petrolíferas estrangeiras; (b) Essencialmente variação de atrasados e perdão ou reescalonamento de dívida.

Quadro 6 • Exportações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD | Países, em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2008 a 2015
							Est.	Est.	Est.
Exportações totais	63 914	40 828	50 595	67 310	71 093	68 247	59 170	33 200	–
Petróleo bruto	61 666	39 271	48 629	64 539	68 871	65 611	56 364	31 353	–
Prod. refinados de petróleo e gás	792	532	722	1052	845	1291	1278	499	–
Diamantes	1210	814	976	1205	1159	1167	1335	1147	–
Outros	247	212	267	514	218	177	193	201	–
Exportações por destino[a]									
África do Sul	4,1	3,2	3,1	2,6	4,2	2,7	3,4	4,3	3,4
Canadá	5,2	5,4	5,8	8,7	5,0	5,0	4,6	3,3	5,5
China	29,7	38,5	42,8	37,7	49,6	48,3	48,5	44,9	42,6
EUA	23,3	19,0	18,1	15,9	8,7	7,0	3,5	3,1	12,5
França	5,0	7,6	3,7	3,2	1,6	2,0	3,5	5,0	3,7
Índia	4,3	9,4	10,1	10,7	10,1	10,3	8,3	8,5	9,0
Portugal	0,8	0,5	1,8	2,4	2,5	4,7	3,4	3,8	2,5
Taiwan	2,5	2,9	4,8	8,2	6,1	5,3	4,6	4,5	5,1
Outros	25,1	13,5	9,8	10,6	12,2	14,6	20,1	22,6	15,8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro 7 • Importações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD | Países, em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2008 a 2015
							Est.	Est.	Est.
Importações totais	20 982	22 660	16 667	20 228	23 717	26 344	28 587	20 052	–
das quais: SNA[a]	14 828	22 548	16 667	20 228	23 717	26 344	28 587	20 052	–
Importações por origem									
África do Sul	3,6	3,9	4,0	3,8	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8
Bélgica	5,7	6,4	7,3	6,0	6,7	5,5	6,0	6,6	6,2
Brasil	5,1	6,2	5,1	4,2	4,4	4,3	4,4	4,0	4,7
China	9,1	7,4	8,5	7,6	9,2	10,1	12,2	14,3	9,9
EUA	10,0	10,7	7,4	8,2	5,5	4,7	6,8	6,5	7,3
Portugal	17,7	14,0	14,5	15,4	16,4	16,4	15,3	13,1	15,3
Reino Unido	4,1	4,4	5,1	2,9	2,4	3,4	4,0	3,2	3,6
Outros	44,7	46,9	48,1	52,0	51,7	51,8	47,7	48,6	49,2

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Dados do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola.

Quadro 8 • Dívida pública externa e reservas cambiais

Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	
					Prog.	Est.
Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	30 604	32 937	31 941	30 191	–	26 386
das quais: Reservas cambiais (brutas)	27 517	32 166	32 231	27 948	–	24 420
Dívida Pública Externa (incluindo Atrasados)	20 992	22 583	28 178	35 933	38 286	35 852
Comercial	13 125	13 786	18 143	26 474	–	26 708
Banca	12 105	12 813	16 590	24 005	–	23 781
Empresas	1020	974	1553	2470	–	2927
Oficial bilateral	6221	6978	8433	7788	–	7721
Oficial multilateral	1640	1813	1598	1666	–	1420
Comissões	5	6	4	4	–	3
Para memória:						
DLX (em % do PIB)	29,4	28,5	25,6	23,8	–	25,7
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	26,4	27,9	25,8	22,1	–	23,8
Dívida externa total (em % do PIB)	20,1	19,6	22,6	28,4	36,1	34,9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 9 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Kwanzas

	2011	2012	2013	2014	2015			2016
				Est	Orç.	Est.	g.e.[a]	Orç.
1. Receitas Totais	4776	5054	4849	4403	2693	3241	120,4	3515
Receitas tributárias	4528	4826	4602	4098	2476	2821	113,9	3235
Receitas petrolíferas	3817	4103	3630	2970	1039	1616	155,5	1690
Receitas não-petrolíferas	711	723	972	1128	1437	1205	83,9	1545
Receitas não-tributárias	246	226	245	303	215	418	194,2	279
Donativos	2	2	2	2	2	2	100,0	0
2. Despesas Totais[b]	3774	4329	4816	5222	3499	3776	107,9	4296
Despesas correntes	2928	3184	3437	3667	2862	2640	92,2	3480
Despesas com o pessoal	877	1031	1155	1319	1488	1413	95,0	1497
Bens e serviços	1031	1297	1228	1248	692	411	59,4	995
Juros da dívida	95	105	99	150	231	261	113,0	307
Internos	56	68	59	88	138	170	123,6	152
Externos	38	37	40	62	94	91	97,3	155
Transferências e subsídios	926	752	955	950	451	554	122,9	680
Despesas de investimento	846	1145	1379	1555	637	1137	178,5	816
3. Saldo Global (base compromissos) (1.-2.)	1002	725	32	-819	-807	-536	–	-781
4. Variação de Atrasados (líq.)	150	289	324	517	0	0	–	0
Internos[c]	150	289	324	–	0	0	–	0
Juros externos	0	0	0	–	0	0	–	0
5. Saldo Global (base caixa) (3.+4.)	1153	1014	356	-302	-807	-536	–	-781
6. Financiamento	-1153	-1014	-356	302	807	536	–	781
Financiamento Externo (líquido)	51	218	183	438	713	414	–	1059
Desembolsos	186	384	380	732	1106	737	–	1518
Amortizações	-135	-166	-197	-294	-393	-323	–	-459
Financiamento Interno (líquido)	-1203	-1231	-539	-136	94	122	–	-278
Financiamento bancário	-826	-432	-597	–	–	–	–	–
Financiamento não-bancário (inc. erros e omissões)	-378	-800	58	–	–	–	–	–
Para memória:								
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	10,2	6,6	0,3	-6,6	-6,8	-4,3	–	-5,7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Valores líquidos da variação de atrasados a fornecedores (despesas) e da variação de atrasados da Sonangol para com o Tesouro (receitas).

Quadro 10 • Síntese monetária

Em mil milhões de Kwanzas

	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2014		2016	Mai. 2016/2015	
					Est.	[1]	[2]	Mai.	[1]	[2]
Ativos Externos Líquidos	2916	3155	3116	3082	3570	15,8	9,6	4250	19,0	11,9
Em mil milhões de USD	31	33	32	30	26	-12,6	–	26	-2,9	–
Banco Nacional de Angola	2589	3017	3097	2889	3361	16,3	9,2	4087	21,6	12,7
Reservas internacionais líquidas	2508	2954	3041	2788	3284	17,8	9,7	4033	22,8	13,1
Reservas brutas	2622	3081	3145	2853	3304	15,8	8,8	4048	22,5	13,0
Em mil milhões de USD	28	32	32	28	24	-12,6	–	24	-0,1	–
Responsabilidades de curto prazo	-114	-127	-103	-66	-21	-68,3	0,9	-15	-27,9	0,1
Outros ativos externos (líquidos)	81	63	56	102	78	-23,7	-0,5	54	-30,3	-0,4
Bancos Comerciais	327	138	19	193	209	8,5	0,3	163	-22,0	-0,8
Ativos Internos Líquidos	757	728	1280	2028	2141	5,6	2,2	2282	6,6	2,5
Crédito Interno (líquido)	1682	1705	2260	3016	3821	26,7	15,8	4695	22,9	15,3
Crédito ao Governo Geral (líquido)	-454	-943	-666	69	352	408,6	5,5	934	165,6	10,2
Crédito à economia	2136	2648	2926	2947	3469	17,7	10,2	3761	8,4	5,1
Outros ativos internos (líquidos)	-925	-977	-980	-988	-1680	70,0	-13,5	-2413	43,7	-12,8
Ativos Totais	3673	3883	4397	5110	5712	11,8	–	6532	14,4	–
Massa Monetária (M3)	3673	3883	4397	5110	5712	11,8	–	6532	14,4	–
Moeda e Quase-Moeda (M2)	3521	3749	4395	5103	5704	11,8	–	6523	14,4	–
Moeda	2156	2272	2585	3097	3420	10,4	–	4061	18,7	–
Circulação Monetária	208	244	276	340	381	12,1	–	387	1,5	–
Depósitos à ordem	1947	2028	2309	2757	3039	10,2	–	3674	20,9	–
em moeda nacional	959	1062	1470	1905	2264	18,8	–	2716	20,0	–
em moeda estrangeira	988	966	839	852	775	-9,0	–	958	23,6	–
Quase-Moeda	1365	1477	1810	2007	2284	13,8	–	2463	7,8	–
Depósitos a prazo em moeda nacional	602	721	902	1167	1258	7,9	–	1315	4,5	–
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	763	756	908	840	1026	22,1	–	1147	11,9	–
Outros Instrumentos Financeiros	152	134	2	7	8	22,9	–	9	8,3	–

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:[1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 11 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015				2016	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.
Depósitos										
(em Moeda Nacional)										
Depósitos à ordem	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	4,3	3,1	3,3	4,0	3,3	3,3	4,5	5,0	5,1	5,3
91-180 dias	6,7	4,7	3,9	4,3	4,2	3,9	4,9	5,2	5,0	5,1
181 365 dias	5,6	4,9	5,1	5,6	4,5	4,4	3,9	3,9	3,8	4,0
Mais de 1 ano	8,6	7,0	5,6	4,9	5,2	5,4	5,0	4,6	5,0	4,7
(em Moeda Estrangeira)										
Depósitos à ordem	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	2,4	1,8	2,1	1,9	1,6	1,7	1,8	2,3	2,1	2,1
91-180 dias	2,7	2,3	2,2	2,3	1,8	2,2	2,5	2,5	2,4	2,5
181 365 dias	3,7	2,7	2,9	3,4	2,5	2,6	3,3	3,1	3,1	2,7
Mais de 1 ano	3,9	3,1	5,0	4,4	2,4	2,4	4,9	4,6	4,8	5,0
Crédito (a empresas)										
(em Moeda Nacional)										
Até 180 dias	18,1	15,3	15,1	17,4	19,0	18,5	15,3	15,4	15,7	16,0
181 365 dias	16,0	14,4	13,9	13,9	13,7	13,4	15,2	15,2	15,2	15,3
Mais de 1 ano	17,7	15,1	13,1	13,7	14,0	13,8	13,4	14,8	14,0	14,5
(em Moeda Estrangeira)										
Até 180 dias	10,2	8,9	11,8	11,4	13,6	8,8	8,6	10,0	16,2	17,1
181 365 dias	10,0	11,5	12,1	10,6	11,0	12,0	12,9	13,0	–	–
Mais de 1 ano	10,4	11,3	9,8	10,0	8,4	8,5	9,2	9,8	8,4	8,4
Taxas de Intervenção do BNA										
Redesconto	20,0	20,0	10,3	9,8	9,8	10,0	12,5	12,5	15,0	16,0
Taxa Básica	10,5	10,3	9,3	9,0	9,3	9,8	10,5	11,0	14,0	14,0
Facilidades Permanentes										
Cedência de liquidez	12,5	11,5	10,3	9,8	9,8	10,5	12,0	13,0	16,0	16,0
Depósito *overnight*	2,0	1,5	0,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LUIBOR[a] *overnight*	6,4	6,2	4,7	6,1	6,2	11,3	11,8	11,3	11,0	13,9
Títulos do Banco Central										
a 14 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 28 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 63 dias	7,2	4,1	4,0	–	–	–	–	–	–	–
a 91 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 182 dias	6,8	5,1	–	–	–	–	–	–	–	–
a 364 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Bilhetes do Tesouro										
a 63 dias	–	–	4,0	–	–	–	7,2	–	–	–
a 91 dias	3,9	3,4	-	6,4	5,8	–	7,9	13,9	15,0	14,9
a 182 dias	4,8	3,7	3,6	7,1	6,7	–	9,0	15,0	17,0	17,7
a 364 dias	5,2	5,1	4,6	7,5	8,1	–	9,3	–	–	19,0
Obrigações do Tesouro[b]										
a 1 ano	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 2 anos	–	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	–	7,0	7,0
a 3 anos	7,0	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	–	7,3	7,3
a 4 anos	7,3	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	–	–	7,5	7,5
a 5 anos	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	–	–	7,8	7,8
a 6 anos	8,0	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Para memória:										
Inflação (t.v. homóloga anual)	11,4	9,0	7,7	7,5	7,9	9,6	11,7	14,3	23,6	29,2

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) *Luanda Interbank Offered Rate* (taxa média ponderada das operações de cedência de liquidez, sem garantia, praticadas pelos bancos no mercado monetário interbancário). (b) OT emitidas em kwanzas mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOA.

Quadro 12 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Abr.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios	18,5	18,3	19,5	19,8	19,8	18,8
Rácio *Tier1*	14,3	13,6	14,3	13,9	13,8	13,4
Risco de crédito						
Incumprimento (% crédito total)	2,4	6,8	9,8	11,7	11,6	13,2
Crédito em incumprimento líquido de provisões (% capitais *core*)	2,8	11,6	22,3	32,8	19,6	21,4
Crédito em moeda estrangeira (% crédito total)	50,9	42,7	37,8	27,4	30,8	34,8
Rendibilidade						
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	21,6	12,5	10,9	4,9	12,9	8,0
ROA – Rendibilidade do ativo	2,6	1,6	1,4	0,6	1,7	1,1
Risco de liquidez						
Rácio crédito / depósitos	59,5	65,5	63,3	59,9	59,0	57,4
Ativo líquido / ativo total	28,1	26,3	30,1	33,9	39,7	40,1
Passivo em moeda estrangeira / passivo total	53,6	50,7	43,0	33,1	33,5	35,7

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 13 • Taxas de câmbio

Taxas médias (mercado primário – taxas de referência do BNA)

				ITCE[a] base 100: 2000	
		EUR / AOA	USD / AOA	Nominal	Real
2001		20,2	21,8	46,4	115,1
2002		42,9	43,3	23,2	119,2
2003		86,1	74,3	13,3	133,7
2004		104,3	83,4	11,9	165,4
2005		108,4	87,2	11,3	189,3
2006		101,2	80,4	12,1	222,7
2007		105,4	76,7	12,0	238,7
2008		110,8	75,0	11,6	245,3
2009		111,2	79,6	11,1	264,6
2010		121,3	92,0	9,6	252,2
2011		130,6	93,8	9,1	256,8
2012		122,7	95,4	9,0	272,4
2013		128,2	96,5	8,8	281,7
2014		130,7	98,3	8,7	292,0
2015		133,3	120,0	7,4	269,6
2014	Janeiro	133,0	97,6	8,7	284,2
	Fevereiro	133,2	97,6	8,7	285,7
	Março	135,0	97,6	8,8	288,4
	Abril	134,9	97,6	8,8	290,9
	Maio	134,2	97,6	8,8	291,8
	Junho	132,7	97,7	8,8	293,9
	Julho	131,6	97,2	8,8	295,8
	Agosto	130,3	97,8	8,8	295,1
	Setembro	127,6	97,9	8,7	293,7
	Outubro	125,1	98,8	8,7	296,2
	Novembro	125,3	100,5	8,6	294,1
	Dezembro	125,8	102,1	8,5	294,1
2015	Janeiro	121,4	103,6	8,4	292,3
	Fevereiro	119,4	105,2	8,4	291,5
	Março	116,2	107,1	8,3	289,0
	Abril	117,6	109,0	8,1	285,9
	Maio	122,5	109,7	8,0	286,5
	Junho	132,2	117,5	7,5	269,8
	Julho	137,3	124,7	7,1	258,1
	Agosto	139,8	125,8	7,1	262,3
	Setembro	148,5	131,8	6,8	252,7
	Outubro	152,1	135,3	6,6	249,3
	Novembro	145,6	135,3	6,7	254,6
	Dezembro	147,2	135,3	6,7	260,5
2016	Janeiro	169,2	155,6	5,9	236,6
	Fevereiro	175,3	157,6	5,8	237,9
	Março	178,1	159,4	5,7	240,7
	Abril	183,3	164,2	5,6	243,8
	Maio	185,4	165,9	5,6	250,5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Banco Central Europeu, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014. Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação do kwanza.

2. Cabo Verde

Área: 4033 Km^2

Capital: Praia

População: 521 milhares
(2015; fonte: ONU)

Moeda: Escudo CV

Cabo Verde evidenciou um abrandamento da atividade económica em 2015, fruto da fraca dinâmica do investimento e apesar de contributos positivos da conjuntura externa. A redução das importações, que contou também com a descida do preço dos produtos petrolíferos, e o apoio externo, na sequência da erupção vulcânica, permitiram a melhoria das contas externas. Ainda que em redução, o IDE e os desembolsos de empréstimos públicos externos financiaram o défice externo e possibilitaram o aumento das reservas cambiais. Com a inflação contida, o banco central manteve uma política monetária acomodatícia, com o intuito de promover o crédito à economia. A continuada contenção no programa de investimento público e a boa arrecadação de receitas reduziram as necessidades de financiamento do Estado mas não impediu nova subida da dívida pública.

A menor dinâmica do investimento condicionou o crescimento económico em Cabo Verde em 2015, ainda que a envolvente externa tenha evoluído favoravelmente. As estimativas existentes apontam para que **a atividade económica tenha registado um abrandamento**, crescendo 1,5 por cento, aquém dos 1,9 por cento de 2014.

A recuperação da procura turística, a descida dos preços dos produtos petrolíferos e a mobilização externa para apoio a Chã das Caldeiras, na sequência da erupção vulcânica de finais de 2014, foram fatores determinantes para a melhoria evidenciada nas contas externas em 2015. **O défice da conta corrente apresentou uma forte redução**, caindo para 4,3 por cento do PIB (9 por cento em 2014), contando ainda com o menor montante de rendimentos de investimentos externos (em comparação com o valor excecional de 2014) e com a limitada procura interna de bens do exterior, nomeadamente de bens de capital. De salientar ainda a vincada diminuição das exportações de bens, conjugando menores exportações de pescado e de reexportações, em particular de combustíveis.

O défice da conta corrente foi uma vez mais financiado com as entradas relativas a investimento direto estrangeiro e a financiamento público externo, ainda que em redução, face a atrasos na implementação de investimentos privados e públicos. As entradas de divisas permitiram igualmente o **reforço das reservas cambiais do país**, em EUR 32 milhões, passando a garantir 6,4 meses das importações de bens e serviços (substancialmente acima de 5,1 meses, valor inicialmente projetado), ajudando assim na defesa do regime de paridade fixa com o euro, em vigor desde 1998.

O aumento das reservas cambiais do banco central foi acompanhado pelo crescimento das aplicações no exterior por parte dos bancos comerciais, como resposta ao excesso de liquidez do sistema e à ausência de alternativas apelativas de aplicação interna. Nos últimos meses de 2015 foram patentes vários sinais da **persistência do excesso de liquidez**, com o crescimento das reservas excedentárias dos bancos, a subida da procura por títulos do banco central e a manutenção de elevados volumes de aplicações na facilidade de absorção do BCV.

As escassas alternativas de aplicação e a sua baixa taxa de remuneração (com exceção das Obrigações do Tesouro) têm mantido os níveis de rentabilidade do sistema bancário contidos, ainda que subindo ligeiramente em 2015. De salientar também os níveis do crédito malparado, com o crédito com imparidade a representar 16,5 por cento do crédito total (reduzindo-se contudo face a 18,4 por cento em 2014), e o alto custo do *funding*, com os depósitos de emigrantes a serem remunerados de 2,1 a 4,7 por cento, em função do prazo. A solvabilidade do sistema bancário continua a apresentar uma trajetória crescente, com o rácio da adequação dos fundos próprios a subir a 16,8 por cento no final de 2015 (claramente acima dos 10 por cento regulamentares).

A melhoria da posição externa líquida do sistema bancário no seu conjunto constituiu-se como um dos principais fatores de crescimento da massa monetária em 2015, a par do comportamento do crédito à economia que registou alguma subida, sobretudo com a concessão de crédito a empresas públicas não financeiras. Com o crédito ao setor privado a evidenciar uma subida muito ligeira, o BCV manteve o **cariz acomodatício da sua política monetária**, com reduções das taxas de referência e do coeficiente de reservas de caixa, aproveitando a evolução positiva das reservas e o comportamento favorável da inflação.

A diminuição dos preços dos produtos petrolíferos foi determinante para a manutenção da **inflação a taxas muito reduzidas**, tendo terminado o ano a 0,1 por cento em termos médios e em -0,5 por cento em termos homólogos, apesar do efeito contrário do aumento da taxa de IVA em 0,5 p.p., que vigorou apenas em 2015, para auxílio aos deslocados da ilha do Fogo.

O aumento da coleta do IVA, bem como dos impostos sobre o rendimento (fruto da entrada em vigor de novos códigos e de regularizações de pagamentos em atraso) e ainda dos

donativos (com a ajuda a Chã das Caldeiras), permitiu uma **redução significativa do défice** orçamental, para 3,8 por cento do PIB (7,5 por cento em 2014), contando ainda com a contínua redução do programa de investimento público. As necessidades de financiamento do Estado, incluindo as resultantes de operações em ativos financeiros, nomeadamente os empréstimos de retrocessão, foram cobertas sobretudo com recursos externos.

A dívida pública manteve assim a sua trajetória ascendente, elevando-se a 124,3 por cento do PIB (não incluindo passivos contingentes e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos do Cabo Verde *Trust Fund,* estabelecido em 1998), com as componentes externa e interna a elevarem-se a 95,3 e 29,0 por cento do PIB, respetivamente.

Projeta-se para 2016 uma reanimação económica, sobretudo com base no investimento, recuperando os atrasos de 2015 e com o lançamento de alguns projetos privados na área turística. Essa dinamização acarretará a deterioração do défice da conta corrente, com o consequente crescimento das importações, mas também fruto da diluição do efeito de ajuda a Chã das Caldeiras. Por outro lado, a recuperação dos atrasos no programa de investimento público e o contínuo aumento das despesas correntes deverá fazer aumentar o défice orçamental em 2016 e manter a dívida pública em trajetória ascendente. Apesar da subida dos preços dos produtos petrolíferos, a inflação deverá manter-se contida. A política monetária deverá preservar os contornos atuais, havendo margem para uma redução das reservas externas, sem comprometer a sustentação do regime cambial.

Os primeiros meses de 2016 denotam contudo um cenário algo diverso do projetado, em parte face aos constrangimentos decorrentes do processo eleitoral e consequente mudança de executivo, ocorrida em meados de abril. Os dados do primeiro trimestre apontam para o prolongamento da tendência de 2015, com a continuação da fraca dinâmica do investimento, uma nova redução das despesas com o programa de investimento público, a diminuição das importações e o aumento das transferências privadas incluindo remessas, acompanhado de uma ligeira retração do crédito ao setor privado.

Os riscos mais significativos para a economia cabo-verdiana prendem-se com uma hipotética evolução aquém da esperada da procura externa, com destaque para os países da UE. Internamente, os impactos decorrentes da realização de 3 processos eleitorais no mesmo ano provocarão alguma incerteza, em particular sobre as expetativas dos agentes económicos privados relativamente às suas decisões de consumo e investimento. A evolução das finanças públicas e da dívida do Estado deverá ser cuidadosamente acompanhada, bem como a situação financeira dos bancos, sobretudo relativamente à qualidade do crédito, com os primeiros meses de 2016 a evidenciarem uma reversão da diminuição do crédito malparado face ao ano anterior.

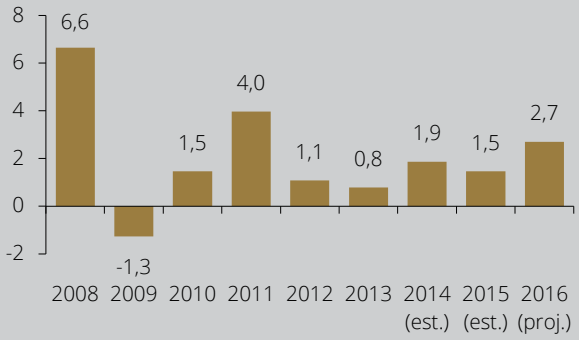
Quadro 14 • Principais indicadores económicos

	2013	2014	2015	2016
			Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	0,8	1,9	1,5	2,7
Inflação (taxa de variação homóloga)	0,1	-0,5	-0,5	1,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	11,0	7,3	5,9	3,7
Balança corrente (% do PIB)	-5,8	-9,0	-4,3	-6,9
Reservas oficiais (meses de importações)	4,8	5,4	6,4	6,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-9,3	-7,5	-3,8	-5,4
Dívida pública, excluindo TCMF[(a)] (% do PIB)	79,0	87,9	95,0	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, BCV, Ministério das Finanças de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.
Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos de um *Trust Fund* estabelecido em *offshore*.

Gráfico 17 • PIB real

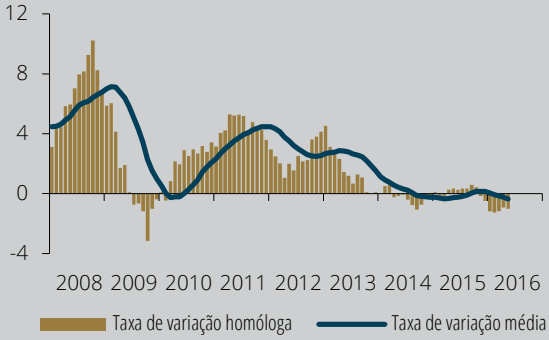
Taxas de variação anual, em %



Em 2015 prolongou-se o período de fraco crescimento económico que se verifica desde 2012. A fraca dinâmica do investimento, tanto interno como externo, terá conduzido ao abrandamento da atividade económica.

Gráfico 18 • Inflação

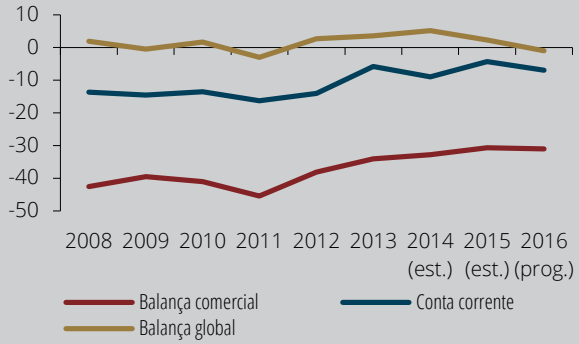
Variação anual do IPC, em %



Desde 2014, Cabo Verde tem registado taxas de inflação bastante contidas, atingindo valores negativos em alguns períodos. A componente importada tem sido determinante na evolução recente dos preços, sobretudo com a descida dos preços dos produtos petrolíferos.

Gráfico 19 • Contas externas

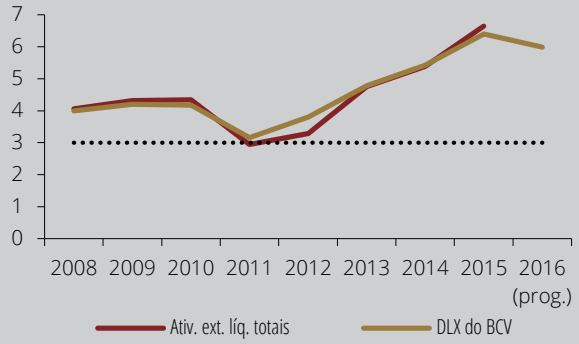
Em % do PIB



Registou-se uma melhoria significativa da conta corrente em 2015, com a diminuição das importações (em volume e preço), o aumento das transferências (oficiais e privadas) e a menor distribuição de rendimentos de investimentos externos.

Gráfico 20 • Reservas cambiais

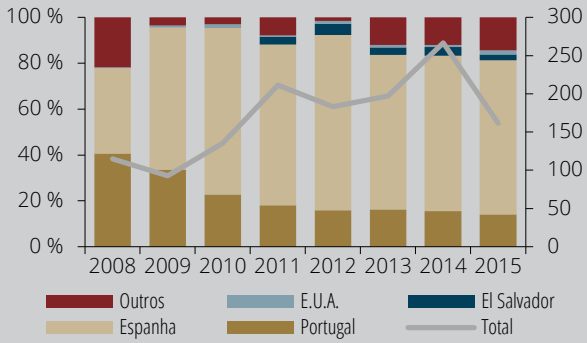
Em meses de importações de bens e serviços



As reservas cambiais mantiveram em 2015 a trajetória ascendente iniciada em 2012, fruto das entradas de divisas relativas a endividamento externo público no exterior e a investimento direto externo. Atingiu-se um novo máximo histórico, acima dos 6 meses de importações.

Gráfico 21 • Exportações de mercadorias

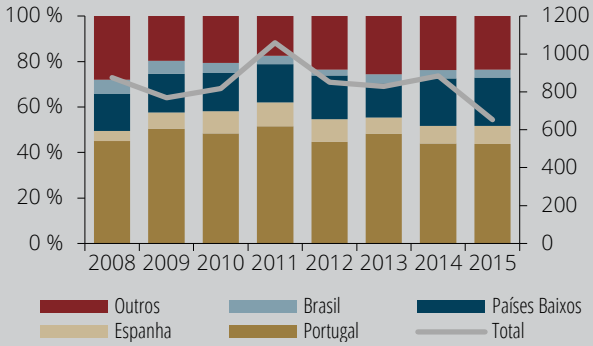
Destinos em %, total em USD milhões



Em 2015 mantiveram-se as tendências recentes quanto ao destino das exportações cabo-verdianas. Desde 2009 a Espanha é o principal mercado, sobretudo em produtos do mar, e Portugal mantém a segunda posição, contudo reduzindo progressivamente o seu peso no total.

Gráfico 22 • Importações de mercadorias

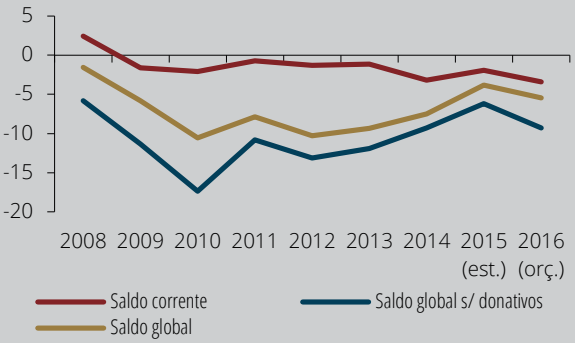
Origens em %, total em USD milhões



Os produtos portugueses são dominantes no conjunto das importações cabo-verdianas, responsáveis por perto de metade do total. Ao longo desta década, a estrutura geográfica das importações tem-se mantido constante, seguindo-se os Países Baixos e a Espanha.

Gráfico 23 • Contas públicas

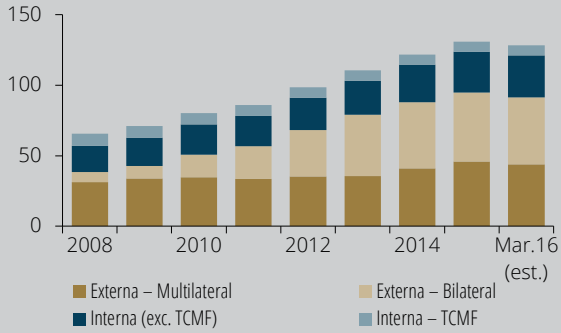
Em % do PIB



Em 2015 acentuou-se a tendência de redução do défice orçamental, patente desde 2013, após o período expansionista da política orçamental que se seguiu à crise internacional. O saldo corrente tem vindo a alargar o seu défice desde 2011, tendência apenas interrompida em 2015.

Gráfico 24 • Dívida pública

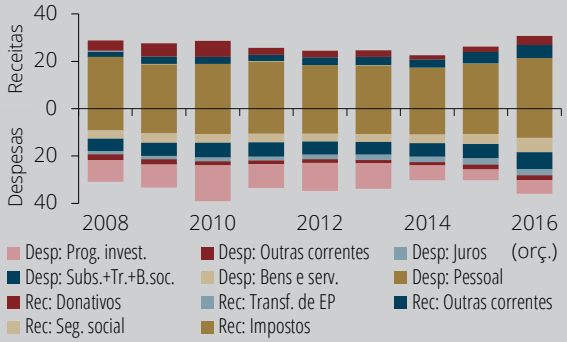
Em % do PIB



A necessidade de financiar défices orçamentais elevados e operações em ativos financeiros (nomeadamente empréstimos de retrocessão) tem-se traduzido no aumento contínuo da dívida pública, quer externa quer interna.

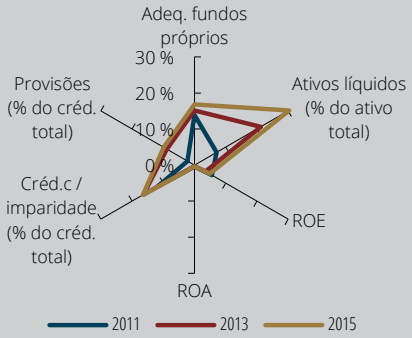
Gráfico 25 • Receitas e despesas públicas

Em % do PIB



A redução do programa de investimento público foi acompanhada do aumento das despesas correntes em 2015, mantendo as despesas totais perto de 30 por cento do PIB. As maiores arrecadações de impostos e entrada de donativos possibilitaram a redução do défice orçamental.

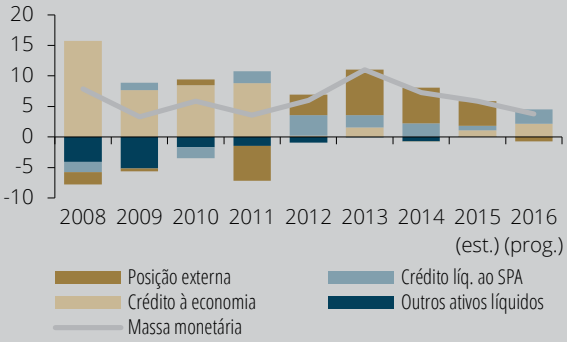
Gráfico 26 • Indicadores de estabilidade financeira



Prosseguiu em 2015 o reforço dos ativos e da solvabilidade do setor bancário em Cabo Verde, acompanhado por algum decréscimo do crédito malparado e pela ligeira recuperação da rendibilidade do setor (relacionada com o crescimento da margem financeira).

Gráfico 27 • Fatores de variação da liquidez

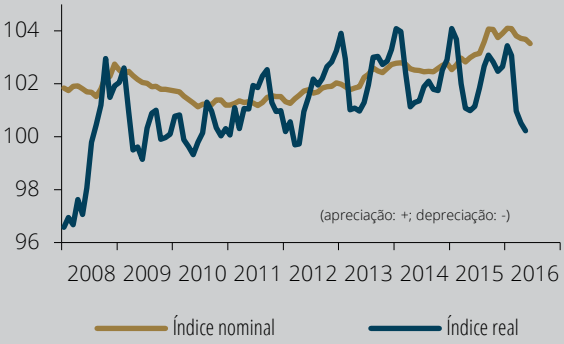
Variações em % do valor inicial da massa monetária



Tal como nos dois anos anteriores, o crescimento da massa monetária em 2015 resultou sobretudo do reforço da posição externa líquida do sistema, sendo ainda de realçar a recuperação do crédito à economia, com destaque para o concedido a empresas públicas não financeiras.

Gráfico 28 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



A desvalorização do real brasileiro face ao euro continuou a refletir-se em 2015 na apreciação nominal do escudo cabo-verdiano. Os restantes principais parceiros comerciais – Portugal, Espanha e Holanda – pertencem à Área do Euro, com o qual o escudo mantém um regime de paridade fixa.

Quadro 15 • Indicadores económicos

		2011	2012	2013	2014	2015		2016	
					Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB p.m.	EUR milhões	1342	1364	1394	1418	1470	1446	1490	–
	t. var. real	4,0	1,1	0,8	1,9	3,0	1,5	2,7	–
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	3,6	4,1	0,1	-0,5	2,0	-0,5	1,0	-1,0 mai.
	t. var. média	4,5	2,5	1,5	0,1	1,5	0,1	0,8	-0,4 mai.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	25,6	24,4	24,5	22,6	27,4	26,2	30,7	–
Donativos	% do PIB	2,9	2,8	2,6	1,8	2,9	2,4	3,9	–
Despesas totais	% do PIB	33,5	34,7	33,8	30,2	35,9	30,1	36,0	–
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-7,9	-10,3	-9,3	-7,5	-8,6	-3,8	-5,4	–
Sem donativos	% do PIB	-10,8	-13,1	-11,9	-9,3	-11,5	-6,2	-9,3	–
Dívida interna	% do PIB	29,1	30,6	31,6	33,9	–	36,0	–	36,8 mar.
dq: TCMF[a]	% do PIB	7,7	7,6	7,4	7,3	–	7,1	–	6,9 mar.
Moeda e crédito									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	12,7	20,3	10,7	12,1	13,5	4,0	12,4	-1,8 mai.[f]
Crédito à economia	t. var. anual	11,8	0,3	2,0	-0,1	2,8	1,6	3,4	-0,6 mai.[f]
Massa monetária (M3)	t. var. anual	3,6	6,0	11,0	7,3	3,8	5,9	3,7	4,1 mai.[f]
Taxas de juro[b]									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4,2	3,8	4,3	4,4	–	4,1	–	3,9 mai.
Redesconto	taxa anual	7,5	9,8	9,8	7,8	–	7,5	–	7,5 mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	7,3	8,8	8,8	6,8	–	6,5	–	6,5 mai.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	4,1	4,2	2,7	1,5	–	1,3	–	0,7 abr.
Estabilidade Financeira									
Adequação dos fundos próprios[c]	percentagem	13,9	13,8	15,1	15,6	–	16,8	–	16,2 mar.
Crédito com imparidade / crédito total	percentagem	11,8	14,1	16,4	18,7	–	16,5	–	17,4 mar.
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	percentagem	5,6	2,7	3,5	3,1	–	4,8	–	–
Balança de pagamentos									–
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	56,0	-13,5	7,9	35,0	-5,5	-39,5	4,3	–
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	29,5	-19,6	-2,8	6,8	12,3	-26,1	4,2	–
Balança corrente	% do PIB	-16,3	-14,0	-5,8	-9,0	-9,3	-4,3	-6,9	–
Excluindo transferências oficiais	% do PIB	-20,0	-17,4	-9,0	-12,0	–	-8,0	–	–
Balança corrente e de capital	% do PIB	-15,6	-13,3	-5,4	-8,5	-8,9	-3,1	-5,1	–
Reservas oficiais	meses import.[e]	3,2	3,8	4,8	5,4	5,1	6,4	6,0	6,3 mai.
Dívida externa									
Valor total	EUR milhões	762,7	928,8	1101,0	1246,6	–	1372,8	–	1362,2 mar.
	% do PIB	56,9	68,1	79,0	87,9	–	95,0	–	91,4 mar.
	% export.[e]	134,5	153,9	173,8	185,0	–	226,1	–	218,7 mar.
Serviço da dívida	% export.[e]	4,1	4,3	4,7	4,8	–	6,3	–	6,8 mar.
Taxas de câmbio (médias)									
EUR/CVE (mercado oficial)	t. média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3 jun.
USD/CVE (mercado oficial)	t. média	79,3	85,8	83,1	83,1	90,0	99,4	99,2	98,2 jun.
ITCE nominal (base 100:2000)[d]	t. var. anual	0,3	0,5	0,7	0,0	–	1,1	–	-0,4 jun.[f]
ITCE real (base 100:2000)[d]	t. var. anual	0,7	2,2	0,1	-0,4	–	-0,3	–	-2,4 mai.[f]

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); (c) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/2014 (valorização: +; desvalorização: -); (e) Importações e exportações de bens e serviços; (f) Variação face a dezembro anterior.

Quadro 16 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de CVE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Est.	2016 Proj.
Setor primário	12 077	11 780	12 215	13 249	13 322	12 438	13 253	–
Agricultura, produção animal, caça e floresta	10 043	9705	10 598	11 659	11 393	10 137	10 760	–
Pesca e aquacultura	1260	1367	1005	1040	1334	1646	1832	–
Indústrias extrativas	774	708	612	550	595	655	660	–
Setor secundário	25 400	24 440	25 668	25 018	26 330	27 130	25 881	–
Indústrias transformadoras	6689	7528	8054	8547	8916	8269	8225	–
Eletricidade, gás e água	2126	1939	2158	3268	3999	4082	4194	–
Construção	16 585	14 973	15 456	13 203	13 415	14 779	13 461	–
Setor terciário	81 783	84 749	89 645	93 463	95 045	98 240	100 395	–
Comércio; reparação de veículos automóveis e motociclos	16 834	17 609	19 002	18 785	17 278	18 020	17 387	–
Alojamento, restaurantes e estabelecimentos de bebidas	13 883	14 781	14 038	13 300	14 664	15 018	15 844	–
Transporte e armazenagem	4653	4792	5896	8651	9065	8861	9896	–
Telecomunicações e correios	7035	6254	6246	6330	6130	6281	5866	–
Serviços financeiros	5316	5120	5077	5238	5377	5522	5747	–
Imobiliária e ourtros serviços	13 517	14 604	14 696	15 885	15 897	16 340	16 585	–
Serviços às empresas	2598	2570	3176	3392	3489	3992	4322	–
Administração pública	17 947	19 019	21 514	21 882	23 144	24 207	24 747	–
Valor acrescentado bruto	119 260	120 969	127 528	131 730	134 697	137 808	139 528	–
Impostos sobre produtos, líq. de subvenções	16 621	17 598	20 400	18 622	19 026	18 571	19 875	–
Produto interno bruto (p. m.)	135 881	138 567	147 928	150 352	153 723	156 378	159 404	164 263
Consumo	111 548	112 863	120 269	123 620	127 167	133 087	134 576	–
Público	24 708	25 536	27 401	25 963	26 837	27 858	27 966	–
Privado	86 840	87 327	92 868	97 657	100 330	105 229	106 610	–
Investimento	59 501	66 024	70 277	55 920	48 622	49 546	46 531	–
Formação bruta de capital fixo	52 337	62 625	69 128	52 844	46 337	48 177	46 620	–
Público	14 403	23 935	19 236	22 320	23 778	15 348	13 700	–
Privado	37 934	38 690	49 892	30 524	22 559	32 828	32 921	–
Variação de existências	7164	3399	1149	3076	2285	1370	-90	–
Procura interna	171 049	178 887	190 546	179 540	175 789	182 633	181 106	–
Exportações de bens e serviços	42 228	45 271	52 541	60 790	62 246	62 283	58 793	–
Procura global	213 277	224 158	243 087	240 330	238 035	244 916	239 899	–
Importações de bens e serviços	77 396	85 591	95 159	89 978	84 312	88 537	80 495	–
Para memória:								
Poupança interna bruta	24 333	25 704	27 659	26 732	26 556	23 292	24 828	–
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1232	1257	1342	1364	1394	1418	1446	1490
PIBpm nominal (milhões de USD)	1712	1664	1866	1752	1850	1882	1604	1655
Deflator do PIB (variação anual em %)	2,2	0,5	2,7	0,6	1,4	-0,1	0,5	0,3
PIB nominal (variação anual em %)	0,9	2,0	6,8	1,6	2,2	1,7	1,9	3,0
PIB real (variação anual em %)	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	1,9	1,5	2,7

Fontes: INE de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 17 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro	–	3,0	1,9
2003	Dezembro	–	-2,3	1,2
2004	Dezembro	–	0,6	-1,9
2005	Dezembro	–	1,8	0,4
2006	Dezembro	–	5,8	4,8
2007	Dezembro	–	4,0	4,4
2008	Dezembro	–	6,7	6,8
2009	Dezembro	–	-0,4	1,0
2010	Dezembro	–	3,4	2,1
2011	Dezembro	–	3,6	4,5
2012	Dezembro	–	4,1	2,5
2013	Dezembro	–	0,1	1,5
2014	Dezembro	–	-0,4	-0,2
2015	Dezembro	–	-0,5	0,1
2014	Janeiro	-0,3	0,0	1,1
	Fevereiro	-0,2	0,5	0,9
	Março	-0,4	0,6	0,8
	Abril	-0,7	-0,3	0,6
	Maio	0,1	-0,2	0,4
	Junho	0,1	-0,1	0,3
	Julho	0,2	-0,4	0,2
	Agosto	0,1	-0,7	0,1
	Setembro	0,1	-1,1	-0,1
	Outubro	0,1	-0,7	-0,2
	Novembro	0,4	-0,1	-0,2
	Dezembro	0,2	-0,4	-0,2
	Dezembro (proj.)	–	2,5	2,0
2015	Janeiro	0,2	0,1	-0,2
	Fevereiro	-0,4	-0,2	-0,3
	Março	-0,4	-0,2	-0,4
	Abril	-0,3	0,3	-0,3
	Maio	0,2	0,3	-0,3
	Junho	0,0	0,3	-0,2
	Julho	0,3	0,3	-0,2
	Agosto	0,1	0,3	-0,1
	Setembro	0,3	0,6	0,0
	Outubro	-0,1	0,4	0,1
	Novembro	-0,2	-0,2	0,1
	Dezembro	-0,2	-0,5	0,1
	Dezembro (proj.)	–	2,0	1,5
2016	Janeiro	-0,5	-1,2	0,0
	Fevereiro	-0,5	-1,3	-0,1
	Março	-0,3	-1,2	-0,1
	Abril	0,0	-0,9	-0,2
	Maio	0,1	-1,0	-0,4
	Dezembro (proj.)	–	1,0	0,8

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 18 • Balança de pagamentos

Em milhões de CVE

	2012	2013	2014	2015			2016	
			Est.	Proj.	Trim. I	Est.	Proj.	Trim. I
1. Conta Corrente	-21 053	-8898	-14 026	-15 024	-1439	-6857	-11 339	912
Balança comercial	-57 394	-52 364	-51 284	-61 525	-14 712	-48 877	-50 914	-11 259
Exportações (f.o.b.)[a]	15 698	16 398	22 144	20 936	3941	16 024	16 713	4565
Importações (f.o.b.)	-73 092	-68 762	-73 429	-82 461	-18 653	-64 900	-67 626	-15 824
Balança de serviços (líq.)	20 471	26 038	22 911	28 162	8031	22 086	22 623	7128
Exportações	50 850	53 436	52 142	57 259	16 069	50 940	51 968	14 787
dq: Transportes	10 957	11 235	9526	–	3011	9478	–	2699
Turismo	32 251	33 325	32 121	36 414	11 181	33 182	34 410	9745
Importações	-30 379	-27 397	-29 230	-29 097	-8038	-28 855	-29 345	-7659
dq: Transportes	-8589	-7020	-7842	–	-3211	-7602	–	-1935
Turismo	-4343	-3728	-2692	–	-500	-2325	–	-969
Balança de rendimentos (líq.)	-6438	-5367	-7692	-7079	-1681	-5732	-5805	-2370
Exportações	1091	1151	1165	–	133	1235	–	422
dq: Rendimento TF[b] (ano anterior)	373	373	373	–	0	414	267	0
Importações	-7528	-6518	-8857	–	-1815	-6966	–	-2792
dq: Juros da dívida pública prog.	-1142	-1438	-1518	-1500	-466	-1734	-1890	-458
Transferências correntes	22 308	22 795	22 039	25 418	6923	25 665	22 757	7414
Transferências oficiais	5116	4948	4664	–	1878	5823	–	1154
Transferências privadas	17 192	17 847	17 375	–	5045	19 842	–	6260
dq: Remessas de emigrantes	15 076	14 441	16 158	–	4264	19 679	–	4902
2. Conta de capital e operações financeiras	27 394	14 619	19 351	16 150	2219	11 069	9777	-535
Conta de Capital	1122	533	659	628	649	1884	2936	133
Transferências de capital	1122	533	659	628	649	1884	2936	133
Conta de Operações Financeiras	26 271	14 085	18 693	15 522	1570	9185	6841	-669
Investimento direto	10 120	4627	10 519	6667	2199	9114	10 824	2125
Investimento de carteira	-1694	-2281	-2001	–	-396	-2089	–	-521
Outras operações	17 845	11 739	10 175	–	-234	2161	–	-2273
dq: Desembolsos de empréstimos SPA	19 474	19 391	18 911	–	2373	11 057	–	519
Amortizações programadas	-1723	-1823	-2036	–	-882	-2484	–	-811
3. Erros e omissões	-2314	-219	2765	0	191	-585	0	-920
4. Balança global: (1.+2.+3.)	4026	5502	8091	1127	971	3627	-1562	-543
5. Financiamento	-4026	-5502	-8091	-1127	-971	-3627	1562	543
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	-4026	-5502	-8091	-1127	-971	-3627	1562	543
Financiamento excecional	0	0	0	0	0	0	0	0
dq: Saques sobre a Facilidade do ACC[c]	0	0	0	0	0	0	0	0
Reemb. progr. Facilidade do ACC[c]	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Dif. de financiamento[d]: (4.+5.)	0	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:								
Conta Corrente (em % do PIB)	-14,0	-5,8	-9,0	-9,4	–	-4,3	-6,9	–
Conta Corrente e de Capital (em % do PIB)	-13,3	-5,4	-8,5	-9,0	–	-3,1	-5,1	–
Reservas oficiais (em meses de importações)[e]	3,8	4,8	5,4	5,1	5,1	6,4	6,0	6,1

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido *off-shore* para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Ativos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro 19 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007 a 2015
El Salvador	3,9	0,0	0,0	0,0	3,5	4,9	3,4	3,8	2,5	2,8
Espanha	20,9	37,2	61,9	72,6	70,1	76,3	67,4	67,6	67,2	64,0
E.U.A.	1,4	0,4	0,9	1,6	0,5	1,3	1,1	0,9	1,8	1,1
França	0,0	0,0	2,9	0,6	6,2	0,1	3,4	2,8	0,0	2,1
Países Baixos	0,2	0,5	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Portugal	58,3	40,6	33,6	22,7	18,0	16,0	16,2	15,6	14,1	22,1
Outros	15,3	21,3	0,1	2,2	1,5	1,4	8,4	9,2	14,0	7,6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 20 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007 a 2015
Alemanha	1,1	1,4	1,6	2,3	0,4	0,5	1,0	1,4	0,8	1,2
Brasil	6,4	6,2	5,7	4,5	3,7	2,7	4,0	3,6	3,4	4,4
Espanha	5,6	4,4	7,3	9,8	10,6	9,9	7,2	7,9	8,0	8,0
E.U.A.	1,4	1,2	0,9	1,0	1,6	0,9	5,3	1,2	1,2	1,6
Países Baixos	15,3	16,3	17,0	16,7	16,8	19,2	15,0	20,9	21,2	17,5
Portugal	50,2	45,0	50,3	48,3	51,4	44,7	48,2	43,8	43,7	47,4
Outros	20,0	25,5	17,3	17,3	15,4	22,0	19,3	21,2	21,6	19,9

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 21 • Dívida pública

Em milhões de CVE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Mar.16
						Est.	Est.	Est.
Dívida externa total	58 210	70 433	84 101	102 412	121 401	137 453	151 374	150 208
Credores Multilaterais	46 185	48 274	49 777	53 261	54 887	64 327	73 274	72 160
Credores Bilaterais	12 026	22 159	34 323	49 151	66 514	73 127	78 100	78 047
Governo	9846	13 369	18 157	21 808	24 555	25 143	27 278	27 176
Outros	2179	8790	16 166	27 343	41 959	47 983	50 823	50 872
Dívida interna total	38 519	40 907	43 106	45 934	48 556	52 977	57 387	60 396
dq: Bilhetes do Tesouro	1730	600	1550	680	682	193	0	1789
Obrigações do Tesouro	23 870	27 369	28 609	32 254	34 870	39 619	44 197	45 390
Sistema Bancário	14 379	15 162	17 236	17 429	20 939	25 961	27 067	28 513
Sistema Não-Bancário	12 752	14 356	14 482	17 117	16 228	15 628	18 931	20 494
TCMF[a]	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389
				(em % do PIB)				
Dívida externa total	42,8	50,8	56,9	68,1	79,0	87,9	95,0	91,4
Dívida interna total (exc. TCMF)	20,0	21,3	21,4	23,0	24,2	26,6	28,9	29,8
TCMF	8,4	8,2	7,7	7,6	7,4	7,3	7,1	6,9
Dívida interna total (inc. TCMF)	28,3	29,5	29,1	30,6	31,6	33,9	36,0	36,8
				(em % das exportações de bens e serviços)				
Dívida externa total	128,4	133,1	134,5	153,9	173,8	185,0	226,1	218,7
Serviço dív. de médio e longo prazo	5,5	4,7	4,1	4,3	4,7	4,8	6,3	6,8

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro 22 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de CVE

	2012	2013	2014	2015				2016		
				Orç.	Trim. I	Est.	g.e.[a]	Orç.	Trim. I	g.e.[a]
1. Receitas totais	36 688	37 716	35 327	44 448	9427	41 826	94,1	50 355	9929	19,7
1.1. Receitas correntes	32 486	33 692	32 540	39 694	8790	38 009	95,8	44 023	9497	21,6
Impostos	27 573	28 099	27 060	32 666	7531	30 252	92,6	34 938	8025	23,0
Impostos s/ rendimento	8616	8596	7747	9284	2657	9561	103,0	10 504	2584	24,6
Impostos s/ bens e serviços	12 512	13 136	12 870	15 838	3398	14 038	88,6	16 456	3764	22,9
dq: IVA	10 405	10 522	10 170	12 370	2762	11 283	91,2	13 015	3024	23,2
Imp. s/ transações internac.	5778	5700	5754	6669	1303	6082	91,2	7154	1562	21,8
Outros impostos	668	668	688	876	174	572	65,3	824	115	13,9
Segurança social	41	43	56	218	12	46	21	208	13	6,4
Transferências (Admin. Pública)	0	0	0	0	0	24	–	0	4	–
Outras receitas	4872	5550	5424	6811	1247	7687	112,9	8877	1454	16,4
1.2. Donativos	4203	4024	2787	4753	637	3817	80,3	6332	432	6,8
1.3. Transf. de empresas públicas[b]	0	0	0	0	0	0	–	0	0	–
2. Despesas totais	52 108	51 982	47 240	58 234	10 126	48 033	82,5	59 137	10 602	17,9
2.1. Despesas correntes[c]	34 445	35 436	37 549	45 050	9085	41 062	91,1	49 613	9946	20,0
dq: Relativas a proj. de invest.	4668	4471	5498	8689	942	6572	75,6	9789	1287	13,2
Despesas com o pessoal	15 886	16 601	17 175	18 855	4198	17 068	90,5	20 379	4597	22,6
Bens e serviços	4995	5064	5747	9228	998	6810	73,8	9811	1234	12,6
Juros e outros encargos	2858	3383	3444	4185	1009	4134	98,8	4261	980	23,0
dq: Dívida interna	1715	1878	1910	2269	536	2374	104,6	2415	522	21,6
Dívida externa	1142	1438	1518	1820	466	1724	94,7	1750	458	26,1
Subsídios	274	101	107	103	21	161	156,1	246	38	15,5
Transferências	4057	4075	4389	5481	1031	4753	86,7	6266	1242	19,8
Benefícios sociais	3918	4150	4348	4170	1128	4729	113,4	5102	1233	24,2
Outras despesas	2457	2062	2339	3027	410	2328	76,9	3549	392	11,0
dq:Bolsas de estudo	565	568	598	584	101	579	99,2	617	126	20,4
2.2. Programa de investimento	17 663	16 546	9691	13 184	1042	6971	52,9	9524	656	6,9
3. Ativos não financeiros: (3.1.-3.2.)	79	55	-150	104	27	-127	-121,9	149	0	0,3
3.1. Compra de ativos não financeiros	81	68	160	232	29	157	67,6	285	13	4,6
3.2. Venda de ativos não financeiros	2	14	310	128	2	284	221,2	135	13	9,3
4. Saldo corrente: (1.1.-2.1.)	-1960	-1744	-5009	-5356	-295	-3053	–	-5590	-449	–
5. Saldo global S/Donat.: (1.-2.-3.-1.2.)	-19 702	-18 345	-14 550	-18 644	-1364	-9897	–	-15 264	-1106	–
6. Saldo global: (1.-2.-3.) (base compromissos)	-15 499	-14 321	-11 763	-13 891	-727	-6080	–	-8932	-674	–
7. Financiamento	15 499	14 321	11 763	13 891	808	6080	–	8932	-1499	–
7.1. Ativos financeiros	-3509	-6311	-5036	-6756	-1561	-5402	–	-7184	-417	–
Reembolso empréstimos a EP	0	128	129	352	11	273	–	267	135	–
Concessão de empréstimos a EP	-2465	-5629	-5037	-7032	-1544	-4254	–	-7859	-178	–
Ações e outras participações	-1044	-810	-101	-408	-47	-1443	–	0	-390	–
Outros ativos financeiros	0	0	-28	332	19	21	–	408	16	–
7.2. Passivos financeiros	19 008	20 632	16 799	20 646	2369	11 482	–	16 116	-1082	–
Externos (líq.)	17 751	19 692	15 605	14 647	1643	9932	–	11 273	-291	–
Desembolsos	19 474	21 515	17 641	17 046	2525	12 364	–	14 190	519	–
Amortizações	-1723	-1823	-2036	-2399	-882	-2432	–	-2918	-811	–
Internos (líq.)	1257	940	1194	5999	726	1550	–	4843	-791	–
Sistema bancário	3859	2350	4062	3833	23	147	–	3648	-2354	–
Outros	-2602	-1409	-2868	2166	703	1403	–	1194	1564	–
8. Dif. financ. / discrepância[d]: (6.+7.)	0	0	0	0	81	0	–	0	-2173	–

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à atividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui valores a regularizar em 2015; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 23 • Síntese monetária

Em mil milhões de CVE

	2011	2012	2013	2014	2014 / 2013		2015		2015 / 2014		2016	2016p / 2015		2016	
				Est	[1]	[2]	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Mai.
Posição externa	23 060	26 958	36 168	44 061	21,8	5,8	44 182	49 950	13,4	4,0	48 801	-2,3	-0,7	51 010	53 008
Ativos externos (líq.)	26 810	28 312	38 101	46 038	20,8	5,8	–	51 915	12,8	4,0	–	–	–	52 945	54 933
Banco de Cabo Verde	28 837	32 861	38 360	46 461	21,1	6,0	–	50 079	7,8	2,5	–	–	–	49 536	50 604
Disp.líq. s/ exterior	28 752	32 778	38 280	46 371	21,1	5,9	47 497	49 998	7,8	2,5	48 436	-3,1	-1,0	49 455	50 522
Outros ativos (líq.)	86	83	80	91	13,3	0,0	–	81	-10,5	-0,0	–	–	–	81	81
Bancos comerciais	-2028	-4550	-259	-423	63,6	-0,1	–	1836	-533,8	1,5	–	–	–	3408	4330
Responsab. m/l prazo	-3750	-1354	-1933	-1977	2,3	-0,0	–	-1966	-0,6	0,0	–	–	–	-1935	-1925
Ativos internos (líq.)	92 589	95 633	99 912	101 944	2,0	1,5	107 326	104 637	2,6	1,8	111 580	6,6	4,5	106 543	107 898
Crédito interno total	112 326	116 452	120 795	123 782	2,5	2,2	130 247	126 413	2,1	1,8	133 372	5,5	4,5	123 745	125 269
Crédito líquido ao S. P. A.	18 992	22 851	25 285	28 357	12,1	2,3	32 190	29 494	4,0	0,8	33 142	12,4	2,4	27 140	28 959
dq: ao Gov. Central	8362	12 186	14 362	17 436	21,4	2,3	–	17 387	-0,3	-0,0	–	–	–	15 618	–
s/ *Trust Fund* [(a)]	10 802	11 192	11 192	11 192	0,0	0,0	–	11 192	0,0	0,0	–	–	–	11 192	11 192
Crédito à economia	93 334	93 601	95 510	95 425	-0,1	-0,1	98 057	96 919	1,6	1,0	100 229	3,4	2,1	96 605	96 310
Empresas públicas	863	824	865	840	-2,9	-0,0	–	3153	275,4	1,6	–	–	–	3076	3079
Setor privado	92 471	92 777	94 645	94 585	-0,1	-0,0	–	93 766	-0,9	-0,6	–	–	–	93 529	93 231
Crédito às IFNM	0	0	0	0	–	–	0	0	–	–	0	–	–	0	0
Outras rubricas (líq.)	-19 737	-20 820	-20 883	-21 838	-4,6	-0,7	-22 921	-21 776	0,3	0,0	-21 791	0,2	-0,0	-17 202	-17 371
Total do ativo	115 649	122 590	136 080	146 005	7,3	-	151 507	154 586	5,9	-	160 382	3,7	–	157 553	160 906
Massa monetária	115 649	122 590	136 080	146 005	7,3	7,3	151 507	154 586	5,9	5,9	160 382	3,7	3,7	157 553	160 906
Base monetária	24 439	32 574	38 427	45 778	19,1	5,4	–	46 749	2,1	0,7	–	–	–	47 225	49 150
Circulação monetária	8376	7886	8216	8707	6,0	0,4	–	8967	3,0	0,2	–	–	–	8468	8206
Dep. à ordem em m/n	31 113	33 187	39 566	45 467	14,9	4,3	–	47 503	4,5	1,4	–	–	–	49 125	51 222
Quase-moeda	76 159	81 517	88 298	91 831	4,0	2,6	–	98 116	6,8	4,3	–	–	–	99 960	101 478
Total do passivo	115 649	122 590	136 080	146 005	7,3	–	151 507	154 586	5,9	–	160 382	3,7	–	157 553	160 906

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).
[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 24 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015				2016	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.
Taxas ativas												
De 7 a 30 dias	13,0	13,9	9,3	11,5	12,5	11,9	11,7	12,6	12,3	10,2	10,0	10,5
De 31a 90 dias	12,1	11,6	9,4	11,7	11,3	10,5	12,1	11,0	12,0	11,0	7,3	9,2
De 91 a 180 dias	11,3	11,8	9,0	10,1	11,2	11,3	10,0	10,3	10,6	10,7	9,5	9,5
De 181 dias a 1 ano	9,3	9,0	9,5	9,3	9,0	8,5	8,8	8,8	8,6	9,5	9,6	9,1
De 1 a 2 anos	10,7	10,1	10,1	10,0	10,4	11,5	11,4	10,4	9,7	9,6	9,5	9,6
De 2 a 5 anos	10,8	10,0	10,1	10,2	10,5	10,9	10,7	10,8	10,6	10,5	10,6	10,7
De 5 a 10 anos	10,2	10,2	9,6	9,5	9,5	9,9	9,9	10,0	10,1	9,6	9,7	9,4
Superior a 10 anos	10,1	9,8	9,2	8,8	8,9	8,8	8,8	8,8	8,7	8,5	8,6	8,6
Descoberto	15,0	15,7	16,3	16,3	17,9	16,2	16,8	16,8	16,8	15,2	16,0	16,7
Taxas passivas												
Residentes												
De 7 a 30 dias	3,0	2,9	2,9	3,3	4,4	2,6	2,5	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1
De 31 a 90 dias	3,4	3,4	3,4	4,1	4,3	2,9	2,9	2,8	2,7	2,8	2,7	2,5
De 91 a 180 dias	4,3	4,1	4,0	4,1	4,2	3,5	3,4	3,6	3,5	3,5	3,3	3,4
De 181 dias a 1 ano	4,1	4,5	4,2	3,8	4,3	4,4	4,4	4,3	4,2	4,1	4,0	3,9
De 1 a 2 anos	4,5	4,1	4,7	4,9	4,9	4,7	4,7	4,6	4,6	4,6	4,2	4,2
Não Residentes												
De 7 a 30 dias	1,6	3,0	3,0	2,1	4,0	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2	1,8	1,3
De 31 a 90 dias	1,8	2,9	3,1	4,1	3,7	2,2	2,0	2,0	2,1	1,9	1,8	1,7
De 91 a 180 dias	3,5	3,9	3,8	3,8	3,8	2,7	2,7	2,7	2,6	3,1	2,8	2,1
De 181 dias a 1 ano	4,0	3,9	4,0	3,4	4,1	3,9	4,0	3,9	3,7	3,7	3,8	3,7
De 1 a 2 anos	4,6	4,7	4,7	5,1	4,8	4,7	4,8	4,8	4,7	4,6	4,5	4,4
Emigrantes												
De 7 a 30 dias	3,5	3,5	3,5	1,8	4,3	2,6	2,5	2,4	2,1	2,1	2,0	2,0
De 31 a 90 dias	3,5	3,5	3,5	5,6	4,5	3,1	3,0	3,1	3,0	3,0	2,9	3,0
De 91 a 180 dias	4,1	4,1	4,2	4,0	4,3	4,0	3,8	3,8	3,8	3,7	3,5	3,5
De 181 dias a 1 ano	3,7	4,1	4,2	3,7	4,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4,1	4,1	4,0
De 1 a 2 anos	4,4	4,9	5,0	5,5	5,4	5,0	4,4	4,9	4,7	4,7	4,5	4,5
Taxas de referência												
Instrumentos do BCV												
Redesconto	7,5	7,5	7,5	9,8	9,8	7,8	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5
Cedência de liquidez	8,3	7,3	7,3	8,8	8,8	6,8	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5
Absorção de liquidez	2,8	1,8	1,8	3,3	1,0	0,5	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
TRM (14 dias)	5,3	4,3	4,3	5,8	–	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Bilhetes do Tesouro												
91 dias	3,6	4,0	4,1	–	–	–	–	0,8	–	–	–	–
182 dias	–	–	4,2	–	–	–	–	–	–	–	0,6	–
364 dias	–	–	–	4,5	–	–	–	–	–	–	–	–
Para memória:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	-0,4	-0,2	0,3	0,6	-0,5	-1,2	-1,0

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: As taxas ativas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efetivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos / aplicações relativos às operações ativas / passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro 25 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Mar.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios[a]	13,9	13,8	15,1	15,6	16,8	16,2
Tier 1 / ativo ponderado pelo risco	13,3	13,5	13,7	14,4	15,6	15,4
Qualidade dos ativos[b]						
Crédito com imparidade / crédito total	11,8	14,1	16,4	18,7	16,5	17,4
Imparidade / crédito com imparidade	57,0	53,7	51,6	48,8	54,4	52,2
Provisões / crédito com imparidade	19,0	53,5	53,9	52,4	59,5	58,1
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	5,6	2,7	3,5	3,1	4,8	–
Rendibilidade dos ativos (ROA)	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	–
Margem financeira / produto bancário	76,2	75,5	75,3	71,8	73,1	74,8
Custos operacionais / produto bancário	61,3	68,3	68,4	72,5	66,9	70,4
Liquidez[c]						
Ativos líquidos / ativo total	7,1	15,0	21,2	19,9	30,3	30,9
Ativos líquidos / passivos de curto prazo	9,7	21,1	27,9	24,4	37,0	37,7
Outros indicadores						
Depósitos do SPA / depósitos totais	7,6	9,7	11,4	13,5	12,6	12,8
Depósitos de emigrantes / depósitos totais	37,1	37,1	33,4	32,9	33,3	33,4
Crédito ao setor privado / depósitos totais	86,0	79,1	67,5	61,5	59,5	58,0
Custos com pessoal / custos operacionais	55,8	56,1	55,3	54,8	56,6	59,9
Spread de juros, 1 a 2 anos (ativa – passiva)	5,5	5,2	5,5	6,8	5,0	5,3
Spread de juros, 1 a 2 anos (depósitos emigrantes – depósitos na área do euro)	1,8	2,9	3,8	4,2	4,1	4,0

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) De acordo com as definições do IFRS/IAS, (c) Os ativos líquidos incluem dinheiro em caixa e títulos transacionáveis e os passivos de curto prazo incluem os depósitos à ordem.

Quadro 26 • Taxas de câmbio

Taxas médias

			ITCE[a] base 100:2000	
		USD/CVE	Nominal	Real
2002		117,3	101,9	99,2
2003		97,8	103,1	98,1
2004		88,7	103,3	94,1
2005		88,6	102,4	91,4
2006		87,9	102,0	93,7
2007		80,6	101,9	95,6
2008		75,3	101,9	99,2
2009		79,4	102,1	100,5
2010		83,3	101,4	100,3
2011		79,3	101,4	101,3
2012		85,8	101,7	101,5
2013		83,1	102,2	102,3
2014		83,1	102,6	102,3
2015		99,4	103,3	102,3
2014	Janeiro	80,9	102,8	104,1
	Fevereiro	80,8	102,8	104,0
	Março	79,8	102,7	102,4
	Abril	79,8	102,6	101,1
	Maio	80,2	102,5	101,3
	Junho	81,1	102,5	101,4
	Julho	81,4	102,5	101,9
	Agosto	82,8	102,5	102,1
	Setembro	85,3	102,5	101,8
	Outubro	87,0	102,6	101,7
	Novembro	88,4	102,7	102,5
	Dezembro	89,3	102,8	102,9
2015	Janeiro	94,6	102,5	104,1
	Fevereiro	97,1	102,7	103,7
	Março	101,6	103,0	102,0
	Abril	102,5	102,8	101,1
	Maio	98,8	103,0	101,0
	Junho	98,4	103,1	101,1
	Julho	100,2	103,2	101,8
	Agosto	99,1	103,6	102,7
	Setembro	98,3	104,1	103,1
	Outubro	98,1	104,1	102,8
	Novembro	102,5	103,7	102,5
	Dezembro	101,5	103,9	102,7
2016	Janeiro	101,6	104,1	103,4
	Fevereiro	99,5	104,1	103,1
	Março	99,5	103,8	101,0
	Abril	97,3	103,7	100,5
	Maio	97,4	103,7	100,2
	Junho	98,2	103,5	–

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/2014 (apreciação: +; depreciação: -).

3. Guiné-Bissau

Área: 36 125 Km^2

Capital: Bissau

População: 1844 milhares
(2015; fonte: ONU)

Moeda: Franco CFA

A economia guineense continuou a recuperação iniciada em 2014, beneficiando de condições favoráveis na produção de castanha de caju, principal produto exportado e fator decisivo para um resultado favorável nas transações com o exterior. A inflação, em trajetória ascendente, voltou a terreno positivo, permanecendo contudo em valores relativamente baixos. As dificuldades do sistema financeiro levaram à intervenção das autoridades nacionais, o que acarretou um expressivo aumento do défice público. A indefinição política que se arrasta desde o verão de 2015 e as dificuldades em cumprir as metas estabelecidas no programa de ajustamento com o FMI constituem os principais riscos para a economia.

A melhoria das condições económicas na Guiné-Bissau, iniciada em 2014, prosseguiu durante o ano de 2015, embora tenham persistido riscos relevantes. Estes advêm em grande medida da situação de indefinição política que se vem prolongando desde o verão de 2015, tendo o país conhecido quatro governos diferentes ao longo dos últimos 12 meses. As dificuldades de entendimento político impossibilitaram a aprovação do Orçamento de Estado para 2016 e do programa do atual Governo. Perante este cenário, alguns parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau – que incluem o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia – anunciaram a retirada de apoios financeiros, à semelhança do que já sucedera no período que antecedeu a realização das eleições legislativas e presidenciais da primeira metade de 2014.

Um outro fator de risco resulta do desentendimento com o Fundo Monetário Internacional relativamente à intervenção estatal em dois bancos privados em dificuldades, a qual implicou o incumprimento de metas estabelecidas no programa de ajustamento celebrado com a instituição em julho de 2015. No âmbito deste programa apoiado pela *Extended Credit Facility* – e que veio dar sequência a um programa ao abrigo da *Rapid Credit Facility*, acordado em novembro de 2014 – foram definidos valores máximos para o montante de crédito bancário concedido ao setor público, tendo o limite previsto para o final de 2015 sido ultrapassado em virtude da intervenção no sistema financeiro.

Em resultado, o FMI suspendeu novos desembolsos enquanto não forem tomadas medidas corretivas relativamente a estes resgates, bem como às necessidades de financiamento provocadas pela diminuição dos apoios concedidos pelos doadores tradicionais. O impacto desta decisão poderá ter outras consequências, além da suspensão do apoio financeiro da instituição, uma vez que a boa prossecução do programa é fundamental enquanto elemento catalisador do apoio dos parceiros de desenvolvimento.

Apesar deste contexto desafiante, o desempenho da economia guineense em 2015 foi bastante positivo, dando continuidade à recuperação iniciada no ano anterior. A boa colheita de castanha de caju – que representa entre 80 e 90 por cento do valor das exportações de bens – e a evolução favorável dos termos de troca foram determinantes para a expansão de 4,8 por cento na riqueza produzida em 2015. Adicionalmente, as melhorias registadas no fornecimento de eletricidade e água nesse ano tiveram também um contributo importante para a aceleração da atividade económica, em especial nos setores secundário e terciário. Para 2016, a expetativa é a de que a economia continue numa trajetória de crescimento, projetando-se novamente uma variação real de 4,8 por cento no produto interno bruto.

A inflação, que regressou a valores positivos no decorrer de 2015, permaneceu contudo em níveis relativamente baixos. A recuperação da atividade económica e a dissipação do efeito da quebra do preço dos combustíveis (mais acentuada durante o verão de 2014) conduziram ao aumento do nível geral de preços, particularmente na segunda metade do ano. A taxa de inflação homóloga situou-se em 2,4 por cento em dezembro de 2015, o que compara com -0,1 por cento em igual período de 2014 (a taxa de inflação média apresentou uma evolução semelhante, aumentando 2,5 pontos percentuais em 2015, para 1,5 por cento). Para 2016, a expetativa é a de que os preços continuem numa ligeira trajetória ascendente, esperando-se uma taxa de inflação homóloga de 2,5 por cento, coerente com as perspetivas de continuação da recuperação económica.

O saldo das transações com o exterior foi bastante positivo em 2015, particularmente no que diz respeito às transações comerciais. A balança comercial (de bens) apresentou um excedente não muito comum (2,9 por cento do PIB), possível devido a um dos melhores desempenhos das exportações de bens dos últimos anos (aumento de 86,6 por cento face a 2014), que mais do que compensou o aumento de cerca de 28 por cento das importações. Já a evolução das outras componentes da balança corrente (serviços, rendimentos e transferências correntes) foi menos positiva, não obstando contudo a que o saldo corrente externo atingisse 3,9 por cento do PIB (uma melhoria de 3,3 pontos percentuais face a 2014). Relativamente às

balanças de capital e financeira, destaca-se o **financiamento obtido junto do FMI** e a manutenção da tendência de **recuperação do investimento direto estrangeiro**, em retoma desde a acentuada quebra verificada em 2012. **Para 2016, as expetativas vão no sentido de uma deterioração do saldo da balança corrente** (que se deverá situar em -1,7 por cento do PIB), explicada essencialmente por alguma retração das exportações de bens. Prevê-se que a suspensão dos desembolsos ao abrigo do programa de ajustamento com o FMI (6,1 mil milhões de francos CFA em 2016) e a redução do apoio financeiro concedido por alguns parceiros de desenvolvimento (cerca de 2,1 por cento do PIB) venham a agravar as projeções para as balanças de capital e financeira.

As contas públicas sofreram uma significativa deterioração em 2015 (défice de -7,7 por cento do PIB), em consequência de uma redução dos donativos (-31,6 por cento face a 2014) e do **aumento acentuado da despesa** (28,7 por cento face a 2014), que ultrapassou o orçamentado em 30 por cento. Este aumento dos gastos ficou a dever-se, em grande medida, à já referida intervenção no sistema financeiro, que elevou o peso da despesa pública a 27,5 por cento do PIB (3,3 pontos percentuais acima do verificado no ano anterior). **Os desenvolvimentos do lado da receita foram positivos** (aumento de 3,5 por cento face a 2014), principalmente em resultado da maior arrecadação de receitas tributárias (40,1 por cento face a 2014), que contrabalançou a quebra nos donativos. À semelhança das projeções para as contas externas, o **défice público de 1,4 por cento do PIB previsto para 2016** deve ser lido com prudência, dada a diminuição do apoio de alguns parceiros de desenvolvimento.

A estabilidade do sistema financeiro continua um dos grandes desafios das autoridades guineenses. A deterioração das condições económicas, no seguimento das perturbações políticas de abril de 2012, traduziu-se também no crédito em incumprimento, que passou de 6,4 por cento em 2012 para 25,7 por cento em 2014. Perante as dificuldades, as autoridades decidiram avançar para a intervenção estatal em dois bancos privados durante o ano de 2015.

A **massa monetária voltou a expandir em 2015** (26,8 por cento face a 2014), impulsionada pela acumulação de reservas cambiais e por um aumento expressivo do crédito ao setor público (143 por cento face a 2014), que acabou por ditar o não cumprimento da meta de fim de ano prevista no programa de ajustamento acordado com o FMI.

A paridade fixa estabelecida entre o franco CFA e o euro determina que se verifique uma estabilidade cambial entre a Guiné-Bissau e os seus principais parceiros comerciais, com exceção da Índia, pelo que a depreciação de 6,5 por cento do franco CFA face à rupia indiana durante 2015 constituiu o principal fator explicativo para o **ganho de competitividade** verificado (quando medida pelo índice de taxa de câmbio efetiva).

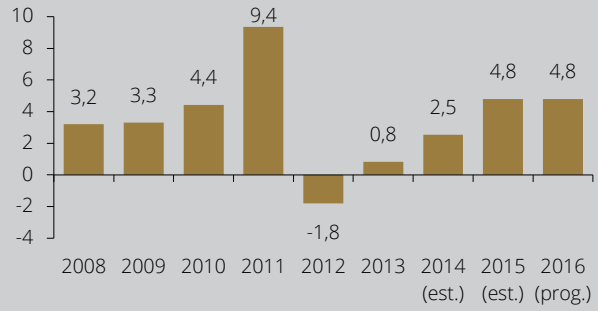
Quadro 27 • Principais indicadores económicos

	2012	2013	2014	2015	2016
		Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	-1,8	0,8	2,5	4,8	4,8
Inflação (taxa de variação homóloga)	1,7	-0,1	-0,1	2,4	2,5
Massa monetária (taxa de variação anual)	-6,0	14,8	30,7	26,8	..
Balança corrente (% do PIB)	-8,4	-5,0	0,6	3,9	-1,7
Saldo orçamental (% do PIB)	-1,8	-1,8	-2,5	-7,7	-1,4
Dívida pública externa (% do PIB)	30,6	31,2	33,3	31,4	..

Fontes (também dos gráficos seguintes): Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Gráfico 29 • PIB real

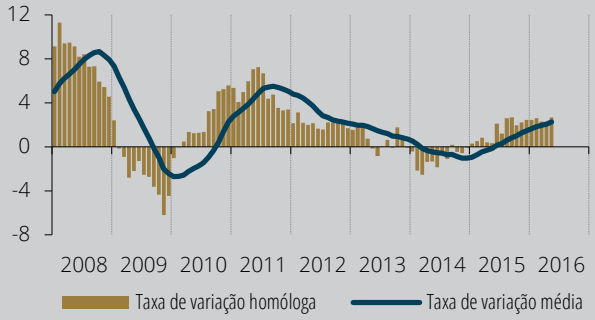
Taxas de variação anual, em %



A recuperação económica prosseguiu em 2015, suportada por uma boa colheita de castanha de caju e pela evolução favorável dos termos de troca. A melhoria do fornecimento de eletricidade e água contribuiu para um bom desempenho dos setores secundário e terciário.

Gráfico 30 • Inflação

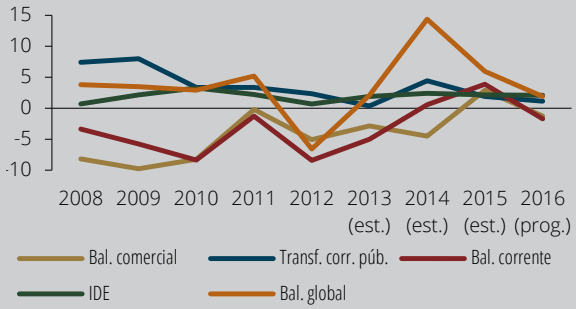
Variação anual do IPC, em %



Após um período de deflação que se prolongou pelo ano de 2014, a taxa de inflação regressou a terreno positivo em 2015. A aceleração da atividade económica tem sido o principal motor desta evolução dos preços.

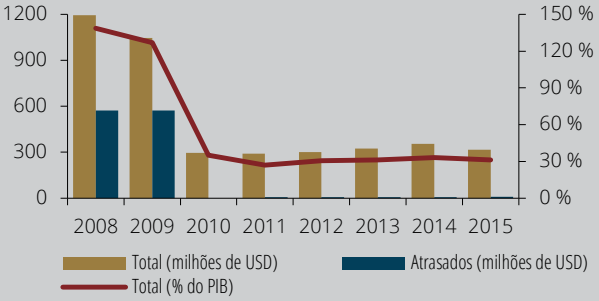
Gráfico 31 • Contas externas

Em % do PIB



O expressivo aumento das exportações em 2015 (63,1 por cento) traduziu-se numa melhoria dos saldos das balanças comercial e corrente. No seguimento dos desenvolvimentos políticos recentes, a retoma do apoio dos parceiros de desenvolvimento encontra-se suspensa.

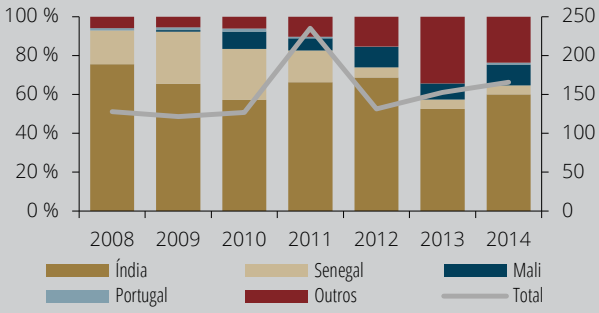
Gráfico 32 • Dívida pública externa



A dívida externa permanece estável desde as iniciativas de alívio de dívida (HIPC e MDRI), em valores próximos de 30 por cento do PIB.

Gráfico 33 • Exportações de mercadorias

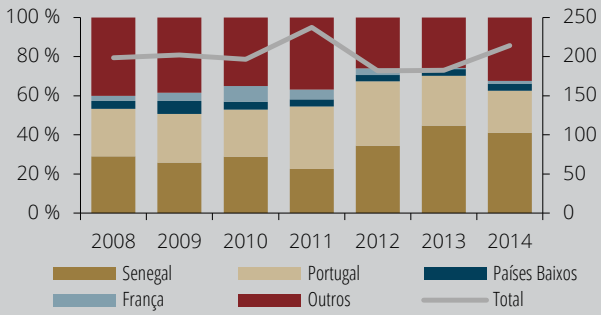
Destinos em %, total em USD milhões



O setor exportador é pouco diversificado, com as vendas de castanha de caju a representarem entre 80 a 90 por cento dos produtos vendidos ao exterior (sobretudo à Índia). Nos últimos anos, as boas colheitas e a evolução do preço deste bem têm contribuído para o aumento do valor das exportações.

Gráfico 34 • Importações de mercadorias

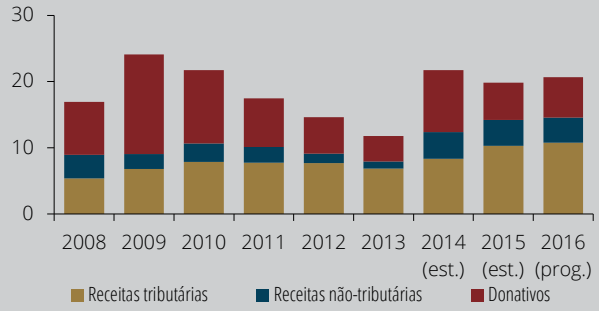
Origens em %, total em USD milhões



A distribuição geográfica das importações permanece relativamente inalterada, mantendo Portugal a posição de segundo maior fornecedor da Guiné-Bissau.

Gráfico 35 • Receitas públicas

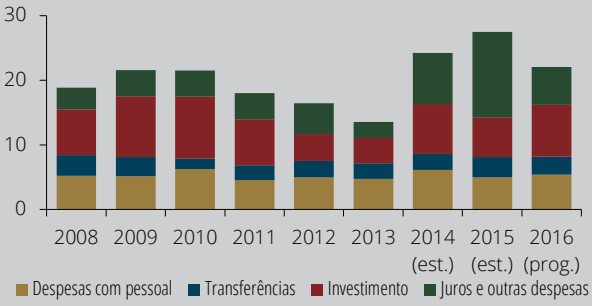
Em % do PIB



A expansão da atividade económica permitiu o aumento da arrecadação de receitas tributárias. Os donativos dos parceiros de desenvolvimento, que haviam recuperado no seguimento da realização de eleições em 2014, recuaram novamente em virtude do atual contexto de indefinição política.

Gráfico 36 • Despesas públicas

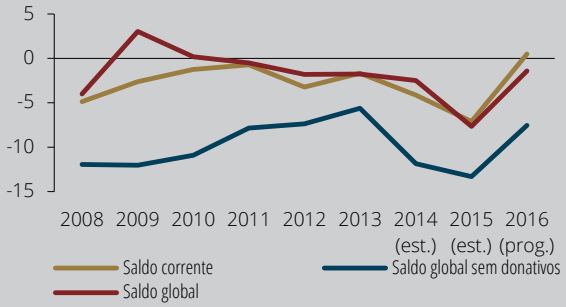
Em % do PIB



A intervenção em duas instituições financeiras em dificuldades durante 2015 resultou num aumento muito significativo da despesa pública. O investimento público, financiado em grande parte por donativos, mantém-se em níveis semelhantes aos que antecederam a crise política de 2012/2013.

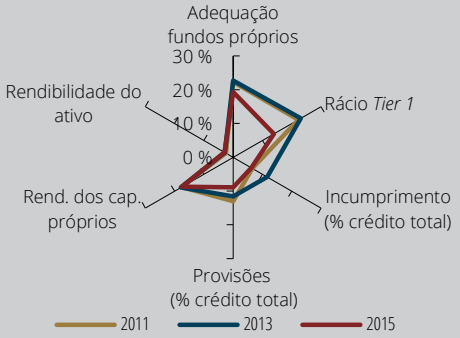
Gráfico 37 • Contas públicas

Em % do PIB



As contas públicas sofreram uma grande deterioração em 2015, refletindo principalmente a quebra no valor dos donativos e a realização de despesas que não se encontravam previstas.

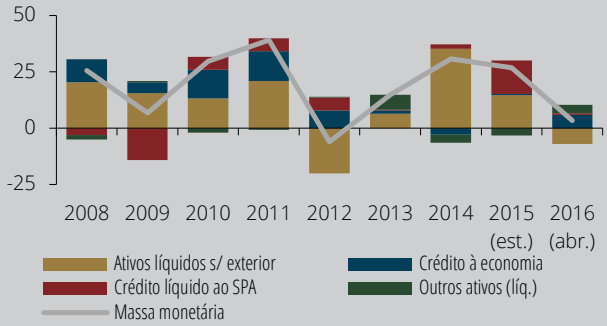
Gráfico 38 • Estabilidade financeira



As autoridades guineenses intervencionaram duas instituições financeiras em 2015, em resposta às dificuldades originadas pelo aumento muito significativo do crédito em incumprimento no setor bancário.

Gráfico 39 • Fatores de variação da liquidez

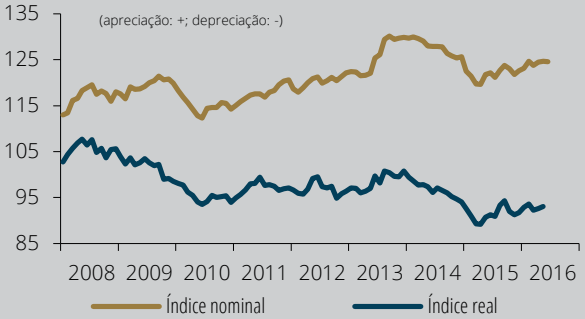
Variações em % do valor inicial da massa monetária



A massa monetária expandiu 26,8 por cento em 2015, em resultado da acumulação de reservas cambiais e do aumento significativo do crédito ao setor público, este último como consequência direta da intervenção no sistema financeiro.

Gráfico 40 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



A depreciação de 6,5 por cento do franco CFA face à rupia indiana em 2015 contribuiu para o ganho de competitividade (medida pelo índice de taxa de câmbio efetiva) face aos principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau – Índia, Senegal, Portugal e Mali.

Quadro 28 • Indicadores económicos

		2011	2012	2013	2014	2015		2016		
				Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços										
PIB nominal	mil milhões de francos CFA	518,3	505,1	516,7	529,7	636,3	600,9	639,9	–	
	milhões de euros	790,1	770,0	787,6	807,5	970,0	916,0	975,5	–	
PIB real	taxa variação anual	9,4	-1,8	0,8	2,5	4,7	4,8	4,8	–	
Inflação (I. P. Consumidor)	taxa variação homóloga	3,4	1,7	-0,1	-0,1	2,0	2,4	2,5	2,7	mai.
	taxa variação média anual	5,0	2,1	0,7	-1,0	1,3	1,5	2,6	2,3	mai.
Finanças públicas										
Receitas totais	% do PIB	17,5	14,6	11,8	21,8	17,8	19,9	20,7	–	
Despesas totais	% do PIB	18,0	16,5	13,6	24,2	20,0	27,5	22,1	–	
Saldo global	% do PIB	-0,5	-1,8	-1,8	-2,5	-2,2	-7,7	-1,4	–	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-7,9	-7,4	-5,6	-11,9	-8,0	-13,3	-7,5	–	
Moeda e crédito										
Crédito líquido ao SPA	taxa variação anual	183,3	88,6	2,6	17,1	5,9	143,3	–	3,0	abr.(c)
Crédito à economia	taxa variação anual	48,3	27,2	3,6	-8,2	10,8	2,4	–	29,5	abr.(c)
Massa monetária (M2)	taxa variação anual	39,1	-6,0	14,8	30,7	11,1	26,8	–	3,4	abr.(c)
Taxas de juro										
Passiva, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	4,9	4,3	4,5	3,7	–	3,3	–	–	
Ativa, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	9,7	9,8	9,4	9,1	–	8,5	–	–	
Estabilidade financeira										
Adequação dos fundos próprios	percentagem	22,3	23,7	22,7	20,1	–	19,3	–	19,0	mar.
Incumprimento	% crédito total	6,5	6,4	11,6	25,7	–	6,2	–	5,6	mar.
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem	17,7	18,0	17,9	17,5	–	17,5	–	16,5	mar.
Balança de pagamentos										
Exportações f.o.b.	taxa variação anual	57,9	-41,4	20,8	11,4	26,1	63,1	-14,4	–	
Importações f.o.b.	taxa variação anual	8,3	-19,1	2,8	22,6	7,0	19,2	1,2	–	
Balança corrente	% do PIB	-1,3	-8,4	-5,0	0,6	-1,6	3,9	-1,7	–	
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-4,6	-10,8	-5,4	-3,9	-4,2	2,0	-2,9	–	
Dívida externa										
Stock total	milhões de USD	293,1	302,7	326,0	356,7	–	318,6	–	–	
	% do PIB	27,0	30,6	31,2	33,3	–	31,4	–	–	
	% exportações(a)	104,9	197,7	170,6	167,7	–	109,8	–	–	
Serviço da dívida	% exportações(a)	0,3	0,5	0,9	1,5	–	2,2	–	–	
Taxas de câmbio										
Taxa bilateral EUR/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	656,0	656,0	656,0	656,0	–	656,0	–	656,0	jun.
Taxa bilateral USD/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	477,5	510,5	494,1	494,4	–	591,4	–	588,1	jun.
ITCE nominal (base 100: 2000)(b)	taxa variação anual	5,6	1,3	6,3	-3,3	–	-2,4	–	1,6	jun.(c)
ITCE real (base 100: 2000)(b)	taxa variação anual	3,3	-0,8	4,6	-6,7	–	-2,5	–	1,5	mai.(c)

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Exportações de bens e serviços; (b) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2010/2014; (c) Variações face a dezembro anterior.

Quadro 29 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2011	2012	2013	2014	2015		2016
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Setor primário	233,3	236,8	228,0	217,9	290,1	233,8	242,1
Agropecuária, silvicultura e pesca	233,3	236,8	228,0	217,9	290,1	233,8	242,1
Setor secundário	64,3	68,4	74,5	80,1	94,8	88,1	102,5
Agroalimentar	51,7	55,6	59,9	62,9	–	69,2	79,6
Indústria[a]	9,5	8,9	8,1	9,4	–	10,8	13,7
Construção	3,1	3,8	6,5	7,8	–	8,0	9,2
Setor terciário	200,5	181,4	197,0	211,0	223,6	255,9	271,1
Comércio, restaurantes e hotéis	105,6	95,0	111,3	115,2	111,3	155,5	163,3
Transportes e comunicações	26,0	26,1	26,3	26,3	30,7	27,5	30,3
Administração pública	51,3	42,6	43,4	53,1	49,7	55,7	59,6
Outros serviços	27,3	28,5	26,2	25,8	31,9	26,9	27,8
Serv. Interm. Fin. Indir. Medidos (FISIM)	-9,8	-10,9	-10,2	-9,3	–	-9,8	-9,8
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	498,1	486,6	499,6	509,0	608,5	577,7	615,8
Impostos indiretos e subsídios	20,2	18,5	17,1	20,7	27,8	23,2	24,1
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	518,3	505,1	516,7	529,7	636,3	600,9	639,9
Consumo	517,4	519,4	520,8	548,1	623,9	584,3	642,2
Público	69,8	65,8	65,5	91,9	63,7	88,6	94,7
Privado	447,5	453,6	455,4	456,2	560,2	495,7	547,6
Investimento	27,9	37,3	34,8	39,9	54,6	39,9	47,9
Formação bruta de capital fixo	27,4	33,1	29,4	34,5	54,5	34,5	42,6
Público	13,3	10,5	15,8	20,5	38,0	18,7	25,7
Privado	14,1	22,6	13,7	14,0	16,5	15,9	16,9
Variação de existências	0,6	4,1	5,3	5,3	0,1	5,3	5,3
Procura interna	545,3	556,7	555,6	588,0	678,4	624,2	690,1
Exportações de bens e serviços	133,4	78,2	94,4	105,2	132,7	171,6	146,9
Procura global	678,7	634,8	650,1	693,2	811,1	795,8	837,1
Importações de bens e serviços	160,4	129,8	133,4	163,5	174,9	194,9	197,2
Para memória:							
Poupança interna bruta	0,9	-14,3	-4,2	-18,4	12,4	16,6	-2,4
PIBpm nominal (milhões de USD)	1085,5	989,3	1045,7	1071,4	1080,4	1016,0	1136,0
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	12,9	-0,8	1,5	-0,0	14,7	-9,9	1,6
PIBpm nominal (variação anual em %)	23,5	-2,5	2,3	2,5	20,1	-5,6	6,5
PIBpm real (variação anual em %)	9,4	-1,8	0,8	2,5	4,7	4,8	4,8

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Inclui eletricidade e água.

Quadro 30 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2001	Dezembro	..	-1,8	-1,8	3,3
2002	Dezembro	..	2,5	2,5	1,8
2003	Dezembro	..	0,7	0,7	-5,0
2004	Dezembro	..	2,9	2,9	0,9
2005	Dezembro	..	0,3	0,3	3,4
2006	Dezembro	..	3,2	3,2	2,0
2007	Dezembro	..	9,3	9,3	4,6
2008	Dezembro	..	6,6	6,6	7,9
2009	Dezembro	..	-4,5	-4,5	-2,4
2010	Dezembro	..	5,6	5,6	2,3
2011	Dezembro	..	3,4	3,4	5,0
2012	Dezembro	..	1,7	1,7	2,1
2013	Dezembro	..	-0,1	-0,1	0,7
2014	Dezembro	..	-0,1	-0,1	-1,0
2015	Dezembro	..	2,4	2,4	1,5
2014	Janeiro	-0,3	-0,3	-0,4	0,5
	Fevereiro	-1,4	-1,7	-2,2	0,2
	Março	-0,4	-2,1	-2,5	-0,2
	Abril	0,8	-1,3	-1,4	-0,3
	Maio	0,5	-0,8	-1,3	-0,4
	Junho	-0,8	-1,6	-1,9	-0,5
	Julho	2,0	0,4	-0,5	-0,6
	Agosto	0,2	0,6	-1,1	-0,7
	Setembro	0,9	1,5	0,2	-0,7
	Outubro	-0,1	1,4	-0,5	-0,9
	Novembro	-0,6	0,8	-0,6	-1,0
	Dezembro	-0,9	-0,1	-0,1	-1,0
2015	Janeiro	0,1	0,1	0,3	-1,0
	Fevereiro	-1,2	-1,1	0,5	-0,7
	Março	-0,1	-1,2	0,8	-0,5
	Abril	0,4	-0,8	0,4	-0,3
	Maio	0,4	-0,4	0,4	-0,2
	Junho	1,0	0,6	2,1	0,2
	Julho	1,1	1,7	1,2	0,3
	Agosto	1,6	3,3	2,6	0,6
	Setembro	1,0	4,3	2,7	0,8
	Outubro	-0,8	3,5	1,9	1,0
	Novembro	-0,3	3,2	2,2	1,3
	Dezembro	-0,7	2,4	2,4	1,5
2016	Janeiro	0,1	0,1	2,4	1,7
	Fevereiro	-1,0	-0,9	2,6	1,8
	Março	-0,4	-1,3	2,3	1,9
	Abril	0,2	-1,1	2,1	2,1
	Maio	0,9	-0,2	2,7	2,3

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 31 • Balança de pagamentos

Em mil milhões de francos CFA

	2011	2012	2013	2014	2015		2016
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-6,6	-42,5	-25,8	3,1	-10,4	23,3	-11,2
Excluindo transferências oficiais	-23,9	-54,4	-27,7	-20,5	-26,7	12,0	-18,3
Balança comercial	-1,0	-25,7	-14,8	-23,9	-13,1	17,4	-8,3
Exportações (f.o.b.)	112,3	67,1	75,5	82,0	111,3	153,0	127,8
dq: Castanha de caju	103,1	60,0	60,9	69,1	–	131,4	115,2
Importações (f.o.b.)	-113,3	-92,8	-90,3	-105,9	-124,4	-135,6	-136,1
Balança de serviços	-26,0	-25,9	-24,2	-34,4	-26,9	-40,7	-42,0
Balança de rendimentos	-8,7	-16,9	-4,0	18,5	-4,3	12,0	8,6
dq: Juros programados	-0,7	-0,3	-0,1	–	-1,1	–	–
Transferências Correntes	29,1	26,0	17,1	42,9	33,9	34,6	30,5
Públicas	17,3	11,9	1,9	23,6	16,3	11,3	7,1
dq: Ajuda à balança de pagamentos	12,4	11,9	1,9	–	10,6	–	–
Privadas	11,8	14,1	15,3	19,3	17,6	23,3	23,4
dq: Remessas de emigrantes	10,5	12,4	14,8	–	15,8	–	–
Balança de Capital e Financeira	35,7	14,1	31,7	66,9	41,9	17,6	23,4
Balança de Capital	27,0	15,9	15,8	27,4	26,3	27,0	28,1
Transferências de capital	27,0	15,9	15,8	27,4	26,3	27,0	28,1
Balança Financeira	8,7	-1,8	15,9	39,5	15,6	-9,4	-4,7
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	9,8	7,6	12,4	13,3	12,3	6,5	11,9
dq: Desembolsos	10,2	7,6	12,5	13,4	37,3	8,0	13,3
Amortizações	-0,4	-0,0	-0,1	-0,1	-25,0	-1,5	-1,4
Outros ativos (líq.)	-1,1	-9,3	3,5	26,2	3,3	-15,9	-16,6
dq: Investimento direto estrangeiro	11,4	3,5	9,7	12,9	10,6	13,1	13,2
Investimento de carteira	0,0	0,0	0,0	9,5	0,2	5,0	0,2
Outro investimento – Outros setores	-12,5	-12,8	-6,2	3,8	-7,5	-34,0	-30,0
Erros e omissões	-2,3	-4,8	5,0	6,1	0,0	-5,2	0,0
Balança Global	26,8	-33,2	10,9	76,1	31,5	35,7	12,2
Financiamento	-26,8	33,2	-10,9	-76,1	-31,5	-35,7	-12,2
Variação das reservas oficiais (aumento: -)[a]	-26,8	33,2	-10,9	-76,1	-31,5	-35,7	-12,2

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro 32 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008 a 2014
China	0,2	0,2	0,9	0,7	0,8	1,7	2,7	1,1
Costa do Marfim	0,0	0,3	0,0	0,5	0,4	2,8	0,0	0,6
Índia	75,5	65,5	57,2	66,4	68,7	52,5	60,0	63,4
Mali	0,0	0,8	8,9	6,3	10,5	8,3	10,8	6,9
Portugal	1,3	1,5	1,7	0,7	0,1	0,1	1,0	0,9
Senegal	17,4	26,9	26,2	16,3	5,4	4,8	4,6	13,8
Singapura	2,1	0,0	0,8	6,7	5,5	9,5	8,5	5,3
Togo	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	8,4	0,0	1,9
Vietname	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	7,3	3,6	1,7
Outros	3,5	4,8	4,2	2,1	3,2	4,6	8,7	4,4

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 33 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008 a 2014
Brasil	2,7	3,7	3,4	2,5	1,3	1,0	0,8	2,2
Costa do Marfim	6,3	3,0	1,3	0,4	0,4	0,2	0,3	1,6
Espanha	1,9	4,1	1,3	2,8	1,8	1,9	3,9	2,6
França	2,6	4,2	8,2	5,0	3,3	0,7	1,3	3,6
Países Baixos	4,1	6,5	4,0	3,5	3,3	3,5	3,6	4,1
Paquistão	0,2	0,7	2,0	1,4	5,4	4,9	5,0	2,8
Portugal	24,2	24,9	24,0	32,0	33,0	25,5	21,5	26,5
Senegal	29,0	25,9	28,8	22,6	34,4	44,6	41,2	32,2
Tailândia	6,9	2,7	0,8	1,0	0,1	0,1	0,5	1,6
Outros	22,1	24,4	26,2	28,8	17,0	17,6	22,0	22,8

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 34 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida de médio e longo prazo	292,0	301,7	325,0	355,7	317,7
Credores multilaterais	113,7	135,0	152,7	183,6	173,8
Credores bilaterais	178,2	166,7	172,2	172,1	143,9
Dívida de curto prazo	1,1	1,1	1,0	1,0	0,8
Dívida Externa Total	293,1	302,7	326,0	356,7	318,6
dq: Atrasados	8,1	7,6	7,9	7,9	8,3
Serviço de dívida de m/l prazo programado	0,9	0,8	1,6	3,2	6,4
Capital	0,6	0,6	0,6	0,6	2,9
Juros	0,3	0,2	1,1	2,6	3,6
	(em % das exportações de bens e serviços)				
Dívida externa total	104,9	197,7	170,6	167,7	109,8
Serviço de dívida de m/l prazo programado	0,3	0,5	0,9	1,5	2,2
Capital	0,2	0,4	0,3	0,3	1,0
Juros	0,1	0,1	0,6	1,2	1,2
	(em % do PIB)				
Dívida externa total	27,0	30,6	31,2	33,3	31,4

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 35 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de francos CFA

	2011	2012	2013	2014	2015			2016
				Est.	Orç.	Est.	g.e.[a]	Prog.
1. Receitas Totais	90,7	74,0	60,9	115,2	113,5	119,3	105,1	132,3
1.1. Receitas correntes	52,6	46,0	41,1	65,5	76,8	85,3	111,1	93,1
Receitas não-tributárias	12,3	7,1	5,7	21,4	20,6	23,4	113,6	24,3
dq: Licenças de pesca	7,1	0,2	1,2	2,2	–	1,2	–	–
Receitas tributárias	40,3	38,9	35,4	44,2	56,2	61,9	110,1	68,8
1.2. Donativos	38,1	28,0	19,8	49,7	36,8	34,0	92,4	39,2
dq: Projetos	25,7	15,9	15,8	26,1	26,1	25,7	98,5	27,9
Ajuda orçamental	12,4	12,1	4,0	23,6	10,7	8,3	77,6	11,3
2. Despesas Totais	93,3	83,2	70,1	128,4	127,3	165,3	129,9	141,3
2.1. Despesas correntes	56,3	62,2	49,7	87,4	84,1	128,0	152,2	90,0
Despesas c/ pessoal	23,6	25,1	24,3	32,3	32,5	29,8	91,8	34,6
Transferências	11,8	12,8	12,6	13,3	20,2	18,8	92,9	17,8
Juros da dívida programados	0,4	0,1	0,4	2,7	5,5	4,1	74,5	3,2
Outras despesas	20,5	24,2	12,4	39,1	25,9	75,3	290,8	34,4
2.2. Despesas de capital	37,0	21,0	20,4	41,0	43,2	37,3	86,3	51,3
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-3,7	-16,2	-8,6	-21,9	-7,3	-42,7	–	3,1
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-40,7	-37,2	-29,0	-62,9	-50,6	-80,0	–	-48,2
5. Saldo Global: (1.) - (2.) (base compromissos)	-2,6	-9,2	-9,2	-13,2	-13,8	-46,0	–	-9,0
6. Variação de Atrasados	-3,5	2,9	0,0	-2,0	-9,0	-5,5	–	0,0
6.1. Internos	-3,5	2,9	0,0	-2,0	-8,1	-5,5	–	0,0
6.2. Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,9	0,0	–	0,0
7. Valores em trânsito, erros e omissões	-6,4	-8,1	4,0	-12,3	0,0	-2,0	–	0,0
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) (base caixa)	-12,5	-14,4	-5,2	-27,5	-22,8	-53,5	–	-9,0
9. Financiamento	16,3	14,5	6,6	27,7	18,0	50,3	–	8,3
9.1. Interno (líq.)	7,3	9,9	0,6	2,9	4,2	37,3	–	-3,6
dq: Sistema bancário	7,3	9,9	0,6	2,9	4,4	37,2	–	-3,6
9.2. Externo (líq.)	9,1	4,6	6,0	24,9	13,8	13,0	–	11,9
dq: Desembolsos	9,4	5,1	6,1	25,2	15,7	25,1	–	30,4
dq: Amortizações	-0,4	-0,5	-0,1	-0,3	-1,9	-12,1	–	-18,5
10. Diferencial de Financiamento[b]	3,8	0,1	1,4	0,3	-4,7	-3,2	–	-0,7

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução: valor realizado em percentagem do valor orçamentado; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 36 • Síntese monetária

Em mil milhões de francos CFA

	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2014		2016	Abr. 2016/2015	
					Est.	[1]	[2]	Abr.	[1]	[2]
Ativos Líquidos s/ Exterior	119,3	84,5	94,9	160,7	196,4	22,2	14,6	174,9	-11,0	-7,0
Banco Central	95,4	65,0	72,1	135,5	176,6	30,3	16,8	176,3	-0,2	-0,1
Bancos Comerciais	23,9	19,5	22,8	25,2	19,8	-21,3	-2,2	-1,4	-107,3	-6,9
Crédito Interno Total	61,7	85,4	88,3	86,5	124,4	43,8	15,5	144,7	16,4	6,6
Crédito líquido ao SPA	11,2	21,1	21,7	25,4	61,8	143,3	14,9	63,7	3,0	0,6
Crédito à economia	50,5	64,2	66,6	61,1	62,6	2,4	0,6	81,1	29,5	6,0
Outros Ativos (líq.)	-7,7	-7,1	3,8	-2,9	-11,0	279,9	-3,3	0,8	–	3,8
Total do Ativo	173,3	162,8	186,9	244,3	309,8	26,8	–	320,4	3,4	–
Massa Monetária (M2)	173,3	162,8	186,9	244,3	309,8	26,8	–	320,4	3,4	–
Circulação monetária	85,5	83,4	90,9	151,9	194,5	28,1	–	198,8	2,2	–
Depósitos à ordem	63,4	53,8	72,3	60,3	79,6	32,0	–	88,2	10,9	–
Quase-Moeda / Dep. Prazo	24,3	25,6	23,7	32,2	35,7	11,0	–	33,3	-6,8	–
Total do Passivo	173,3	162,8	186,9	244,3	309,8	26,8	–	320,4	3,4	–

Fontes:Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 37 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
Depósitos					
Até 1 mês	3,9	4,5	4,8	4,8	4,8
Entre 1 e 3 meses	3,0	4,9	4,7	4,6	4,7
Entre 3 e 6 meses	3,5	5,1	3,7	4,3	4,2
Entre 6 meses e 1 ano	4,9	4,3	4,5	3,7	3,3
Entre 1 e 2 anos	3,1	4,5	4,6	4,5	3,3
Entre 2 e 5 anos	4,8	2,7	5,3	4,5	3,5
Entre 5 e 10 anos	–	3,5	5,0	–	–
Não determinado	–	–	4,3	3,6	3,5
Crédito					
Até 1 mês	11,3	11,6	9,7	11,5	11,1
Entre 1 e 3 meses	8,8	1,4	9,9	9,5	9,1
Entre 3 e 6 meses	10,9	10,0	9,9	9,5	8,2
Entre 6 meses e 1 ano	9,7	9,8	9,4	9,1	8,5
Entre 1 e 2 anos	10,0	9,5	9,1	9,3	10,1
Entre 2 e 5 anos	10,2	7,9	9,0	9,4	8,8
Entre 5 e 10 anos	8,6	9,6	8,7	5,9	8,7
Não determinado	3,0	5,5	3,1	7,6	7,8
Operações do Banco Central					
Sistema bancário					
Taxa de desconto	3,3	3,0	2,5	2,5	2,5
Coeficente de Reservas	7,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Para memória:					
Inflação (t.v. homóloga no mês)	3,4	1,7	-0,1	-0,1	2,4

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 38 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios	22,3	23,7	22,7	20,1	19,3	19,0
Rácio *Tier 1*	22,3	22,3	23,1	21,4	13,9	15,3
Risco de crédito						
Incumprimento / crédito total	6,5	6,4	11,6	25,7	6,2	5,6
Provisões / crédito total	13,0	10,7	11,6	19,0	8,9	4,2
Rendibilidade						
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	17,7	18,0	17,9	17,5	17,5	16,5
ROA – Rendibilidade do ativo	2,5	2,6	2,9	2,9	2,9	2,8
Risco de liquidez						
Rácio crédito / depósitos	58,6	78,9	72,5	82,0	76,5	72,4
Rácio depósitos / ativo	35,6	45,9	56,2	59,2	45,7	43,3
Ativo líquido / ativo total	30,0	34,3	25,2	34,0	26,8	17,0

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 39 • Taxas de câmbio

Taxas médias

					ITCE[a] base 100: 2000	
		EUR/XOF	USD/XOF	INR/XOF	Nominal	Real
2001		656,0	732,9	15,5	100,8	100,3
2002		656,0	696,9	14,3	103,8	101,6
2003		656,0	581,5	12,5	109,1	99,5
2004		656,0	528,3	11,7	111,9	101,0
2005		656,0	527,6	12,0	110,8	100,4
2006		656,0	523,1	11,6	112,2	100,0
2007		656,0	479,5	11,6	112,0	99,5
2008		656,0	448,2	10,3	116,9	105,5
2009		656,0	472,2	9,8	119,4	101,7
2010		656,0	495,0	10,8	114,9	95,3
2011		656,0	477,5	10,1	117,8	97,2
2012		656,0	510,5	9,6	120,2	96,9
2013		656,0	494,1	8,5	125,7	98,4
2014		656,0	494,4	8,1	127,7	96,7
2015		656,0	591,4	9,2	121,8	91,4
2014	Janeiro	656,0	482,0	7,8	129,7	99,5
	Fevereiro	656,0	480,2	7,7	130,0	98,7
	Março	656,0	474,5	7,8	129,6	97,7
	Abril	656,0	474,9	7,9	129,1	97,8
	Maio	656,0	477,7	8,1	128,0	97,4
	Junho	656,0	482,6	8,1	127,9	96,1
	Julho	656,0	484,5	8,1	127,9	97,2
	Agosto	656,0	492,6	8,1	127,8	96,5
	Setembro	656,0	508,5	8,3	126,3	96,0
	Outubro	656,0	517,6	8,4	125,9	95,3
	Novembro	656,0	525,9	8,5	125,4	94,7
	Dezembro	656,0	532,0	8,5	125,6	94,1
2015	Janeiro	656,0	564,5	9,1	122,5	92,6
	Fevereiro	656,0	577,9	9,3	121,4	91,0
	Março	656,0	605,2	9,7	119,7	89,3
	Abril	656,0	608,6	9,7	119,6	89,2
	Maio	656,0	588,3	9,2	121,8	90,7
	Junho	656,0	585,0	9,2	122,1	91,3
	Julho	656,0	596,5	9,4	121,1	91,0
	Agosto	656,0	588,9	9,0	122,7	93,3
	Setembro	656,0	584,6	8,8	123,8	94,3
	Outubro	656,0	583,9	9,0	123,1	92,0
	Novembro	656,0	611,0	9,2	121,8	91,2
	Dezembro	656,0	603,1	9,1	122,6	91,7
2016	Janeiro	656,0	604,0	9,0	123,1	92,8
	Fevereiro	656,0	591,3	8,7	124,7	93,6
	Março	656,0	591,0	8,8	123,8	92,2
	Abril	656,0	578,5	8,7	124,4	92,6
	Maio	656,0	579,9	8,7	124,6	93,1
	Junho	656,0	584,2	8,7	124,6	–

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014. Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação do franco CFA.

4. Moçambique

Área: 799 380 Km^2

Capital: Maputo

População: 28,0 milhões
(2015; fonte: ONU)

Moeda: Metical

O crescimento em Moçambique abrandou em 2015, devido sobretudo à quebra do investimento. O défice da balança corrente agravou-se face ao do ano anterior, ao que se associaram quebras do investimento direto estrangeiro e da ajuda internacional. As intervenções do Banco de Moçambique para suportar o metical e garantir a importação de combustíveis e o serviço da dívida pública pressionaram o *stock* de reservas oficiais. Com os cinco primeiros meses marcados por um aumento significativo da inflação, o ano de 2016 deverá caraterizar-se por continuidade da política monetária contracionista iniciada em outubro de 2015, política orçamental expansionista e riscos de abrandamento do crescimento ligados ao atraso nas negociações público-privadas em torno de grandes projetos de investimento.

O **crescimento económico em Moçambique** manteve-se robusto em 2015 (6,6 %), tendo-se reduzido contudo ligeiramente face à taxa média de crescimento anual de 7 por cento registada nos 8 anos precedentes. A intermediação financeira e a produção de bebidas e tabaco revelaram-se as atividades com maior contributo negativo para o crescimento de 2015, contrabalançadas principalmente pela política orçamental expansionista (setor da administração pública). Mesmo desacelerando, a economia moçambicana cresceu em 2015 acima da taxa de crescimento média na África subsariana e a sua taxa de crescimento prevista para 2016 (6,5 por cento) supera o dobro da taxa prevista para a região (3 por cento).

Moçambique continua a contar com o apoio consistente do FMI ao longo do seu processo de estabilização económica, tendo em vigor um programa ao abrigo do *Policy Support Instrument*, assinado em junho de 2013, e um programa de Facilidade de Crédito *Standby* para o período 2015-2017.

O abrandamento que a formação bruta de capital fixo havia experimentado em 2014 deu lugar a uma queda expressiva de 25 por cento (em termos reais) em 2015, refletindo sobretudo a suspensão de alguns grandes projetos que aguardam negociações e regulamentação. Esta componente da despesa mantém, contudo, um peso considerável no PIB – superior a 30 por cento. O consumo final continuou, em 2015, a representar um dos principais fatores dinamizadores da atividade económica, mas o maior contributo positivo para o crescimento real do PIB adveio da redução (real) de 31 por cento das importações de serviços.

Apesar da forte depreciação do metical face ao dólar norte-americano, a sua depreciação mais moderada face ao rand sul-africano, os preços reduzidos dos bens alimentares e a estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transportes, eletricidade, gás e água) permitiram uma **subida moderada da inflação** média entre 2014 e 2015, de 2,3 para 2,4 por cento. Estas taxas de inflação estão entre as mais baixas dos últimos 15 anos. Contudo, os primeiros meses de 2016 trouxeram já taxas de variação homólogas de 11 a 16 por cento, com tendência crescente, impulsionadas pela continuação da depreciação da moeda nacional face ao dólar e por subidas nos preços administrados de pão e eletricidade.

Com vista a corrigir as condições adversas do mercado cambial, a estancar a perda de reservas e a precaver a possibilidade de a inflação ultrapassar em 2016 o limiar máximo de 6 por cento estabelecido como objetivo, o Banco de Moçambique iniciou, em outubro de 2015, um **ciclo de política monetária contracionista**. Entre outubro e novembro, foram aumentados: a taxa da facilidade de cedência de crédito, em 0,75 pontos percentuais (p.p.), a taxa de depósito, em 1,25 p.p. e o coeficiente de reservas obrigatórias, em 2,50 p.p.. A expansão monetária, que acelerou para 26,1 por cento em 2015 (22,2 por cento em 2014), deverá abrandar em 2016 para 7,9 por cento, refletindo os objetivos da política de contração monetária adotada. Os **indicadores de estabilidade financeira** denotavam um sistema bancário bem capitalizado, com elevada solidez, rentabilidade e resiliência, para além de baixos níveis de crédito em incumprimento.

A intensa intervenção do banco central no mercado cambial, no final de 2014 e início de 2015, com vista a estabilizar a **taxa de câmbio do metical**, teve como consequência uma erosão líquida de reservas em 700 milhões de dólares. Esta intervenção foi descontinuada em abril de 2015 e o câmbio do metical passou a evoluir livremente, tendo-se depreciado fortemente durante o resto do ano – o preço do metical em dólares registava, em dezembro de 2015, uma queda homóloga superior a 36 por cento. Associado a esta depreciação, o compromisso do Banco de Moçambique em fornecer os dólares norte-americanos necessários à cobertura das importações de combustíveis e ao pagamento do serviço da dívida da EMATUM conduziu a nova erosão de reservas, as quais, no final de 2015, representavam 2,5 mil milhões de dólares e 3,0 meses de importações (3,1 mil milhões e 3,9 meses no final de 2014).

A suspensão de grandes projetos de investimento estrangeiro, intensivos em importações, tem beneficiado o **saldo da balança corrente moçambicana**. Contudo, a redução do preço de matérias-primas e o crescimento da procura interna (por importações) pressionaram esta balança corrente, agravando-se o seu défice em mais de 350 milhões de dólares entre 2014 e 2015 – este défice representou já cerca de 40 por cento do PIB em 2015 (33,5 por cento em 2014). Apesar da depreciação do metical, a inelasticidade da procura de importações não permite a correção substancial destes desequilíbrios.

O défice orçamental reduziu-se, em 2015, em cerca de 30 mil milhões de meticais (5,9 p.p. do PIB). Esta consolidação orçamental baseou-se em contenção de despesa, concentrada sobretudo nas rubricas de despesa de capital – especialmente na despesa de capital com financiamento externo, que teve uma redução de 20 mil milhões de meticais. Durante o ano, as contas públicas foram particularmente pressionadas pela regularização de subsídios a combustíveis, atrasos nos fluxos de donativos e reembolso de créditos de empresas em sede de IVA.

A dívida do Estado continuou a crescer em 2015, tendo ascendido a 73 por cento do PIB no final do ano (48 por cento no final de 2014). A sua componente externa, que cresceu em 19 pontos percentuais do PIB, continuou a ser a principal responsável por esta ascensão da dívida pública, tendo representado já 84 por cento da dívida total, no final de 2015. Este é o principal risco visado pela mais recente análise de sustentabilidade da dívida efetuada pelo FMI (janeiro de 2016), na medida em que expõe largamente as contas públicas à depreciação que o metical tem vindo a sofrer, apesar de aquela instituição afastar o risco de incumprimento pelo Estado moçambicano.

Para 2016, espera-se um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento (de 6,6 para 6,5 por cento), embora tenham sido já expressas, por parte do FMI, expetativas de revisão em baixa dessa projeção. O prolongamento do atraso na construção das infraestruturas de exploração de gás natural liquefeito, que resultará de eventual continuação do bloqueio nas negociações entre o Governo e as empresas envolvidas, é um dos principais riscos que impende sobre o crescimento de 2016. Esse risco afeta também a balança de pagamentos, já que a suspensão dos fluxos de investimento direto estrangeiro pode pôr em causa as presentes estimativas de melhoria do saldo da balança corrente em 2016. O recente orçamento retificativo para o presente ano projeta um agravamento do défice orçamental para 8,7 por cento do PIB, resultante sobretudo da ascensão das despesas correntes e de capital. O Banco de Moçambique planeia um abrandamento da expansão monetária em 2016, tendo assumido, no âmbito dos programas vigentes com o FMI, os compromissos de (i) dar continuidade ao ciclo de política monetária contracionista iniciado em outubro de 2015, (ii) reformar o mercado cambial, permitindo maior flexibilidade cambial para o metical, (iii) descontinuar gradualmente a garantia de fornecimento de dólares norte-americanos para as importações de combustível, (iv) minimizar as intervenções no mercado cambial e (v) salvaguardar o *stock* de reservas em caso de manutenção de pressão elevada na balança de pagamentos.

Os principais riscos de longo prazo para a economia moçambicana estão associados à continuidade de preços reduzidos das matérias-primas e a abrandamentos significativos em parceiros relevantes, como é o caso da China. Tais desenvolvimentos poderão atrasar investimentos na exploração energética, prejudicando o potencial de crescimento de Moçambique.

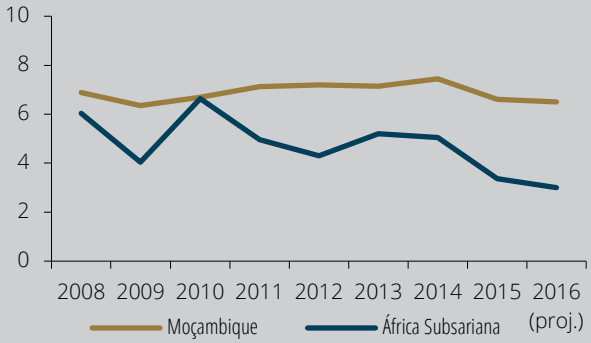
Quadro 40 • Principais indicadores económicos

	2013	2014	2015	2016
			Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	7,1	7,4	6,6	6,5
Inflação (taxa de variação homóloga)	3,0	1,1	11,1	5,6
Massa monetária (taxa de variação)	16,3	22,2	26,1	7,9
Balança corrente (% do PIB)	-38,8	-33,5	-39,8	-33,1
Reservas oficiais (meses de importações[a])	3,3	3,9	3,0	2,3
Saldo orçamental (% do PIB)	-4,6	-7,8	-1,9	-8,7
Dívida pública (% do PIB)	42,0	48,4	73,0	69,5

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, Banco de Moçambique, Direção Nacional de Planificação e Orçamento de Moçambique e Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.
Nota: (a) Do ano seguinte.

Gráfico 41 • PIB real

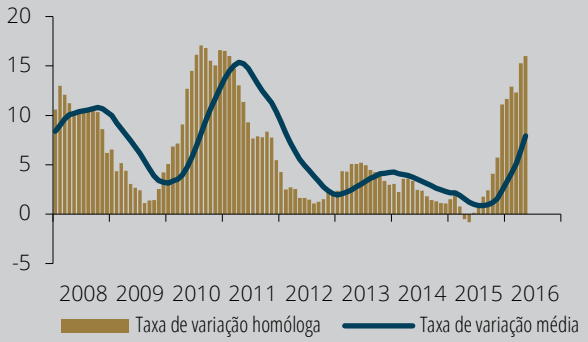
Taxas de variação anuais, em %



Moçambique tem vindo a apresentar ritmos de crescimento sustentadamente elevados (sempre acima de 6 por cento desde 2001), com crescimentos reais claramente acima da média da região desde 2011.

Gráfico 42 • Inflação

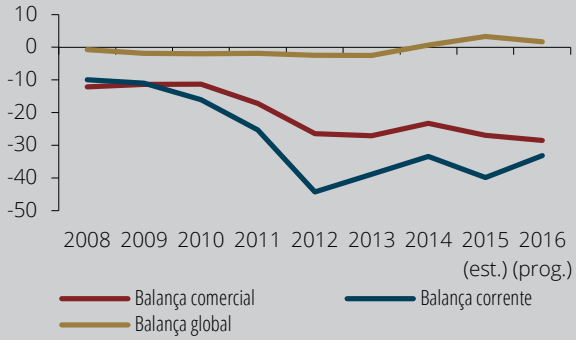
Variação anual do IPC, em %



Depois de uma trajetória descendente em 2014, a inflação assumiu, desde 2015, uma rota marcadamente ascendente, associada a movimentos de depreciação do metical face a moedas de parceiros comerciais importantes (e.g. renminbi e rand) e a pressões inflacionistas em bens alimentares e bebidas não-alcoólicas.

Gráfico 43 • Contas externas

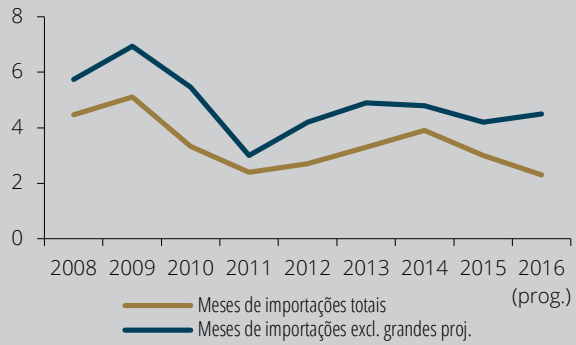
Em % do PIB



Em 2015, o IDE nos setores dos recursos naturais foi afetado pelo atraso da finalização de acordos de exploração, os preços de relevantes matérias-primas sofreram reduções e os fluxos de ajuda internacional foram suspensos, gerando quebras importantes nas entradas de capitais internacionais.

Gráfico 44 • Reservas cambiais

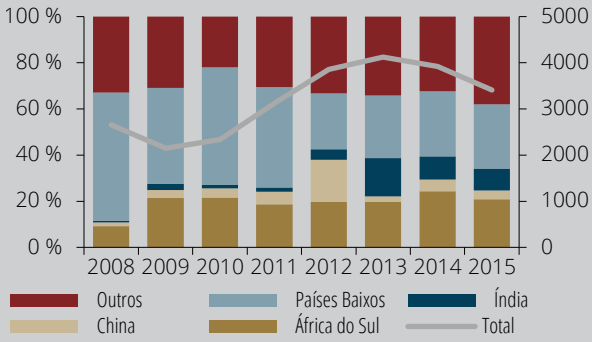
Em meses de importações de bens e serviços



A redução que se tem verificado na entrada de fluxos de capitais internacionais tem vindo a gerar importante pressão sobre as reservas cambiais, já parcialmente contrabalançada pela redução que se tem observado no défice orçamental público e pela depreciação do metical.

Gráfico 45 • Exportações de mercadorias

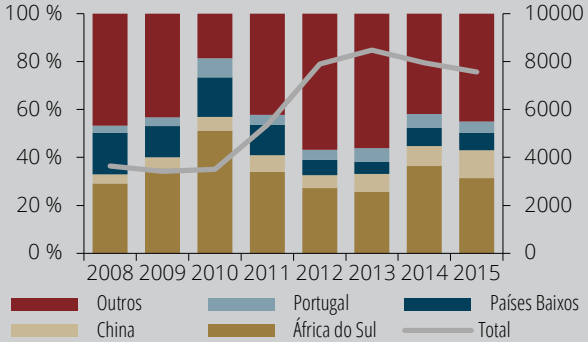
Destinos em %, total em USD milhões



A África do Sul e os Países Baixos têm vindo a manter-se como os principais mercados das exportações moçambicanas, apesar da progressiva diversificação dos mercados recetores.

Gráfico 46 • Importações de mercadorias

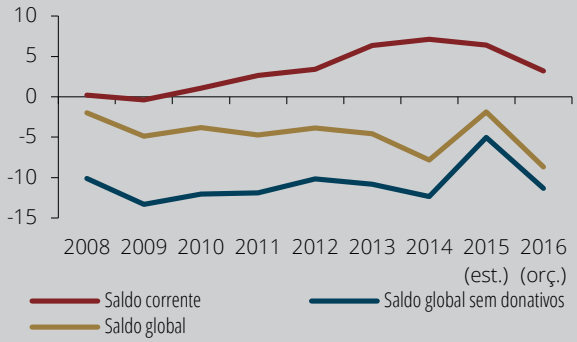
Origens em %, total em USD milhões



A predominância da África do Sul no conjunto das origens de importações moçambicanas mantém-se, tendo a China vindo a ganhar relevo, assim como Portugal, que teve em 2015 maior quota do que, por exemplo, Índia ou Emirados Árabes Unidos.

Gráfico 47 • Contas públicas

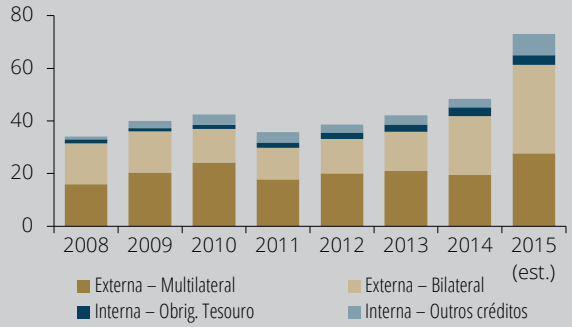
Em % do PIB



Apesar da consistência do saldo corrente, em terreno positivo desde 2010, as oscilações das despesas de capital continuam a ter forte impacto nas contas públicas de Moçambique.

Gráfico 48 • Dívida pública

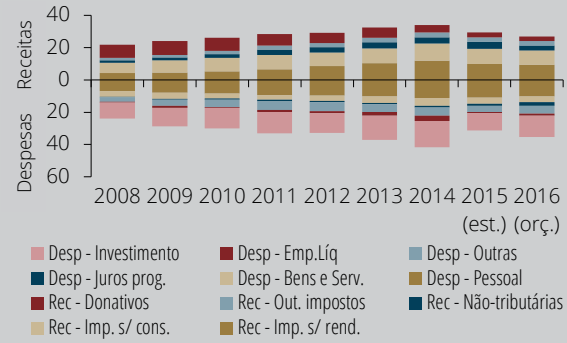
Em % do PIB



O aumento da dívida pública moçambicana nos últimos anos refletiu-se sobretudo na componente externa, a qual representava mais de 60 por cento do PIB no final de 2015.

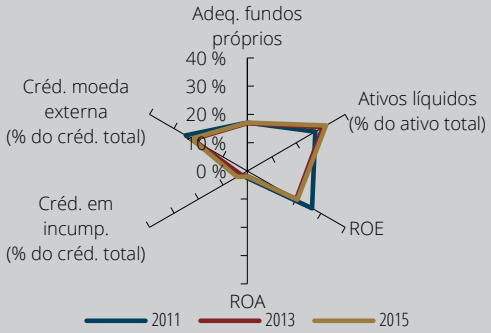
Gráfico 49 • Receitas e despesas públicas

Em % do PIB



A evolução do défice orçamental tem sido determinada pelo esforço de investimento público, pela despesa com pessoal e pela receita fiscal.

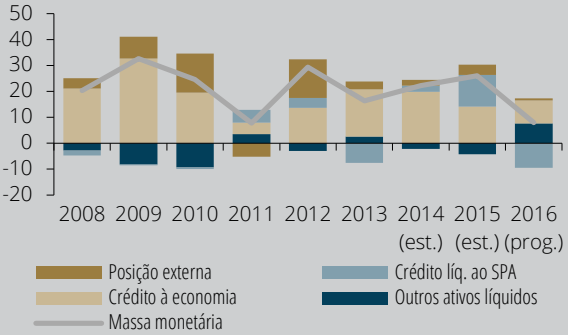
Gráfico 50 • Indicadores de estabilidade financeira



O sistema bancário moçambicano tem-se mostrado bem capitalizado nos últimos anos, apresentando uma elevada solidez e baixas percentagens de crédito em incumprimento.

Gráfico 51 • Fatores de variação da liquidez

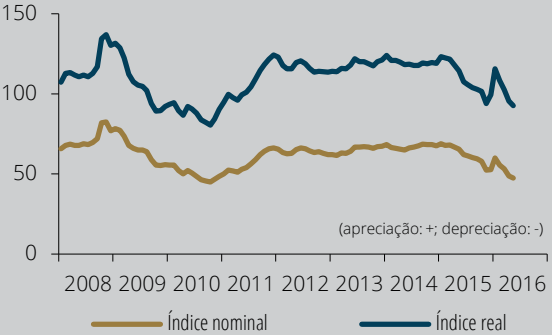
Variações em % do valor inicial da massa monetária



O crescimento médio da massa monetária superou, nos últimos 8 anos, os 20 por cento ao ano, mas deverá, em 2016, conhecer um abrandamento, em linha com as perdas de influxos de capitais internacionais.

Gráfico 52 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2001, médias mensais



A evolução dos câmbios efetivos evidencia a depreciação nominal e real que o metical tem experimentado a partir do ano 2015, um movimento que tem contribuído para contrabalançar parcialmente o défice externo.

Quadro 41 • Indicadores económicos

		2011	2012	2013	2014	2015		2016	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	milhões de EUR	9434	12014	12 144	13 043	13 550	13 961	12 071	–
PIB real	t. var. anual	7,1	7,2	7,1	7,4	7,0	6,6	6,5	–
Inflação (Índ.Preços no Consumidor)	t. var. homóloga	5,5	2,2	3,0	1,1	5,5	11,1	5,6	16,0 mai.
	t. var. média	10,4	2,1	4,2	2,3	4,0	2,4	5,6	7,9 mai.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	28,4	29,0	32,5	33,9	30,7	29,5	26,8	–
Despesas totais	% do PIB	33,1	32,9	37,0	41,8	36,2	31,4	35,4	–
Saldo global	% do PIB	-4,7	-3,8	-4,6	-7,8	-5,5	-1,9	-8,7	–
Saldo global sem donativos	% do PIB	-11,9	-10,1	-10,8	-12,4	-9,0	-5,0	-11,3	–
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	53,6	98,5	-16284,0	36,6	-54,0	361,6	-135,2	85,5 jun.[g]
Crédito à economia	t. var. anual	6,4	19,9	28,7	28,3	17,5	19,3	12,9	6,0 jun.[g]
Massa monetária (M3)	t. var. anual	7,8	29,4	16,3	22,2	17,1	26,1	7,9	5,7 jun.[g]
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	t. anual	13,4	11,5	9,1	9,1	–	9,4	–	10,6 jun.
Ativa, a 1 ano	t. anual	23,7	21,4	20,3	20,8	–	19,1	–	21,3 jun.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios[a]	percentagem	17,1	17,9	16,9	15,1	–	17,1	–	–
Crédito em incumprimento[b]	% crédito total	2,6	3,2	2,8	3,3	–	4,3	–	–
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	percentagem	26,5	19,6	20,0	22,2	–	20,4	–	–
Balança de pagamentos									
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	33,6	23,6	6,9	-5,0	2,9	-12,8	6,7	–
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	52,8	47,2	7,3	-6,2	7,7	-4,7	3,8	–
Balança corrente	% do PIB	-25,3	-44,3	-38,8	-33,5	-39,0	-39,8	-33,1	–
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-31,3	-48,9	-45,5	-39,7	–	-43,3	–	–
Reservas oficiais	meses de import.[d]	2,4	2,7	3,3	3,9	2,7	3,0	2,3	–
	meses de import.[e]	3,0	4,2	4,9	4,8	4,7	4,2	4,5	–
Dívida pública									
Dívida externa	milhões de EUR	3194	3684	4221	5711	–	6751	–	–
	% do PIB	29,8	33,1	35,9	41,9	–	61,3	–	–
	% exportações[f]	121,0	103,9	121,3	151,7	–	177,5	–	–
Dívida interna	milhões de EUR	626	611	725	894	–	1288	–	–
	% do PIB	5,9	5,5	6,2	6,5	–	11,7	–	–
Taxas de câmbio									
EUR/MZM (mercado oficial)	t. média	40,5	36,1	39,7	40,8	–	42,4	–	62,6 mai.
USD/MZM (mercado oficial)	t. média	29,1	28,1	29,9	30,7	–	38,3	–	55,4 mai.
USD/MZM (mercado paralelo)	t. média	31,0	29,5	31,5	31,5	–	42,1	–	66,0 jun.
ITCE nominal (base 100: 2001)[c]	t. variação[g]	36,8	-6,2	8,0	0,7	_	-22,2	–	-9,7 mai.
ITCE real (base 100: 2001)[c]	t. variação[g]	37,7	-8,7	6,7	-1,6	_	-16,5	–	-6,7 mai.

Fontes: Banco de Moçambique, FMI, OCDE, Direção Nacional de Planificação e Orçamento de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (d) De bens e serviços do ano seguinte; (e) De bens e serviços, excluindo megaprojetos; (f) De bens e serviços; (g) Variação face a dezembro do ano anterior.

Quadro 42 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de MZM

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
					Est.	Est.	Prog.
Setor primário	94 292	100 369	109 287	116 129	120 982	136 050	–
Agricultura e pecuária	88 347	94 128	102 491	108 734	113 213	126 548	–
Pesca	5946	6241	6796	7395	7768	9503	–
Setor secundário	60 520	67 760	75 492	81 860	99 790	116 488	–
Indústria extrativa	5557	8428	13 081	15 230	23 894	30 309	–
Indústria transformadora	36 104	39 299	39 413	41 591	47 821	54 169	–
Eletricidade e água	11 997	12 085	13 841	16 301	17 116	18 296	–
Construção	6862	7948	9158	8737	10960	13714	–
Setor terciário	164 571	183 301	210 489	239 075	262 154	287 266	–
Comércio e Reparações	34 791	39 123	47 427	56 305	61 523	64 482	–
Restaurantes e Hotéis	8784	10 779	9516	10 134	10 973	12 999	–
Transportes e Armazenagem	32 093	30 339	35 746	43 075	39 781	43 792	–
Informação e Comunicação	12 564	13 787	15 252	16 494	17 858	19 051	–
Serviços Financeiros	11 989	18 113	19 812	22 442	24 459	27 436	–
Atividades imobiliárias, alugueres	23 836	26 054	28 598	31 498	31 124	34 098	–
Administração pública	16 749	19 324	21 662	25 271	31 291	37 437	–
Educação	22 202	25 806	31 314	33 972	42 271	46 821	–
Saúde e ação social	5248	6137	7624	7922	10 497	11 296	–
Outros	-3686	-6161	-6461	-8038	-7623	-10 145	–
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	319 384	351 430	395 269	437 064	482 926	539 804	–
Impostos indiretos	25 455	30 262	37 853	45 169	48 851	52 219	–
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	344 839	381 692	433 121	482 233	531 777	592 024	673 000
Consumo	332 479	365 713	427 472	478 223	510 726	556 965	–
Público	64 131	76 137	90 282	115 101	138 592	157 827	–
Privado	268 348	289 576	337 190	363 123	372 134	399 138	–
Investimento	63 090	97 969	205 222	262 667	294 406	250 131	273 238
Formação Bruta de Capital Fixo	61 599	82 232	152 145	189 791	228 937	182 811	–
Variação de Existências	1491	15 738	53 076	72 875	65 469	67 320	–
Procura interna	395 569	463 683	632 694	740 890	805 132	807 096	–
Exportações de bens e serviços	108 659	127 587	140 228	146 451	177 397	187 559	–
Procura global	504 228	591 270	772 922	887 341	982 529	994 655	–
Importações de bens e serviços	159 389	209 578	339 800	405 108	450 752	402 631	–
Para memória:							
Poupança interna bruta	12 360	15 978	5650	4010	21 051	35 059	–
PIBpm nominal (milhões de USD)	10 454	13 135	15 415	16 123	17 327	15 466	14 800
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	7,6	3,3	5,9	3,9	2,6	4,4	5,6
PIBpm nominal (variação anual em %)	14,8	10,7	13,5	11,3	10,3	11,3	12,5
PIBpm real (variação anual em %)	6,7	7,1	7,2	7,1	7,4	6,6	6,5

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique,Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 43 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2004	Dezembro	1,9	9,3	11,4
2005	Dezembro	3,9	13,1	7,0
2006	Dezembro	2,2	8,1	13,6
2007	Dezembro	3,2	12,1	9,2
2008	Dezembro	0,9	11,8	14,5
2009	Dezembro	2,1	4,2	3,3
2010	Dezembro	3,5	16,6	12,7
2011	Dezembro	1,3	5,5	10,4
2012	Dezembro	1,0	2,2	2,1
2013	Dezembro	0,6	3,0	4,2
2014	Dezembro	0,6	1,1	2,3
2015	Dezembro	5,8	11,1	2,4
2014	Janeiro	1,1	3,1	4,3
	Fevereiro	0,7	2,3	4,1
	Março	1,5	3,6	4,0
	Abril	0,6	3,6	3,9
	Maio	-0,6	3,4	3,8
	Junho	-1,3	2,5	3,5
	Julho	-0,4	2,4	3,3
	Agosto	-1,1	1,8	3,1
	Setembro	-0,5	1,4	2,9
	Outubro	0,1	1,3	2,6
	Novembro	0,4	1,1	2,4
	Dezembro	0,6	1,1	2,3
2015	Janeiro	1,6	1,5	2,2
	Fevereiro	1,2	2,1	2,1
	Março	0,2	0,8	1,9
	Abril	-0,6	-0,5	1,6
	Maio	-0,9	-0,8	1,2
	Junho	-0,4	0,1	1,0
	Julho	0,1	0,7	0,9
	Agosto	0,0	1,8	0,9
	Setembro	0,1	2,4	1,0
	Outubro	1,7	4,1	1,2
	Novembro	2,0	5,7	1,6
	Dezembro	5,8	11,1	2,4
2016	Janeiro	2,1	11,7	3,3
	Fevereiro	2,3	12,9	4,2
	Março	-0,3	12,3	5,1
	Abril	2,0	15,3	6,5
	Maio	-0,3	16,0	7,9

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 44 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015		2016	
					Prog.	Est.	Prog.	Trim. I
Balança Corrente	-3329	-6790	-6253	-5797	-6481	-6155	-4901	-871
Excluindo transferências oficiais	-4109	-7504	-7341	-6884	–	-6695	–	-916
Balança comercial	-2249	-4048	-4357	-4035	-4531	-4163	-4219	-598
Exportações (f.o.b.)	3118	3856	4123	3916	4031	3413	3643	665
dq: Grandes projetos	2015	2173	2201	2429	2544	2057	2069	503
Importações (f.o.b)	-5368	-7903	-8480	-7952	-8562	-7577	-7863	-1262
dq: Grandes projetos	-1513	-2141	-1934	-1487	-2516	-917	-2058	-230
Balança de serviços	-1885	-3706	-3259	-2932	-2546	-2622	-1231	-371
Balança de rendimento primário	-199	-75	-59	-202	-246	-224	-344	-51
dq: Juros da dívida pública (débito)[a]	-35	-40	-49	-60	0	-110	-101	23
Dividendos e juros de megaprojetos [b]	-157	-48	-42	-46	0	-50	-82	–
Balança de rendimento secundário	1004	1039	1421	1372	842	854	894	149
Administração Central	781	714	1088	1087	–	540	–	45
dq: Donativos externos	785	538	460	568	551	441	442	–
Instituições Financ., não financ., famílias e NPISHs	224	325	333	285	–	314	–	103
Balança de Capitais	446	490	423	375	499	288	368	63
Balança Financeira	-2631	-5895	-5418	-5568	-6022	-6393	-4791	–
dq: Investimento direto estrangeiro (líq.)	-3561	-5626	-6175	-4902	-4048	-3711	-3188	–
Erros e Omissões	10	32	22	-23	0	-12	0	–
Balança Global	-241	-373	-390	123	40	514	258	–
Financiamento[c]	241	373	390	-123	-40	-514	-258	–
Variação das reservas oficiais	243	375	393	-120	-7	-602	-335	–
Utilização de crédito[c]	-2	-2	-3	-3	-33	88	77	–
dq: Utilização de fundos do FMI (líq.)[c]	-2	-2	-3	-3	-33	88	77	–
Financiamento excecional	0	0	0	0	0	0	0	–

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: O Banco de Moçambique passou a reportar estes dados de acordo com a 6.ª edição do Manual da Balança de Pagamentos do FMI. (a) Projeção para 2016 corresponde a valor líquido entre crédito e débito. (b) Valor para 2011 correponde apenas a dividendos. (c) Inclui desembolso de Direitos Especiais de Saque.

Quadro 45 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007 a 2015
África do Sul	17,2	9,2	21,4	21,6	18,7	19,8	19,7	24,2	20,9	19,5
Bélgica	0,3	0,5	0,7	0,4	0,6	1,1	1,2	1,4	2,6	1,0
China	1,7	1,6	3,5	3,9	5,4	18,2	2,5	5,2	3,9	5,6
E.U.A.	0,2	0,5	1,9	0,9	0,8	2,5	3,6	1,4	1,7	1,7
Espanha	1,5	1,3	1,5	1,7	2,7	1,5	1,8	1,5	0,8	1,6
Índia	0,7	0,8	2,6	1,5	1,8	4,5	16,5	9,9	9,4	6,2
Malawi	0,7	1,4	2,2	1,2	1,5	0,8	1,0	0,8	0,4	1,0
Países Baixos	61,8	55,5	41,6	51,0	43,5	24,1	27,3	28,4	27,9	37,6
Portugal	1,3	0,8	1,5	4,7	1,4	0,5	2,5	1,4	0,9	1,6
Zimbabwe	2,9	2,1	3,4	3,2	2,5	2,4	2,0	2,5	2,6	2,6
Outros	11,7	26,2	19,6	10,0	21,1	24,5	22,1	23,5	29,0	21,6

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 46 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007 a 2015
África do Sul	32,4	29,1	35,5	51,2	34,0	27,2	25,7	36,4	31,4	32,4
China	3,5	3,9	4,6	5,7	7,0	5,3	7,5	8,5	11,5	7,1
E.U.A.	2,7	4,0	3,6	0,5	2,8	11,9	2,2	2,0	1,6	3,8
Emir. Árabes Unidos	3,4	2,6	2,0	2,4	5,6	7,7	7,0	6,0	4,5	5,3
França	0,8	0,6	0,8	0,3	1,2	1,4	0,8	0,8	3,5	1,3
Índia	4,4	3,6	6,5	1,1	5,6	2,9	3,7	4,1	4,2	3,9
Japão	3,1	3,2	3,8	5,5	3,5	2,2	2,6	3,5	3,2	3,2
Países Baixos	14,5	17,4	13,0	16,5	12,6	6,6	4,9	7,6	7,4	9,6
Portugal	3,5	2,9	3,8	8,0	4,2	4,0	5,7	5,7	4,7	4,8
Singapura	0,2	0,3	1,8	0,0	0,7	0,6	7,4	1,4	2,0	2,1
Outros	31,5	32,5	24,8	8,7	22,8	30,2	32,6	24,0	25,8	26,6

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 47 • Dívida pública

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Est.
Dívida externa	3948	3744	4214	4829	5783	7043	7339
Credores multilaterais	2229	2437	2505	2927	3374	3282	3306
Credores bilaterais	1719	1307	1709	1902	2409	3761	4033
Clube de Paris	443	402	667	671	754	905	1193
Outros países	1276	905	1042	1231	1655	2856	2840
Dívida Interna	436	550	826	800	994	1102	1400
Banco Central[a]	110	88	111	101	100	95	61
Outros bancos e instituições financeiras[b]	172	161	204	169	281	266	475
Obrigações do Tesouro	148	146	273	355	446	568	438
Outros[c]	6	154	239	176	167	173	426
Dívida pública total	4383	4294	5041	5630	6776	8145	8739
Serviço da dívida externa	45	54	73	95	143	174	230
Capital	26	30	39	57	85	99	142
Juros	18	24	34	38	58	75	88
				(em % do PIB)			
Dívida pública total	39,9	42,4	35,7	38,6	42,0	48,4	73,0
Dívida externa	36,0	37,0	29,8	33,1	35,9	41,9	61,3
Dívida interna	4,0	5,4	5,9	5,5	6,2	6,5	11,7
				(em % das exportações de bens e serviços)			
Dívida externa	143,1	145,2	121,0	103,9	121,3	151,7	177,5
Serviço de dívida externa	1,6	2,1	2,1	2,0	3,0	3,7	5,6

Fontes: Banco de Moçambique, Direção Nacional de Planificação e Orçamento de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Dívida do Estado para efeitos de reforço do Balanço Cambial; (b) Fluxos de Bilhetes do Tesouro que ocorrem apenas a nível de operações de tesouraria; (c) Créditos relativos a subsídios aos combustíveis, dívidas de empresas públicas e operações de leasing resultantes da construção de edifícios públicos.

Quadro 48 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de MZM

	2011	2012	2013	2014	2015			2016		
					Orç.R.	Est.	g.e.[a]	Orç.	Sem. I	g.e.[a]
1. Receitas Totais	108,4	125,8	156,6	180,4	181,2	174,6	96,4	183,7	77,9	42,4
1.1. Receitas correntes	81,1	98,5	126,3	156,3	160,7	155,9	97,0	165,5	72,3	43,7
Receitas não-tributárias	12,8	14,0	18,8	21,3	27,7	26,2	94,7	21,1	13,1	62,0
Receitas tributárias	68,3	84,5	107,5	135,1	133,0	129,7	97,5	144,5	59,2	41,0
Impostos sobre o rendimento	24,9	36,8	49,4	63,1	51,4	57,9	112,7	64,6	28,8	44,5
Impostos sobre o consumo	33,8	36,9	44,9	56,4	63,0	55,8	88,6	60,5	23,0	38,0
Imp. s/ comércio internacional	6,7	7,5	9,7	11,4	12,2	11,3	92,3	13,9	5,0	35,9
Outros impostos	2,9	3,2	3,5	4,1	6,4	4,7	73,2	5,4	2,5	45,8
1.2. Donativos	27,4	27,3	30,2	24,1	20,5	18,7	91,3	18,2	5,6	30,6
2. Despesas Totais	126,4	142,4	178,5	222,0	211,6	185,6	87,7	243,4	95,2	39,1
2.1. Despesas correntes[b]	71,0	83,8	95,7	118,5	118,1	117,8	99,8	143,4	72,8	50,8
Despesas com o pessoal	35,8	41,6	49,5	59,8	64,4	64,3	99,8	70,1	38,6	55,1
Bens e serviços	11,0	14,3	18,9	26,0	22,6	22,5	99,7	24,8	11,8	47,6
Transferências e subsídios	16,5	18,8	18,8	21,0	22,1	22,1	99,7	22,3	14,9	67,0
Juros da dívida programados	3,5	4,1	4,0	5,2	7,6	7,6	100,0	15,1	7,3	48,1
2.2. Despesas de capital	51,0	53,5	72,3	87,0	83,2	64,1	77,0	91,8	16,5	17,9
Financiamento Interno	20,4	24,9	34,0	45,4	44,9	42,7	95,1	44,7	10,8	24,2
Financiamento Externo	30,6	28,5	38,3	41,7	38,3	21,4	55,9	47,1	5,6	12,0
2.3. Empréstimos Líquidos	4,4	5,2	10,6	16,5	10,4	3,7	36,0	8,1	5,9	72,6
3. Saldo Corrente: (1.1-2.1)	10,1	14,7	30,7	37,9	42,6	38,1	–	22,1	-0,5	–
4. Saldo Global s/ Donativos: (1-2-1.2)	-45,3	-44,0	-52,2	-65,7	-50,9	-29,8	–	-77,8	-22,8	–
5. Saldo Global: (1-2)	-17,9	-16,6	-22,0	-41,6	-30,5	-11,1	–	-59,6	-17,3	–
6. Financiamento	17,9	16,6	22,0	41,6	30,5	53,2	–	59,6	26,0	43,6
6.1. Interno (líq.)[c], [d]	4,2	2,6	-4,8	-5,7	1,4	29,2	_	21,8	2,3	10,5
dq: Sistema bancário	6,6	5,6	-14,0	5,1	–	32,2	–	–	–	–
6.2. Externo (líq.)	13,7	14,0	26,8	47,3	29,0	24,0	82,5	37,9	23,7	62,6
Desembolsos[c]	14,9	15,6	29,3	50,4	36,1	31,0	85,9	–	–	–
Amortizações	-1,2	-1,6	-2,5	-3,1	-7,0	-7,0	100,0	–	–	_
7. Diferencial de Financiamento[e]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,1	–	0,0	8,7	–

Fontes: Banco de Moçambique, Direção Nacional de Planificação e Orçamento de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. Notas:(a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui outras despesas correntes; (c) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (d) Inclui receitas de privatizações em 2011; (e) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 49 • Síntese monetária

Em mil milhões de MZM

	2011	2012	2013	2014	2015		2015/2014		2016	2016p/2015		2016	2016
					Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Jun.
Ativos Líq. s/ Exterior	73,0	94,4	100,0	104,8	117,1	115,3	10,1	4,0	118,1	2,4	0,8	105,4	130,9
Banco Central	56,9	73,1	85,7	91,5	95,5	91,8	0,3	0,1	96,0	4,6	1,3	86,1	110,2
Disponib. s/ Exterior	66,9	84,2	97,1	103,6	107,3	113,7	9,7	3,8	124,3	9,4	3,2	107,7	137,8
Responsab. s/ Exterior	-10,0	-11,1	-11,3	-12,0	-11,8	-21,9	81,6	-3,7	-28,3	29,4	-1,9	-21,6	-27,6
Bancos Comerciais	16,1	21,3	14,3	13,3	21,6	23,6	77,4	3,9	22,0	-6,6	-0,5	19,4	20,6
Crédito Interno Total	92,6	117,7	137,6	185,7	215,0	255,4	37,5	26,4	253,8	-0,6	-0,5	272,8	289,3
Crédito líquido ao S.P.A.	-5,7	-0,1	-14,0	-8,9	-13,7	23,3	361,6	12,2	-8,2	-135,2	-9,4	40,0	43,2
Crédito concedido	37,7	45,5	57,4	74,0	–	85,2	15,1	4,2	–	–	–	100,1	114,6
Depósitos	-43,3	-45,5	-71,4	-82,9	–	-61,9	-25,4	7,9	–	–	–	-60,1	-71,4
Moeda nacional	-41,7	-44,2	-69,5	-80,6	–	-59,0	-26,8	8,2	–	–	–	-56,1	-67,3
Moeda estrangeira	-1,6	-1,3	-1,9	-2,3	–	-2,9	25,0	-0,2	–	–	–	-4,0	-4,1
Fundos consignados	-0,3	-0,1	-0,1	-0,1	–	-0,1	2,7	0,0	–	–	–	-0,1	-0,1
Crédito à economia	98,3	117,8	151,7	194,6	228,7	232,1	19,3	14,2	262,0	12,9	9,0	232,8	246,2
Moeda nacional	76,5	89,0	117,3	155,1	182,1	188,9	21,7	12,8	209,5	10,9	6,2	181,8	186,2
Moeda estrangeira	21,8	28,8	34,4	39,5	46,6	43,3	9,6	1,4	52,5	21,4	2,8	51,0	59,9
Outras Rubricas (líq.)	-21,8	-26,1	-21,2	-26,0	-22,4	-37,3	-43,2	-4,3	-12,0	67,8	7,6	-49,2	-67,7
Total do Ativo	143,8	186,0	216,4	264,5	309,7	333,5	26,1	–	359,9	7,9	–	329,0	352,5
Massa Monetária (M3)	143,8	186,0	216,4	264,5	309,7	333,5	26,1	26,1	359,9	7,9	7,9	329,0	352,5
Base monetária	34,3	41,1	47,5	57,3	66,7	73,9	29,0	6,3	78,7	6,5	1,4	70,4	79,7
Circulação monetária	17,5	19,7	22,7	27,3	31,6	30,0	9,8	–	35,3	17,6	–	26,4	30,5
Depósitos à ordem	80,1	109,5	123,3	154,3	175,8	188,4	22,1	–	204,9	8,8	–	184,0	205,8
Quase-moeda	46,2	56,8	70,4	82,9	102,3	115,1	38,9	–	119,7	4,0	–	118,6	116,2
Total do Passivo	143,8	186,0	216,4	264,5	309,7	333,5	26,1	–	359,9	7,9	–	329,0	352,5

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 50 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.
Depósitos	Até 180 dias	11,5	12,7	10,2	8,5	8,4	9,1	9,3	9,5
	181-365 dias	12,2	13,4	11,5	9,1	9,1	9,4	10,1	10,6
	1-2 anos	14,3	13,2	9,6	6,1	7,7	6,8	7,1	7,6
Crédito	Até 180 dias	22,0	24,4	20,6	19,8	20,4	18,0	18,2	21,1
	181-365 dias	21,7	23,7	21,4	20,3	20,8	19,1	19,1	21,3
	1-2 anos	22,6	24,9	21,0	21,1	21,0	18,7	20,0	21,3
Taxas de Referência									
Facilidade Perm. de Cedência		15,5	15,0	9,5	8,3	7,5	9,8	10,8	14,3
Bilhetes do Tesouro (91 dias)		14,7	11,8	2,6	5,2	5,4	7,5	10,3	12,1
MMI, Transaç. Interbanc.		13,4	11,7	2,8	3,4	3,1	5,4	7,7	11,0

Fontes: Banco de Moçambique.

Quadro 51 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Est.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios[a]	14,4	17,1	17,9	16,9	15,1	17,1
Tier 1 / ativo ponderado pelo risco	13,7	16,1	16,9	16,0	13,6	15,7
Qualidade dos ativos						
Crédito em incumprimento[b] / crédito total	1,9	2,6	3,2	2,8	3,3	4,3
Crédito em moeda estrangeira / crédito total	29,5	25,1	28,1	22,3	22,6	23,0
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	32,9	26,5	19,6	20,0	22,2	20,4
Rendibilidade dos ativos (ROA)	2,6	2,5	1,9	1,8	2,1	2,0
Margem financeira / produto bancário	59,4	64,9	58,9	55,9	55,9	52,7
Custos operacionais / produto bancário	59,7	61,3	66,1	65,8	62,6	62,8
Liquidez						
Ativos líquidos[c] / ativo total	22,4	27,8	33,4	30,9	30,0	32,2
Outros indicadores						
Depósitos do SPA / depósitos totais	30,3	34,3	27,4	36,9	35,0	20,4
Crédito ao setor privado / depósitos totais	79,6	77,8	70,8	78,3	82,1	76,5
Custos com pessoal / custos operacionais	45,5	47,1	49,1	48,0	47,0	46,9
Spread de juros, 1 a 2 anos (ativa - passiva)	8,3	11,6	11,3	15,0	13,3	11,8

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Os ativos líquidos incluem depósitos nas casas-mãe.

Quadro 52 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		EUR/MZM			USD/MZM					ZAR/ MZM	ITCE[a] base 100:2001	
		Oficial	Livre	Li/Of	Oficial	Paralelo	Livre	Pa/Of	Li/Of			
		(Of)	(Li)	(%)	(Of)	(Pa)	(Li)	(%)	(%)	Livre	Nom.	Real
2001		18 293,7	18 515,4	1,2	20 455,5	21 145,4	20 706,5	3,4	1,2	2537,1	100,0	100,0
2002		21 896,4	22 370,7	2,2	23 180,4	24 281,3	23 665,4	4,7	2,1	2373,7	95,7	106,2
2003		26 360,4	26 874,1	1,9	23 340,9	24 248,7	23 782,3	3,9	1,9	3187,7	77,9	92,7
2004		27 457,0	27 782,7	1,2	22 130,9	23 165,5	22 581,3	4,7	2,0	3523,4	73,9	96,2
2005		28 337,5	28 576,1	0,8	22 936,3	23 614,4	23 068,4	3,0	0,6	3617,1	71,6	96,9
2006[b]		32,2	31,4	-2,5	25,0	26,9	26,0	7,8	4,2	3,8	65,8	97,9
2007		35,6	35,0	-1,5	25,6	26,6	25,8	4,2	1,1	3,7	63,7	98,5
2008		35,7	35,5	-0,6	24,2	25,2	24,3	4,0	0,5	3,0	71,1	116,7
2009		38,9	37,2	-4,4	26,7	29,2	27,5	9,5	3,0	3,3	64,2	104,9
2010		45,4	43,6	-4,0	33,0	35,7	34,0	8,1	3,0	4,7	49,5	87,7
2011		40,5	40,5	0,0	29,1	31,0	29,1	6,8	0,0	4,0	56,6	105,8
2012		36,1	36,5	1,2	28,1	29,5	28,4	4,8	1,1	3,5	64,2	117,1
2013		39,7	40,0	0,7	29,9	31,5	30,1	5,3	0,7	3,1	65,1	118,0
2014		40,8	41,6	2,2	30,7	32,9	31,4	7,2	2,2	2,9	67,1	119,5
2015		42,4	44,3	4,4	38,3	42,1	40,0	10,1	4,4	3,1	61,4	108,6
2014	Janeiro	41,1	41,4	0,9	30,2	32,2	30,4	6,6	0,9	2,8	68,3	124,1
	Fevereiro	41,9	43,2	3,2	30,6	33,1	31,6	8,2	3,2	2,9	66,6	120,8
	Março	42,2	43,4	3,0	30,5	32,7	31,5	7,1	3,1	2,9	66,1	120,8
	Abril	42,3	43,3	2,5	30,6	32,5	31,3	6,3	2,5	3,0	65,6	120,0
	Maio	42,1	43,0	2,3	30,6	32,6	31,4	6,2	2,3	3,0	65,1	118,3
	Junho	41,6	42,6	2,4	30,6	32,5	31,4	6,0	2,4	2,9	66,2	118,5
	Julho	41,4	41,9	1,2	30,6	32,5	31,0	6,2	1,2	2,9	66,7	117,9
	Agosto	40,6	40,8	0,5	30,5	32,3	30,6	5,9	0,5	2,9	67,5	117,8
	Setembro	39,5	39,8	0,7	30,6	32,4	30,8	5,7	0,7	2,8	68,7	119,2
	Outubro	39,1	39,8	1,9	30,9	32,8	31,5	6,1	1,9	2,8	68,4	118,7
	Novembro	38,7	39,4	2,0	31,0	33,4	31,6	7,8	1,8	2,9	68,4	119,6
	Dezembro	39,0	41,0	5,2	31,6	35,8	33,3	13,3	5,3	2,9	67,7	119,1
2015	Janeiro	36,9	38,7	5,0	31,8	35,9	33,4	13,0	5,1	2,9	68,8	123,3
	Fevereiro	37,0	38,5	4,1	32,6	36,5	34,0	11,9	4,1	2,9	67,9	122,5
	Março	36,3	38,2	5,1	33,5	37,0	35,2	10,3	5,1	2,9	68,0	121,7
	Abril	36,5	38,9	6,6	33,8	37,6	36,0	11,1	6,6	3,0	66,8	118,0
	Maio	37,9	40,9	7,9	34,0	37,9	36,7	11,5	7,9	3,1	65,4	114,2
	Junho	41,6	43,1	3,5	37,1	39,6	38,5	6,7	3,6	3,1	62,0	107,5
	Julho	42,1	42,7	1,4	38,3	40,2	38,9	4,9	1,5	3,1	61,4	105,7
	Agosto	44,0	45,0	2,4	39,5	42,6	40,4	7,9	2,4	3,1	60,4	104,0
	Setembro	45,1	48,3	7,2	40,2	45,8	43,2	13,9	7,6	3,2	59,6	102,7
	Outubro	46,3	49,2	6,3	41,2	46,2	43,8	12,1	6,3	3,2	57,9	101,5
	Novembro	51,4	53,0	3,3	47,9	54,2	49,4	13,2	3,3	3,5	52,5	93,9
	Dezembro	53,8	54,6	1,6	49,5	52,2	50,2	5,6	1,6	3,4	52,7	99,4
2016	Janeiro	49,3	50,3	2,2	45,3	50,6	46,3	11,7	2,2	2,8	60,0	115,6
	Fevereiro	52,9	54,4	2,7	47,7	53,5	49,0	12,2	2,7	3,1	55,6	108,4
	Março	54,7	56,0	2,3	49,3	57,7	50,4	17,0	2,4	3,3	53,1	102,7
	Abril	59,3	59,8	1,0	52,3	59,9	52,8	14,6	1,0	3,6	48,7	95,5
	Maio	62,6	62,7	0,2	55,4	62,9	55,5	13,6	0,2	3,6	47,6	92,8

Fontes: Banco de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em julho de 2006 foi efetuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

5. São Tomé e Príncipe

Área: 997 Km^2

Capital: Cidade de São Tomé

População: 190 milhares
(2015; fonte: INE-STP)

Moeda: Dobra

O crescimento da economia de São Tomé e Príncipe em 2015, apesar de positivo e superior à média dos países africanos, ficou um pouco abaixo das expetativas, devido essencialmente à tardia aprovação do orçamento (que condicionou fortemente a implementação de projetos de investimento público) e ao retrocesso nas exportações de cacau e nos fluxos de turismo face aos elevados valores registados no ano anterior. Para 2016 era esperada uma ligeira aceleração do produto, mas os desenvolvimentos do primeiro semestre (nomeadamente no setor bancário) parecem contradizer este cenário.

O crescimento da economia santomense registou em 2015 um ligeiro abrandamento face ao seu comportamento no ano anterior. Estima-se que o crescimento real em 2015 se tenha cifrado em 4,0 por cento, essencialmente em resultado da tardia aprovação do orçamento, que condicionou negativamente a implementação de projetos de investimento público, a que acresce uma queda no valor das exportações de cacau, bem como nas receitas de turismo, fatores que haviam contribuído fortemente para o desempenho económico do ano anterior. Embora inicialmente se tivesse perspetivado alguma recuperação em 2016, o comportamento da economia no primeiro semestre deste ano não parece poder sustentar este cenário, embora tradicionalmente a economia santomense apresente uma melhor dinâmica na segunda metade de cada ano.

Em 2015 a **evolução dos preços continuou a exibir a tendência de desinflação** que se vem registando desde a adoção do novo regime cambial, tendo a inflação anual (taxa homóloga) registado em dezembro o valor de 4,0 por cento, o mais baixo das últimas décadas, significativamente abaixo do valor previsto no âmbito do programa celebrado em julho de 2015 com o FMI (5,2 por cento). A introdução no início deste ano de um novo cabaz representativo do consumo (substituindo o anterior, que datava da década de 90) provocou alguma descontinuidade nas séries, que terá estado na origem de uma subida da taxa nos primeiros meses de 2016, a qual, no entanto, se vem esbatendo desde o mês de maio.

A desaceleração da economia provocou uma marcada redução das importações, pelo que o **défice da balança corrente atenuou-se significativamente** (de 22,0 para 16,8 por cento do PIB), apesar da queda das transferências (nomeadamente remessas de emigrantes). A balança financeira apresentou um valor semelhante ao do ano anterior, já que o aumento registado no valor dos empréstimos ao setor público foi acompanhado de uma saída de capitais privados. A conjugação de todos estes elementos (nomeadamente a queda nas importações e o maior valor dos empréstimos contraídos) permitiu o registo em 2015 de um saldo externo deficitário mas menos gravoso que nos anos anteriores.

Nos primeiros sete meses de 2016 a evolução das contas externas tem sido negativa e o **aumento das reservas internacionais líquidas registado em 2015 foi praticamente anulado**. Registe-se, no entanto, que é comum a generalidade das entradas mais significativas de fundos (donativos do exterior e desembolsos de empréstimos) concretizar-se na segunda metade de cada ano, pelo que não é de excluir uma inversão desta tendência. A cobertura das importações programadas para 2016 pelas reservas cambiais ainda se mantém (escassamente) acima dos 3 meses, mas as perspetivas mais favoráveis existentes no final de 2015 encontram-se prejudicadas.

Numa economia de pequena dimensão como a de São Tomé e Príncipe, em que o sector privado apresenta um peso pouco expressivo, **a condução das finanças públicas tem uma especial relevância na determinação do comportamento macroeconómico**, nomeadamente no quadro do regime de câmbio fixo em vigor desde 2010. Conscientes deste facto, as autoridades santomenses têm mantido uma apreciável prudência na gestão orçamental, restringindo as despesas públicas de carácter discricionário, a fim de procurar assegurar a manutenção dos principais equilíbrios macroeconómicos, quer internos, quer externos. Esta preocupação encontra-se aliás refletida no programa celebrado com o FMI em 2015, no âmbito da ECF (*Extended Credit Facility*), cujas metas têm sido genericamente cumpridas.

Esta preocupação da gestão das finanças públicas em 2015 permitiu o **registo de um défice primário interno (a principal referência da política orçamental) de 3,0 por cento**, o qual, sendo ligeiramente superior ao valor previsto, é inferior ao valor registado no ano anterior. Esta redução do défice foi alcançada, apesar do esforço financeiro induzido pela regularização de pagamentos em atraso, um objetivo que o atual governo vem prosseguindo consistentemente.

As **receitas públicas correntes ficaram aquém do orçamentado** (grau de execução de 86 por cento), o que, segundo as autoridades santomenses, se deveu essencialmente à tardia aprovação do orçamento, fator que impediu a implementação atempada de reformas fiscais aí contempladas e que permitiriam aumentar a base fiscal e as respetivas receitas. A resposta a

esta situação consistiu numa redução das despesas de investimento previstas, quer aquelas com financiamento externo, como donativos (que ficaram aquém das expetativas) e empréstimos, quer as financiadas diretamente pelo Tesouro.

No final de 2015 concretizou-se o desembolso de alguns empréstimos externos de dimensão significativa, mas não a tempo de permitir o lançamento de projetos de investimento público previstos para esse ano. Estes empréstimos são de natureza concessional, com um serviço de dívida relativamente favorável, o que não evita que tenham contribuído para um **agravamento do rácio da dívida face ao PIB, que assim se voltou a aproximar dos 90 por cento**, (havia caído para valores em torno dos 70 por cento na sequência das iniciativas de perdão da dívida). Esta evolução é preocupante face à escassez de oportunidades de captação de recursos que permitam garantir a sustentabilidade desta dívida (exportações de bens e serviços e fluxos de capitais privados).

Ainda no domínio da dívida, mas na sua componente interna e de curto prazo, merece destaque o **sucesso da segunda emissão de Bilhetes do Tesouro** em fevereiro passado, os quais foram amplamente subscritos pelas instituições bancárias, apesar da sua reduzida taxa de remuneração (3 por cento). Este instrumento (lançado pela primeira vez em 2015) contribuiu para acomodar os problemas de financiamento público que tradicionalmente se verificam no início do ano e simultaneamente constitui um veículo de absorção da liquidez existente no sistema bancário.

Os agregados monetários da economia santomense vêm apresentando um comportamento muito peculiar no presente ano: **marcadas reduções na massa monetária, no crédito e nas disponibilidades líquidas sobre o exterior**. A esta dinâmica negativa não são alheios os problemas sentidos nalgumas das suas instituições, que deram mesmo origem à liquidação de um dos bancos, após prolongada intervenção do banco central. O banco central, face às situações de crédito em incumprimento, tem exigido o reconhecimento das perdas, a constituição de provisões adequadas e o reforço dos capitais próprios, o que se tem traduzido em rendibilidades negativas para o conjunto do setor. Naturalmente que o volume de crédito concedido (que já vinha apresentando um comportamento anémico nos anos anteriores) acentuou esta tendência, apresentando uma quebra superior a 17 por cento nos primeiros sete meses deste ano.

A **estabilidade cambial decorrente do regime de *peg* face ao euro** continuou a servir adequadamente a economia santomense, constituindo nomeadamente o principal fator do processo de desinflação. As recentes oscilações apresentadas pelo índice de taxa de câmbio efetiva decorreram sobretudo das perturbações da moeda angolana, uma das utilizadas na determinação deste índice. Angola é o principal fornecedor dos combustíveis utilizados em São Tomé e Príncipe. Uma vez que o preço dos produtos petrolíferos importados é denominado em USD, o efeito da desvalorização do kwanza sobre os preços praticados em São Tomé foi praticamente nulo.

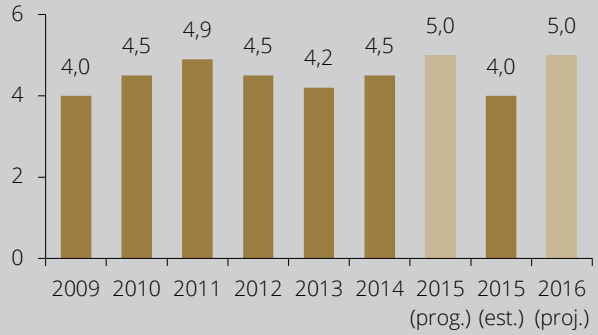
Quadro 53 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014	2015		2016
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PIB real (t.variação anual)	4,9	4,5	4,0	4,5	5,0	4,0	5,0
Inflação (t.variação homóloga)	11,9	10,4	7,1	6,4	5,2	4,0	4,0
Massa monetária (t.variação anual)	10,5	20,3	14,0	16,8	14,7	13,2	11,1
Balança corrente e de capital (% do PIB)	-24,8	-21,2	-23,4	-22,0	-12,4	-16,8	-12,2
Saldo orçamental (% do PIB)	-12,6	-10,9	-2,0	-5,5	-9,8	-6,3	-10,6
Saldo primário interno (% do PIB)	-3,0	-3,3	-2,7	-3,3	-2,7	-3,0	-2,0
Dívida pública externa (% do PIB)	76,8	84,5	75,5	71,7	..	87,7	..

Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Central de São Tomé e Príncipe, Minist. das Finanças e da Admin. Pública de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Gráfico 53 • PIB real

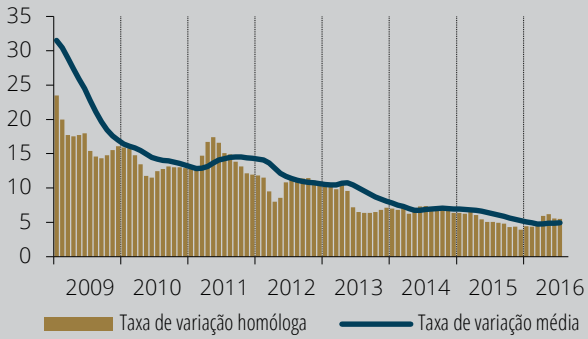
Taxas de variação anuais, em %



O crescimento económico de São Tomé e Príncipe ficou aquém das expetativas. A queda nas receitas das exportações de cacau e do turismo e o atraso na concretização de projetos de investimento público foram os principais fatores deste desempenho menos favorável.

Gráfico 54 • Inflação

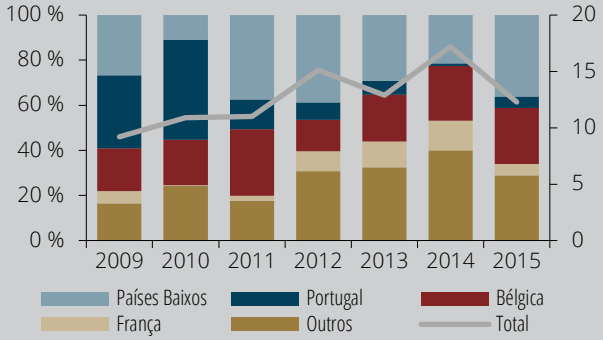
Variação anual do IPC, em %



Em 2015 prosseguiu a trajetória de desinflação dos anos anteriores. O recrudescimento no início de 2016 deve-se à descontinuidade provocada pela utilização de um novo cabaz do consumo, a par de alguma instabilidade nos preços de bens alimentares produzidos localmente.

Gráfico 55 • Exportações de mercadorias

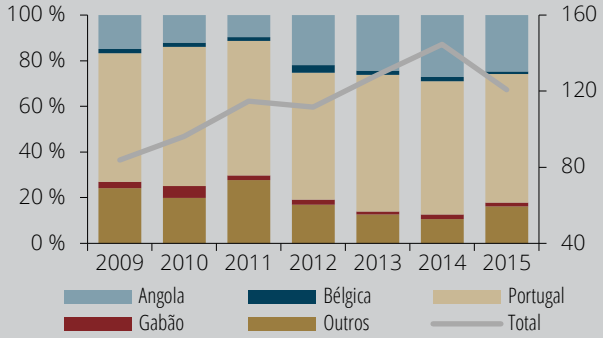
Destinos em %, total em milhões USD



As exportações (nomeadamente de cacau) não conseguiram manter o bom desempenho do ano anterior, tendo caído acentuadamente. A Bélgica e a Holanda continuam a ser os principais mercados, mas Portugal recuperou um pouco a importância perdida em 2014.

Gráfico 56 • Importações de mercadorias

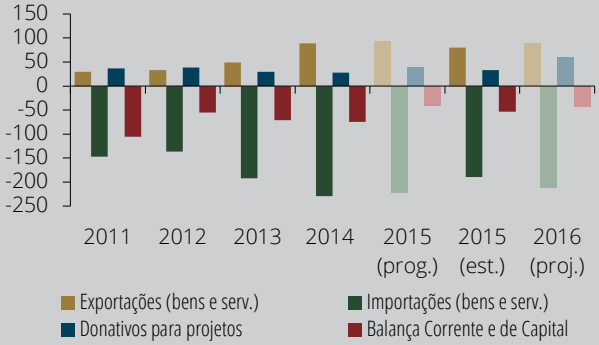
Origens em %, total em milhões USD



As importações caíram significativamente, fruto da desaceleração da economia. A queda foi generalizada: bens alimentares, de investimento e combustíveis (neste caso reforçada pelo menor preço do petróleo). Portugal continua a ser o principal fornecedor de São Tomé e Príncipe.

Gráfico 57 • Balança de pagamentos

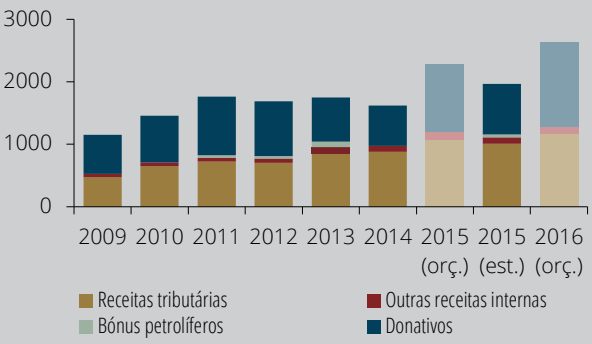
Em milhões de USD



A evolução positiva da balança corrente foi essencialmente ditada pela redução das importações, que mais do que compensou a diminuição das receitas de exportação. A entrada de donativos também foi ligeiramente superior à dos anos precedentes.

Gráfico 58 • Receitas Públicas

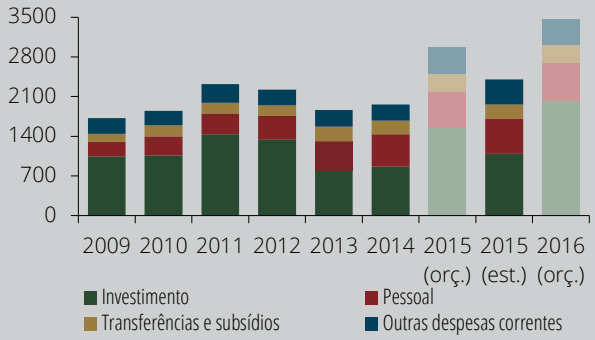
Em mil milhões de Dobras



A subida das receitas fiscais (embora aquém do previsto) e o melhor nível de donativos face ao ano anterior (embora também abaixo do valor previsto), permitiram inverter a quebra registada em 2014. Para 2016 é esperada uma nova subida das receitas totais.

Gráfico 59 • Despesa Pública

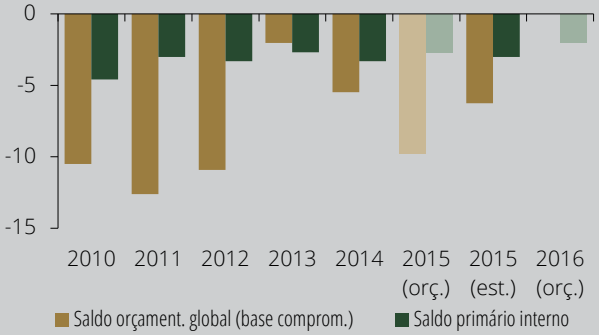
Em mil milhões de Dobras



Apesar das restrições orçamentais, as despesas de investimento conseguiram superar os valores dos dois anos anteriores. O acréscimo na componente "outras despesas correntes" deve-se essencialmente à regularização de atrasados, que foram incluídos nesta rubrica.

Gráfico 60 • Saldo orçamental

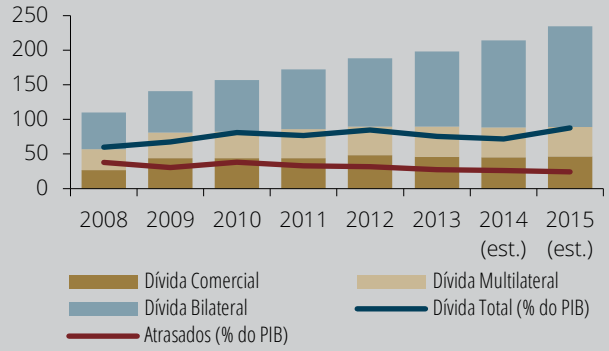
Em mil milhões de Dobras



Em 2015 o défice primário interno (principal referência da política orçamental) cifrou-se em 3 por cento, ligeiramente acima da meta prevista. A contenção deste défice é uma condição necessária para o adequado funcionamento do atual regime cambial.

Gráfico 61 • Dívida externa

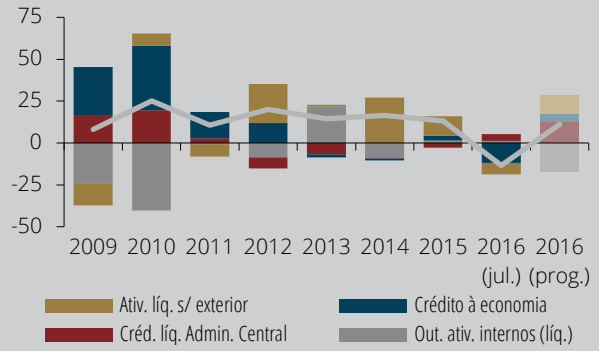
Em milhões de USD e em % do PIB



O valor da dívida externa voltou a aumentar, aproximando-se de 90 por cento do PIB. Do lado positivo é de registar a ligeira redução dos atrasados e o facto da nova dívida ter natureza concessional (condição acordada no âmbito do programa com o FMI).

Gráfico 62 • Fatores de variação de liquidez

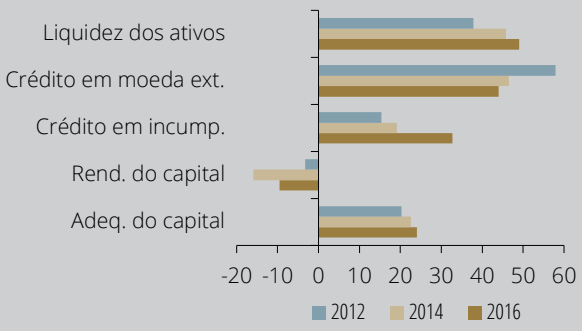
Variações em % do valor inicial de massa monetária



Enquanto em 2015 o crescimento dos ativos líquidos sobre o exterior permitiu o crescimento da massa monetária (apesar da estagnação do crédito), em 2016 essa situação inverteu-se; a redução nas reservas cambiais e no crédito determinaram uma forte queda da massa monetária.

Gráfico 63 • Indicadores de solidez financeira

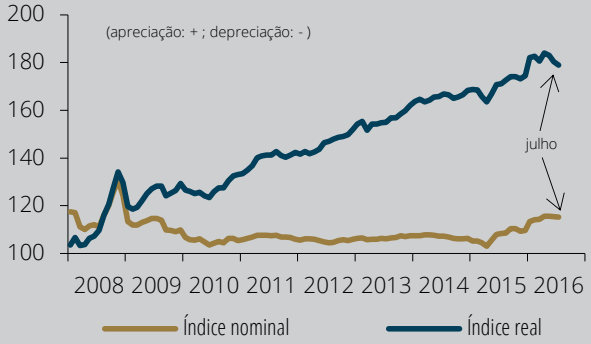
Rácios do sistema bancário



Apesar da maior liquidez dos ativos, da redução do risco cambial e do reforço dos capitais próprios (exigência das autoridades monetárias), em termos agregados regista-se um forte crescimento do crédito em incumprimento e a continuação da rendilidade negativa das instituições bancárias.

Gráfico 64 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: Jan.1999, médias mensais



A estabilidade cambial nominal tem imperado desde 2010. As perturbações no valor do ITCE desde meados de 2015 devem-se sobretudo à pesada desvalorização da moeda angolana e – no caso do índice real – à marcada inflação daquele país.

Quadro 54 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016		
							Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços											
PIB nominal	mil milhões Dobras	3719	4376	4952	5582	6242	7064	7028	7847	–	
	milhões de EUR	151,8	178,6	202,1	227,8	254,8	288,3	286,9	320,3	–	
	milhões de USD	200,2	246,5	259,7	302,6	338,0	325,6	318,2	349,2	–	
PIB real	tx. variação anual	4,5	4,9	4,5	4,0	4,5	5,0	4,0	5,0	–	
Inflação	t.v. homóloga	12,9	11,9	10,4	7,1	6,4	5,2	4,0	4,0	5,5	jul.
	t.v. média anual	13,3	14,3	10,6	8,1	7,0	5,8	5,2	4,6	4,9	jul.
Finanças públicas											
Receitas totais	% do PIB	39,2	40,3	34,0	31,4	25,9	30,5	26,0	32,3	–	
Receitas correntes	% do PIB	19,0	18,0	15,6	17,1	15,6	16,9	15,8	16,3	–	
Donativos	% do PIB	20,2	21,5	17,7	12,6	10,3	15,3	11,4	17,2	–	
Despesas totais	% do PIB	49,7	52,9	45,0	33,4	31,4	42,1	34,2	44,1	–	
dq: Desp. correntes	% do PIB	20,6	19,4	17,7	18,9	17,4	19,5	18,1	17,4	–	
Desp. de investimento	% do PIB	28,5	32,8	27,0	14,2	13,9	22,0	15,5	25,8	–	
Saldo primário interno[a]	% do PIB	-4,6	-3,0	-3,3	-2,7	-3,3	-2,7	-3,0	-2,0	–	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-10,5	-12,6	-10,9	-2,0	-5,5	-9,8	-6,3	-10,6	–	
Saldo global (base caixa)	% do PIB	-12,5	-11,2	-9,2	-1,6	-3,3	-9,8	-7,6	-7,9	–	
Moeda e crédito											
Crédito líq. à Admin. Central	taxa var. anual	78,4	63,5	-459,2	-102,7	-0,8	-2,4	-28,2	111,8	62,3	jul.
Crédito à economia	taxa var. anual	40,0	14,7	9,6	-0,9	-1,1	-0,7	3,8	7,1	-19,1	jul.
Massa monetária	taxa var. anual	25,1	10,5	20,3	14,0	16,8	14,7	13,2	11,1	-7,5	jul.
Taxa de juro de ref. do BCSTP	taxa anual	15,0	15,0	14,0	14,0	12,0	–	10,0	–	10,0	jul.
Balança de pagamentos											
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	18,5	0,9	37,3	-14,6	33,3	25,9	-28,5	30,1	–	
Importações f.o.b.	taxa var. anual	14,8	20,3	2,9	8,0	12,4	0,6	-16,5	7,0	–	
Balança comercial (mercad.)	% do PIB	-42,0	-42,2	-37,2	-38,2	-37,7	-31,4	-34,1	-32,4	–	
Balança de serviços	% do PIB	-5,4	-5,3	-2,6	-9,0	-4,0	-7,8	-0,2	-3,2	–	
Balança corrente	% do PIB	-22,6	-27,5	-21,2	-23,4	-22,0	-12,4	-16,8	-12,2	–	
Balança corrente e de capital	% do PIB	-22,5	-24,8	-21,2	-23,4	-22,0	-12,4	-16,8	-12,2	–	
Ativos externos líq. do BCSTP	milhões de EUR	40,7	36,4	43,3	52,7	60,1	73,7	77,7	89,0	71,3	jul.
	milhões de USD	53,7	46,5	56,7	72,1	73,7	82,6	83,7	97,0	78,9	jul.
Dívida pública externa											
Dívida pública externa	milhões de USD	174,8	200,2	226,0	238,0	253,9	–	274,1	–	–	
Dívida pública externa	% do PIB	81,0	76,8	84,5	75,5	71,7	–	87,8	–	–	
Serviço da dívida externa	% exportações	6,4	8,0	7,3	9,5	3,7	4,8	4,3	4,2	–	
Taxas de câmbio											
Taxa de câmbio EUR / STD	tx. média anual	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	jul.
Taxa de câmbio USD / STD	tx. média anual	18 574	17 754	19 211	18 618	18 594	22 024	22 178	21 864	22 085	jul.
ITCE[b] nominal (apreciação: +)	tx. variação anual	-6,1	1,5	-1,4	1,0	0,5	–	0,0	–	5,2	jun.
ITCE[b] real (apreciação: +)	tx. variação anual	2,2	9,8	4,6	6,8	6,0	–	3,0	–	2,6	jun.

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cáculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Saldo primário interno corresponde ao saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura de contratos e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos; (b) Índice de taxa de câmbio efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos principais parceiros comerciais.

Quadro 55 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Dobras

	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016
						Prog.	Est.	Prog.
Setor Primário	433	513	594	692	743	–	881	–
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	226	260	299	335	341	–	377	–
Pescas	194	237	279	340	384	–	484	–
Indústrias extrativas	13	15	16	17	18	–	20	–
Setor Secundário	635	718	780	879	1067	–	1026	–
Indústrias transformadoras	316	367	370	415	413	–	446	–
Eletricidade, gás e água	114	127	125	134	125	–	133	–
Construção	205	224	285	330	530	–	447	–
Setor Terciário	2491	2997	3445	3869	4292	–	4931	–
Comércio	1056	1257	1397	1554	1683	–	1812	–
Alojamento e restauração	139	157	150	193	263	–	466	–
Transportes, armazenagem e comunicações	467	623	638	647	702	–	818	–
Atividades financeiras	94	111	127	143	161	–	180	–
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	220	261	280	316	371	–	428	–
Administração pública, defesa e segurança social	194	206	425	514	545	–	576	–
Educação	114	125	143	171	201	–	233	–
Saúde e ação social	48	53	53	70	79	–	85	–
Outras atividades	160	203	233	261	288	–	334	–
SIFIM (Serv. de intermed. financ. indir. medidos)	-110	-130	-149	-168	-188	–	-211	–
Impostos Indiretos	269	278	282	309	328	–	400	–
Produto Interno Bruto p.m.	3719	4376	4952	5582	6242	7064	7028	7847
Consumo	3859	4253	–	–	–	–	–	–
Privado	3313	3579	–	–	–	–	–	–
Público	546	674	–	–	–	–	–	–
Investimento	1802	2173	–	–	–	–	–	–
Privado	710	872	–	–	–	–	–	–
Público	1092	1301	–	–	–	–	–	–
Procura Interna	5661	6427	–	–	–	–	–	–
Exportações de bens e serviços	450	512	629	902	1634	2029	1776	2040
Procura Global	6111	6939	–	–	–	–	–	–
Importações de bens e serviços	2392	2563	2599	3540	4238	4799	4188	4764
Para memória:								
PIBpm (taxa de variação real, em %)	4,5	4,9	4,5	4,0	4,5	5,0	4,0	5,0
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	16,8	17,7	13,2	12,7	11,8	13,2	12,6	11,7
PIB nominal (milhões de EUR; pr. correntes)	151,8	178,6	202,1	227,8	254,8	288,3	286,9	320,3
PIB nominal (milhões de USD; pr. correntes)	200,2	246,5	259,7	302,6	338,0	325,6	318,2	349,2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 56 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2005	Dezembro	–	17,2	17,2	17,2
2006	Dezembro	–	24,6	24,6	23,1
2007	Dezembro	–	27,6	27,6	18,5
2008	Dezembro	–	24,8	24,8	32,0
2009	Dezembro	–	16,1	16,1	17,0
2010	Dezembro	–	12,9	12,9	13,3
2011	Dezembro	–	11,9	11,9	14,3
2012	Dezembro	–	10,4	10,4	10,6
2013	Dezembro	–	7,1	7,1	8,1
2014	Dezembro	–	6,4	6,4	7,0
2015	Dezembro	–	4,0	4,0	5,2
2014	Janeiro	0,3	0,3	7,0	7,8
	Fevereiro	0,5	0,8	6,8	7,5
	Março	0,2	1,0	7,4	7,3
	Abril	0,7	1,7	6,3	7,0
	Maio	0,9	2,6	6,9	6,8
	Junho	0,6	3,2	7,3	6,8
	Julho	0,3	3,5	7,4	6,9
	Agosto	0,2	3,6	7,1	6,9
	Setembro	0,2	4,0	7,1	7,0
	Outubro	0,8	4,7	7,3	7,0
	Novembro	0,5	5,2	6,7	7,0
	Dezembro	1,2	6,4	6,4	7,0
	Dezembro (prog.)	–	–	6,0	7,1
2015	Janeiro	0,3	0,3	6,4	6,9
	Fevereiro	0,3	0,6	6,3	6,9
	Março	0,5	1,1	6,5	6,8
	Abril	0,4	1,5	6,1	6,8
	Maio	0,2	1,7	5,5	6,6
	Junho	0,2	1,9	5,0	6,5
	Julho	0,3	2,2	5,1	6,3
	Agosto	0,1	2,3	5,0	6,1
	Setembro	0,1	2,4	4,8	5,9
	Outubro	0,3	2,7	4,3	5,6
	Novembro	0,5	3,2	4,4	5,5
	Dezembro	0,8	4,0	4,0	5,2
	Dezembro (prog.)	–	–	5,2	5,8
2016	Janeiro	0,8	0,8	4,5	5,1
	Fevereiro	0,2	0,9	4,4	4,9
	Março	0,8	1,7	4,7	4,8
	Abril	1,7	3,4	6,0	4,8
	Maio	0,5	3,9	6,2	4,9
	Junho	-0,5	3,4	5,6	4,9
	Julho	0,3	3,7	5,5	4,9
	Dezembro (prog.)	–	–	4,0	4,6

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dez. (n-1); [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 57 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2012	2013	2014	2015		2016
			Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança corrente	-55,2	-70,9	-74,2	-40,4	-53,3	-42,7
1.1. Balança comercial	-96,6	-115,7	-127,4	-102,3	-108,5	-113,3
Exportações (f.o.b.)	15,1	12,9	17,2	18,8	12,3	16,0
das quais: Cacau	5,3	5,4	9,2	1,6	7,8	11,4
Reexportações	8,8	5,9	7,0	7,1	3,3	3,4
Importações (f.o.b.)	-111,7	-128,6	-144,6	-121,1	-120,8	-129,2
das quais: Bens alimentares	-33,5	-38,4	-42,5	-31,5	-34,6	-34,2
Bens de investimento	-35,0	-38,5	-30,3	-40,9	-27,7	-41,3
Combustíveis	-27,2	-38,2	-41,1	-30,6	-33,2	-23,8
1.2. Balança de serviços	-6,7	-27,3	-13,6	-25,4	-0,7	-11,0
Exportações	17,9	36,0	71,3	74,7	68,1	71,8
das quais: Viagens e turismo	12,6	30,6	56,0	60,3	51,8	54,7
Importações	-24,6	-63,3	-84,9	-100,1	-68,8	-82,8
das quais: Fretes e seguros	-19,3	-18,8	-23,6	–	-19,6	–
1.3. Balança de rendimentos	-4,7	2,6	5,7	8,3	-0,1	1,0
Crédito	1,0	5,1	10,1	–	3,5	–
Débito	-5,7	-3,5	-4,4	–	-3,6	–
do qual: Juros da dívida programados	-1,9	-2,3	-2,4	–	-1,9	–
1.4. Transferências correntes	52,8	69,5	61,2	79,0	56,0	80,6
Transferências privadas	4,9	24,6	25,2	26,8	19,6	20,3
das quais: Remessas de emigrantes	6,4	26,1	25,2	–	19,6	–
Transferências oficiais (líquidas)	47,9	44,9	36,0	52,2	36,4	60,3
das quais: Donativos para projetos	38,7	29,4	27,9	39,2	33,6	50,9
Outras transferências (incl. *HIPC*)	1,4	1,9	0,8	6,0	6,0	6,6
2. Balança de capital e financeira	64,3	34,3	37,5	48,5	35,2	55,9
2.1. Balança de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2. Balança financeira	64,3	34,3	37,5	48,5	35,2	55,9
Invest. Direto Estrangeiro	21,7	10,2	18,9	16,8	19,9	4,2
do qual: Bónus assinat. contr. petróleo	2,0	4,8	0,0	0,0	2,4	2,5
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0
Outros investimentos (líquido)	42,7	24,1	18,6	31,7	15,0	51,7
Outros ativos	26,9	16,1	15,5	7,3	5,7	5,8
Setor público (líquido)	15,2	3,1	15,6	32,8	32,9	26,8
do qual: Desembolsos	22,1	10,8	16,3	34,6	34,5	28,1
Amortizações	-6,9	-7,7	-0,7	-1,8	-1,6	-1,3
Setor privado (líquido)	0,6	5,0	-12,5	-8,3	-23,7	19,0
Bancos comerciais	-11,0	10,6	-17,5	-4,2	-9,7	1,5
Capitais privados de curto prazo	11,7	-5,6	5,0	-4,1	-14,0	17,6
3. Erros e omissões	-10,3	48,1	46,3	0,0	36,6	0,0
4. Balança Global: (1. + 2.)	-1,2	11,6	9,5	8,0	18,5	13,2
5. Financiamento	1,2	-11,6	-9,5	-8,0	-18,5	-13,2
Variação das reservas cambiais, excl. CNP[a] (aumento: -)	1,4	-9,1	-10,5	-10,0	-18,2	-13,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	-0,8	-3,2	2,3	1,9	-0,4	-1,2
Utilização de recursos do FMI (líq.)	0,6	0,7	-1,4	0,1	0,0	1,0
6. Diferencial de financiamento: (4. + 5.)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Para memória:						
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-21,2	-23,4	-22,0	-12,4	-16,8	-12,2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Não inclui a Conta Nacional do Petróleo.

Quadro 58 • Distribuição das exportações de mercadorias

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
França	6,3	3,7	5,5	0,3	2,3	8,8	11,6	13,2	5,1
Bélgica	16,8	7,9	18,9	20,2	29,5	13,9	20,7	24,4	24,8
Países Baixos	13,3	28,2	26,8	10,9	37,4	38,8	29,1	21,4	36,1
Portugal	44,9	49,2	32,3	44,4	13,2	7,7	6,2	1,1	5,1
Gabão	0,8	0,4	0,7	0,3	1,8	1,1	0,9	0,2	0,5
Outros	18,0	10,6	15,8	23,9	15,8	29,7	31,5	39,7	28,4
Valor das Exportações[a]	6,8	7,8	9,2	10,9	11,0	15,1	12,9	17,2	12,3

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Adnministração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Em milhões de USD.

Quadro 59 • Distribuição das importações de mercadorias

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	20,1	22,9	14,8	12,1	9,6	21,9	24,3	27,2	24,7
Bélgica	2,3	1,7	1,9	1,8	1,7	3,3	1,9	1,7	1,1
China	1,7	0,9	1,4	2,4	2,0	1,4	1,6	2,8	3,0
França	0,3	0,2	0,7	5,0	2,4	0,6	0,7	0,6	0,5
Gabão	2,2	3,0	2,7	5,3	2,0	2,1	1,4	2,0	1,7
Japão	0,2	0,8	4,4	1,2	2,5	1,5	1,4	0,4	2,2
Países Baixos	1,4	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,9	0,8
Portugal	66,2	61,3	56,4	60,9	58,9	55,7	59,8	58,5	56,3
Outros	5,6	9,1	17,3	10,8	20,6	13,1	8,6	5,9	9,6
Valor das Importações[a]	64,9	92,2	83,8	96,2	115,7	119,1	128,6	144,6	120,8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Em milhões de USD.

Quadro 60 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013 Est.	2014 Est.	2015 Est.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	140,9	157,1	172,6	188,4	198,2	214,0	234,8
da qual: Atrasados	65,7	69,1	67,7	81,6	82,7	85,7	72,4
1.1 Dívida Multilateral	37,0	38,0	42,1	41,0	43,7	43,2	42,6
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	4,2	5,1	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4
BAD/FAD	2,2	3,2	2,2	2,1	5,5	5,4	5,2
BEI	2,1	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3	0,1
FIDA	5,7	6,5	7,9	8,0	7,7	7,8	6,7
FMI	4,4	4,4	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6
IDA	13,7	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8
OPEP	4,7	4,0	5,5	4,5	4,1	4,0	2,8
1.2 Dívida Oficial Bilateral	59,8	75,0	86,4	98,9	108,3	125,5	145,5
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	49,6	49,2
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0,2	0,9	0,9	0,9	1,4	1,4	0,8
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alemanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bélgica	0,2	0,9	0,9	0,9	1,4	1,4	0,8
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
França	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.2.2 Outros credores oficiais	59,6	74,1	85,5	98,0	106,9	124,1	144,7
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	49,6	49,2
Angola	32,0	32,0	32,0	32,0	32,0	49,0	63,0
Argélia	1,3	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
China	17,0	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8	18,4
ex-Jugoslávia	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Portugal	0,4	13,1	27,3	39,8	47,5	47,5	54,5
1.3 Dívida Comercial	44,1	44,1	44,1	48,5	46,2	45,3	46,7
da qual: Atrasados	25,8	25,8	25,8	39,7	37,2	36,1	23,2
Itália	25,8	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	24,3
MSF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0
Outros	18,3	18,3	18,3	22,7	21,9	21,0	12,4
2. Dívida de Curto Prazo	13,4	17,7	27,7	37,7	39,8	39,8	39,3
da qual: Atrasados	3,4	13,4	17,7	3,4	3,4	7,7	3,4
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Brasil	0,0	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Guiné Equatorial	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1	1,6
Nigéria	10,0	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0
Dívida Pública Externa Total (1.+ 2.)	154,2	174,8	200,2	226,0	238,0	253,9	274,1
da qual: Atrasados	69,1	82,5	85,4	85,0	86,1	93,4	75,8
Para memória:							
Dívida pública externa total (em % do PIB)	67,7	81,0	76,8	84,5	75,5	71,7	87,8
Atrasados totais (em % do PIB)	30,3	38,2	32,8	31,8	27,3	26,4	24,3

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 61 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Dobras

	2011	2012	2013	2014	2015			2016
					Orç.	Est	g.e.[a]	Orç.
1. Receitas Totais	1765	1685	1750	1618	2281	1965	86,1	2625
1.1. Receitas correntes	787	771	956	973	1197	1107	92,5	1276
Receitas tributárias	726	704	854	879	1074	1006	93,7	1170
Impostos diretos	235	222	282	300	353	344	97,5	406
Impostos indiretos	355	388	460	490	620	550	88,7	661
dos quais: Receitas aduaneiras	299	334	398	407	515	455	88,3	551
Outras receitas tributárias	136	93	112	89	100	112	112,0	104
Receitas não-tributárias	61	67	102	94	123	101	82,1	106
1.2. Donativos	942	876	704	645	1084	804	74,2	1349
Donativos para projetos	817	706	509	500	730	610	83,6	995
Outros donativos (inclui apoio OGE)	77	142	173	103	220	61	27,7	205
Donativos associados ao alívio da dívida	49	28	22	42	134	133	99,3	149
1.3. Bónus de assinatura (contratos petrol.)	35	39	90	0	0	53	–	0
2. Despesas Totais	2317	2226	1864	1960	2973	2405	80,9	3460
2.1. Despesas correntes	851	875	1056	1086	1374	1274	92,7	1366
Despesas com o pessoal	369	419	521	569	631	623	98,7	676
Bens e serviços	234	198	216	158	229	239	104,4	240
Subsídios e transferências	181	190	256	245	315	248	78,7	311
Juros da dívida pública	24	30	28	28	31	54	174,2	56
Outras despesas correntes	43	39	34	86	141	110	78,0	82
2.2. Despesas de investimento	1437	1336	790	865	1556	1087	69,9	2025
Com financiamento interno	65	74	60	58	63	51	81,0	441
Com financiamento externo	1373	1262	730	807	1493	1036	69,4	1584
2.3. Despesas sociais financ. p/ Inic. HIPC	29	14	17	10	70	45	64,3	68
3. Saldo global (base de compromissos) (1. - 2.)	-552	-540	-114	-342	-692	-440	63,6	-835
4. Variação de Atrasados [redução: -]	59	33	-22	46	0	-95	–	-85
Atrasados externos (juros)	0	0	0	11	0	-12	–	0
Atrasados internos	59	33	-22	35	0	-82	–	-85
5. Valores em trânsito, erros e omissões	5	51	47	89	0	1	–	0
6. Saldo global (base de caixa) (3. + 4. + 5.)	-488	-456	-89	-207	-692	-533	29,4	-921
7. Financiamento	488	456	89	207	692	533	29,4	921
7.1. Financiamento interno	11	-86	50	-37	0	-33	–	388
Crédito bancário líquido (excl. CNP[b])	11	-86	-71	-37	0	-33	–	0
Financiamento não bancário	0	0	121	0	0	0	–	388
7.2. Financiamento externo	450	558	94	199	651	576	31,0	478
Desembolsos para apoio ao OGE	1	75	0	80	0	20	–	0
Desembolsos para projetos	528	532	159	236	763	742	24,4	659
Amortizações programadas	-79	-49	-64	-117	-112	-187	50,8	-181
7.3. Transf. de/para CNP[b] [entradas p/ OGE: +]	27	-15	-56	44	42	-10	93,3	53
8. Diferencial de financiamento (6. + 7.)	0	0	0	0	0	0	–	0
Para memória:								
Saldo Global, base de compromissos (% do PIB)	-12,6	-10,9	-2,0	-5,5	-9,8	-6,3	–	-10,6
Saldo primário interno (em mil milhões STD)	-133	-163	-150	-208	-190	-207	–	-155
Saldo primário Interno[c] (% do PIB)	-3,0	-3,3	-2,7	-3,3	-2,7	-3,0	–	-2,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Fiinanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) grau de execução face ao orçamento, em percentagem; (b) Conta Nacional do Petróleo (CNP); (c) Saldo primário interno corresponde a saldo global (base compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Quadro 62 • Síntese monetária

Em mil milhões de Dobras

	2010	2011	2012	2013	2014	2015		Dez. 15 / Dez. 16		2016		Jul. 16 / Dez. 15	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Prog.	Dez.	[A]	[B]	Prog.	Jul.	[A]	[B]
1. Ativos externos líquidos	1364	1263	1630	1648	2230	2535	2527	13,3	11,9	2836	2331	-7,8	-6,9
1.1. Banco Central	998	891	1062	1292	1474	1805	1903	29,1	17,1	2180	1747	-8,2	-5,5
1.2. Bancos comerciais	367	372	568	356	756	730	624	-17,5	-5,3	656	583	-6,5	-1,4
2. Ativos internos líquidos	53	303	250	501	278	341	313	12,4	1,4	320	130	-58,6	-6,5
2.1. Crédito interno líquido	1466	1728	1811	1651	1630	1623	1630	-0,0	-0,0	2129	1409	-13,6	-7,8
2.1.1. Créd. líq. Admin. Cent.	-60	-22	-123	-250	-252	-246	-323	28,1	-2,8	38	-207	-36,1	4,1
2.1.1.1. Crédito bruto à Adm. Central	261	267	236	246	258	280	255	-1,1	-0,1	255	427	67,3	6,0
2.1.1.2. Depósitos da Admin. Central	-321	-290	-359	-496	-510	-526	-579	13,5	-2,8	-217	-633	9,3	-1,9
2.1.2. Crédito à economia	1526	1750	1934	1902	1882	1869	1953	3,8	2,8	2091	1615	-17,3	-11,9
2.2. Outros ativos e passivos	-1412	-1424	-1561	-1152	-1352	-1282	-1317	-2,6	1,4	-1809	-1279	-2,9	1,3
3. Massa monetária	1417	1566	1879	2147	2508	2877	2840	13,2	13,2	3156	2460	-13,4	-13,4
3.1. Circulação monetária	163	177	173	187	223	256	247	11,0	–	259	246	-0,2	–
3.2. Depósitos à ordem	922	955	1070	1404	1585	1869	1935	22,1	–	2182	1574	-18,7	–
3.2.1. Em moeda nacional	399	493	561	872	884	1017	1184	34,0	–	1243	963	-18,7	–
3.2.2. Em moeda estrang.	524	462	510	532	701	852	751	7,1	–	939	611	-18,7	–
3.3. Outros depósitos	331	434	636	556	701	752	658	-6,1	–	715	640	-2,8	–
3.3.1. Em moeda nacional	23	53	184	303	465	525	475	2,2	–	486	462	-2,8	–
3.3.2. Em moeda estrang.	308	381	452	253	236	227	183	-22,4	–	229	178	-2,8	–

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [A] Variação percentual face ao final do ano anterior. [B] Variação percentual do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 63 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014	2015				2015	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.
1. Taxa de Referência do BCSTP	15,0	15,0	14,0	14,0	12,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
2. Taxas Ativas											
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	26,8	26,0	26,0	23,0	23,0	23,2	24,0	23,5	23,5	18,9	18,9
2.2. Créditos de 181 dias a 1 ano	27,0	26,0	26,0	23,3	22,9	22,9	23,5	23,3	23,2	19,0	18,9
2.3. Créditos a mais de 1 ano	26,7	26,5	26,5	25,1	24,2	24,2	23,1	22,9	22,8	20,1	20,0
3. Taxas Passivas											
3.1. Depósitos até 90 dias	11,6	12,2	12,2	–	–	–	–	–	–	–	–
3.2.a Depósitos de 91 dias a 1 ano	13,2	13,7	13,7	–	–	–	–	–	–	–	–
3.2.b Depósitos de 91 a 180 dias	–	–	–	10,0	7,6	7,6	7,6	7,6	8,0	3,9	3,9
3.2.c Depósitos de 181 dias a 1 ano	–	–	–	10,1	8,9	6,9	6,5	6,3	6,3	4,2	3,9
3.3. Depósitos a mais de 1 ano	13,9	12,8	12,8	8,0	9,4	6,8	6,3	6,3	6,2	4,0	4,6
Para memória:											
Inflação (t. v. homóloga anual)	12,9	11,9	10,4	7,1	6,4	6,5	5,0	4,8	4,0	4,7	5,6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.
Nota: Taxas indicativas (apuradas com base na informação bruta disponibilizada pelos bancos). As séries de taxas de juro passivas (depósitos a prazo) apresentam uma descontinuidade de classificação entre os valores anteriores e posteriores a 2012.

Quadro 64 • Indicadores de solidez financeira

Em percentagem

	2011	2012	2013	2014	2015				2016
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.
Adequação de Capital									
Rácio de capital[a]	27,7	20,3	22,7	22,6	24,1	23,4	21,9	24,1	24,0
Percentag. de bancos c/ rácio >= 10 %	100,0	87,5	75,0	75,0	71,4	71,4	71,4	85,7	85,7
Percentag. de bancos c/ rácio > 6 % e < 10 %	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Percentag. de bancos c/ rácio < 6 %	0,0	12,5	12,5	25,0	28,6	28,6	28,6	14,3	14,3
Capital (situação líquida) / Ativos	26,5	22,7	18,4	20,3	17,1	15,7	13,0	15,5	14,0
Qualidade dos ativos									
Emprést. em moeda externa / Emprést. totais	68,5	57,9	53,9	46,5	48,3	43,8	42,0	42,1	44,0
Emprést. em incumprimento [b] / Crédito total	15,6	15,4	16,9	19,1	27,0	26,5	24,9	29,8	32,7
Provisões / Emprést. em situação de atraso	46,1	39,4	56,3	45,1	59,0	58,1	62,4	68,7	75,0
Rendimento e rendabilidade									
Retorno sobre os ativos (ROA)	0,5	-0,8	-2,1	-3,2	-3,5	-3,7	-4,5	-5,2	-1,8
Retorno sobre o Capital (ROE)	1,5	-3,3	-9,3	-15,9	-17,8	-19,4	-25,0	-27,1	-9,5
Custos / rendimento	119,3	117,8	471,1	164,5	350,2	255,3	226,3	215,9	244,0
Situação de liquidez									
Ativos líquidos / Ativos totais	20,4	37,8	40,8	45,8	49,7	51,6	49,3	52,0	49,0
Ativos líquidos / Responsab. curto prazo	36,7	61,5	39,6	72,7	79,5	79,7	71,1	72,5	68,0
Crédito / Responsabilidades totais	83,0	64,7	56,3	47,3	47,5	43,2	45,9	47,1	48,0
Respons. em moeda externa / Respons. totais	35,0	30,8	27,0	28,1	27,6	27,5	23,4	30,0	29,0
Crédito / Depósitos	119,5	101,7	85,8	69,6	71,4	64,5	68,3	63,5	65,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.
Notas: (a) Rácio entre o capital e os ativos ponderados pelo risco; (b) *Non-performing loans*.

Quadro 65 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		Euro / Dobra		USD / Dobra		ITCE[a][b]	
		Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
2008		21 602	16,4	14 685	8,5	116,9	113,5
2009		22 510	4,2	16 208	10,4	112,2	124,6
2010		24 500	8,8	18 574	14,6	105,4	127,3
2011		24 500	0,0	17 754	-4,4	107,0	139,8
2012		24 500	0,0	19 211	8,2	105,5	146,1
2013		24 500	0,0	18 618	-3,1	106,5	156,1
2014		24 500	0,0	18 594	-3,1	107,0	165,5
2015		24 500	0,0	22 178	19,3	107,4	170,4
2014	Janeiro	24 500	0,0	18 120	-3,9	107,4	163,8
	Fevereiro	24 500	0,0	18 082	-2,0	107,4	164,6
	Março	24 500	0,0	17 852	-6,2	107,7	163,6
	Abril	24 500	0,0	17 872	-5,9	107,7	164,3
	Maio	24 500	0,0	17 951	-5,6	107,6	165,6
	Junho	24 500	0,0	18 165	-3,0	107,3	165,8
	Julho	24 500	0,0	18 126	-4,0	107,3	166,9
	Agosto	24 500	0,0	18 525	-0,1	106,9	166,4
	Setembro	24.500	0,0	19 078	3,1	106,3	165,1
	Outubro	24 500	0,0	19 467	7,5	106,2	165,5
	Novembro	24 500	0,0	19 788	8,2	106,2	166,5
	Dezembro	24 500	0,0	20 002	11,0	106,3	168,3
2015	Janeiro	24 500	0,0	21 090	16,4	105,3	168,7
	Fevereiro	24 500	0,0	21 745	20,3	105,1	168,6
	Março	24 500	0,0	22 739	27,4	104,5	165,8
	Abril	24 500	0,0	22 612	26,5	103,0	163,5
	Maio	24 500	0,0	21 861	21,8	105,6	166,9
	Junho	24 500	0,0	21 820	20,1	108,1	170,8
	Julho	24 500	0,0	22 452	23,9	108,3	171,2
	Agosto	24 500	0,0	22 189	19,8	108,6	172,6
	Setembro	24 500	0,0	21 996	15,3	110,4	174,2
	Outubro	24 500	0,0	21 957	12,8	110,4	174,2
	Novembro	24 500	0,0	22 951	16,0	109,4	173,1
	Dezembro	24 500	0,0	22 723	13,6	109,6	174,5
2016	Janeiro	24 500	0,0	22 386	6,1	113,4	182,1
	Fevereiro	24 500	0,0	22 234	2,2	114,1	182,7
	Março	24 500	0,0	22 275	-2,0	114,3	180,6
	Abril	24 500	0,0	21 780	-3,7	115,7	184,0
	Maio	24 500	0,0	21 804	-0,3	115,7	183,1
	Junho	24 500	0,0	21 980	0,7	115,5	180,4
	Julho	24 500	0,0	22 134	-1,4	115,3	179,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período de 2005-2009; (b) Um aumento / diminuição do valor do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação da Dobra (Base 100: janeiro de 1999)

6. Timor-Leste

Área: 14 954 Km^2

Capital: Dili

População: 1167 milhares
(2015; fonte: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste)

Moeda: Dólar norte-americano

O crescimento da economia timorense (sector não-petrolífero) em 2015 ficou abaixo das expetativas, apesar da manutenção de um elevado nível de despesas públicas correntes, que têm constituído o seu principal fator catalisador. O valor da exploração de recursos energéticos (petróleo e gás) manteve a trajetória descendente, tendência que se acentuará nos próximos anos devido ao processo de exaustão da principal jazida em atividade. A inflação tem registado valores negativos desde o último trimestre de 2015, essencialmente devido à apreciação do dólar norte-americano (moeda oficial de Timor-Leste) face às moedas dos principais parceiros comerciais. Em 2015 o Fundo do Petróleo apresentou pela primeira vez um decréscimo do seu valor, resultado conjugado do decréscimo das receitas petrolíferas com as crescentes necessidades de financiamento público.

A economia timorense, excluindo o setor de exploração petrolífera, apresentou em 2015 um comportamento abaixo das expetativas, uma vez que as mais recentes estimativas apontam para uma taxa de variação real de somente 4,3 por cento (previsão: 6,8 por cento). Adicionalmente foram revistas em baixa as estimativas do crescimento nos anos precedentes. Apesar disso e pela primeira vez em muitos anos, o valor do PIB não petrolífero terá sido em 2015 superior ao valor da produção de gás e petróleo, um reflexo do forte decréscimo verificado no valor da extração de bens energéticos (efeito quantidade e efeito preço). Esta tendência irá persistir, prevendo-se que em 2016 o PIB não petrolífero corresponda a cerca de 70 por cento do PIB total.

O crescimento económico dos últimos anos tem sido essencialmente baseado nos setores da construção e dos serviços (sobretudo, administração pública). A indústria transformadora tem somente um papel residual (existem alguns projetos de investimento nas áreas dos cimentos e das bebidas mas ainda não entraram na fase de concretização) e a agricultura (apesar de ter um importante peso em termos de utilização de mão-de-obra) apresenta níveis de produtividade muito baixos, necessitando de uma profunda modernização.

A inflação vem apresentando valores negativos desde o último trimestre de 2015, o que resulta essencialmente do comportamento do preço dos bens importados, já que as moedas dos principais países de proveniência das importações timorenses (nomeadamente a Indonésia) registaram em 2015 fortes depreciações face ao dólar, moeda oficial de Timor-Leste. Para esta queda dos preços também terá contribuído a eliminação de alguns estrangulamentos nos circuitos de distribuição e o desenvolvimento de práticas mais competitivas a nível da importação e distribuição.

Apesar da queda, para cerca de metade, nas entradas decorrentes da exploração de petróleo, a balança corrente ainda apresentou em 2015 um excedente (equivalente a 30,5 por cento do PIB não petrolífero), para o que contribuiu, por um lado, a contração no nível de importações de bens, em parte resultante da queda do preço dos derivados do petróleo e, por outro, as menores necessidades de bens de equipamento decorrentes da construção de centrais elétricas, entretanto concluídas.

A Indonésia e Singapura continuaram a ser os principais fornecedores de bens de importação, mas a China tem reforçado gradualmente a sua presença, processo impulsionado pelo progressivo incremento de interesses económicos chineses estabelecidos em Timor-Leste, nomeadamente nos setores do comércio e da hotelaria. No lado das exportações (café), os EUA recuperaram a posição dominante que haviam perdido para a Alemanha nos dois anos anteriores.

Apesar das autoridades timorenses estarem cientes dos riscos decorrentes dos elevados níveis da despesa pública face à perspetiva do esgotamento a breve prazo das receitas de exploração de petróleo, o orçamento para 2016 mantém as mesmas caraterísticas dos anos anteriores, reforçando o denominado *front loading* dos investimentos em infraestruturas, nomeadamente em meios de comunicação (estradas e portos) como estratégia para induzir o crescimento do setor privado da economia.

Em 2015 as despesas do setor público caíram marginalmente face ao ano anterior, mas essa queda deveu-se sobretudo ao atraso no lançamento de projetos de investimento previstos no orçamento. A taxa de execução na componente de investimento foi inferior a 70 por cento, enquanto nas despesas correntes a execução aproximou-se dos 90 por cento.

As necessidades de financiamento da despesa pública foram asseguradas essencialmente por transferências do Fundo do Petróleo, situação que se manterá em 2016, embora no presente ano se conte recorrer igualmente a empréstimos de instituições internacionais (bancos multilaterais e agências de cooperação), na medida em que esses empréstimos têm associada assistência técnica na monitorização dos projetos de investimento, domínio em que as capacidades locais são limitadas. No entanto, mesmo com a concretização dos empréstimos previstos, o valor acumulado da dívida externa ficará aquém de 10 por cento do PIB não petrolífero.

Neste contexto tem especial importância o comportamento do Fundo do Petróleo. O seu valor cresceu de forma quase exponencial até 2014 (para o que contribuiu o aumento do preço do petróleo até 2008 e posteriormente em 2011 -2013), mas veio a sofrer uma ligeira redução em 2015, já que, por um lado, as receitas decorrentes da exploração destes recursos foram cerca de metade das registadas em 2014 e, por outro, as transferências para o Tesouro foram maiores do que no ano anterior. Por outro lado, o rendimento das aplicações do Fundo foi afetado pelas atuais baixas taxas de rendibilidade

dos ativos financeiros, bem como pelas perdas (contabilísticas) decorrentes da depreciação cambial dos ativos do Fundo não denominados em USD. Fruto de todos estes fatores o **Fundo de Petróleo apresentava no final de 2015 um valor ligeiramente inferior ao do início do ano** (cerca de 16,2 mil milhões de USD, correspondendo a 11,5 vezes o valor do PIB não petrolífero). Na primeira metade de 2016 verificou-se uma subida no valor dos ativos do Fundo, mas provavelmente insuficiente para se poder atingir no final de 2016 o valor previsto no orçamento (18 mil milhões de USD).

À semelhança dos anos anteriores, o **valor das disponibilidades líquidas sobre o exterior do setor bancário** (essencialmente concentradas no banco central) **continuou a apresentar um comportamento marcado por fortes oscilações:** depois de uma expressiva subida em 2015 (superior a 34 por centro), nos primeiros cinco meses de 2016, estes ativos líquidos diminuíram cerca de 16 por cento, o que teve reflexo na redução da massa monetária, nomeadamente na componente de depósitos à ordem.

O crédito ao setor privado aumentou ligeiramente em 2015, mas essa dinâmica não se manteve no presente ano, no qual esta variável praticamente estagnou. A ausência de oportunidades viáveis de concessão de crédito para investimento e as dificuldades legais na colateralização dos empréstimos (lacunas no registo da propriedade e virtual impossibilidade de executar garantias em caso de incumprimento) constituem sérias limitações à expansão do crédito, que representava no final de 2015 somente cerca de 15 por cento do PIB não petrolífero. A taxa de incumprimento (*NPL*) reduziu-se em 2015, representando cerca de 23 por cento do total do crédito concedido e decorre essencialmente (cerca de 2/3) da prática pouco prudente de concessão de crédito por parte uma instituição bancária entre 2004 e 2007, estando essas perdas potenciais integralmente provisionadas.

O setor bancário timorense, apesar da sua reduzida expressão, tem registado **progressos significativos em termos da sua infraestrutura, nomeadamente a modernização do seu sistema de pagamentos**, que conta desde 2015 com um novo regime de liquidações por grosso em tempo real, associado a uma plataforma unificada de processamento de pagamentos eletrónicos (nomeadamente cartões de débito e crédito e pagamentos POS), aplicações informáticas desenvolvidas no banco central em colaboração com as quatro instituições bancárias que operam em Timor-Leste.

A moeda de Timor-Leste, o dólar norte-americano, manteve até ao final do terceiro trimestre de 2015 um marcado comportamento de apreciação face às moedas dos parceiros económicos (nomeadamente a rupia da Indonésia, mas também o dólar australiano). Em teoria este comportamento cambial prejudicou a competitividade da economia timorense, apesar da sua inflação negativa; a competitividade da economia de Timor-Leste apresenta no entanto outros fatores de debilidade, nomeadamente a sua pequena dimensão e as deficiências em infraestruturas.

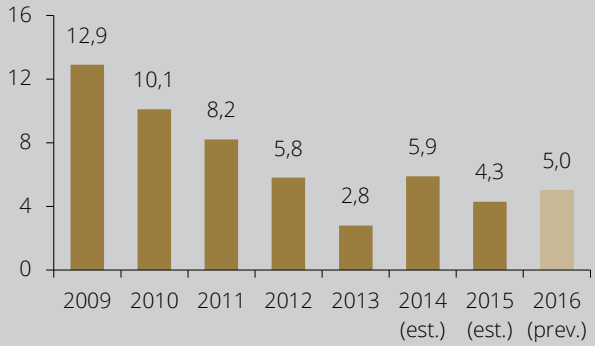
Quadro 66 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
					Est.	Prev.
PIB total (tx. variação anual real)	10,8	1,9	-12,8	-27,8	-0,6	-8,8
PIB não-petrolífero (tx. variação anual real)	8,2	5,8	2,8	5,9	4,3	5,0
Inflação (tx.variação homóloga)[a]	17,4	9,1	4,0	0,3	-0,6	-1,5
Massa monetária (taxa de variação)[b]	10,5	24,8	22,9	20,0	7,0	-14,1
Balança corrente (% do PIB não-petrolífero)	209	211	181	80	31	3
Saldo orçamental (% do PIB não-petrolífero)	215	225	179	66	8	14
Receitas petrolíferas (% do PIB não-petrolífero)	301	307	250	151	91	108
Fundo do Petróleo (% do PIB não-petrolífero)	810	912	1139	1181	1149	1214

Fontes Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.
Notas: (a) O valor de 2016 da inflação corresponde à taxa homóloga anual observada no final de julho. (b) O valor de 2016 corresponde à variação da massa monetária de dezembro de 2015 a maio de 2016.

Gráfico 65 • PIB não-petrolífero

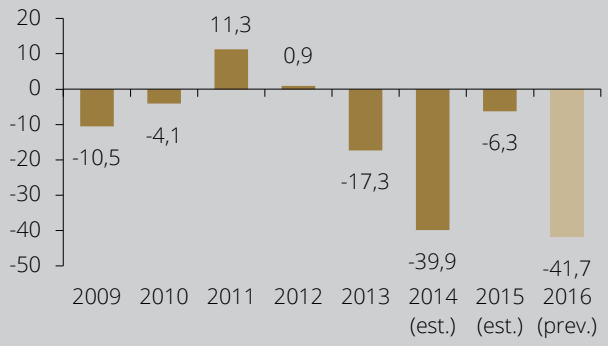
Taxas de variação real anuais, em %



O ritmo do crescimento económico em Timor-Leste (setor não petrolífero) abrandou em 2015 face ao ano precedente. Para 2016 espera-se uma modesta aceleração desse crescimento, alimentada pelo programa de investimento em infraestruturas.

Gráfico 66 • PIB petrolífero

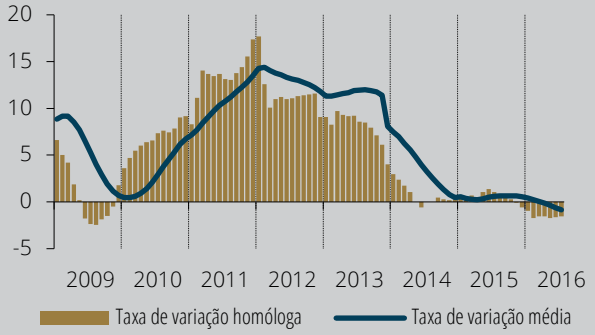
Taxas de variação real anuais, em %



A queda no valor da produção petrolífera não foi tão marcada como no ano anterior mas o previsto declinar dos volumes de produção (proximidade do esgotamento da jazida de Bayu-Undan) dará origem a uma descida acentuada em 2016.

Gráfico 67 • Inflação

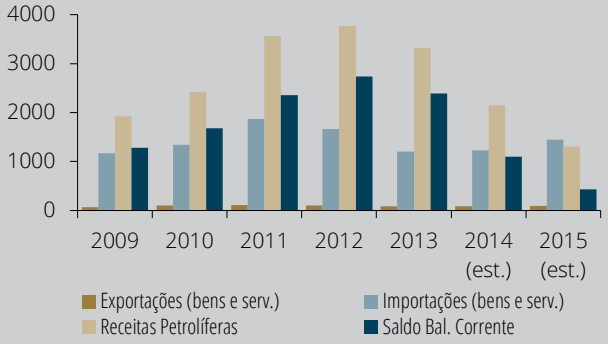
Variação anual do IPC, em %



A apreciação do dólar americano face às moedas dos principais parceiros comerciais (fornecedores) de Timor-Leste constitui o principal fator para os valores negativos da inflação que se registam desde o último trimestre de 2015.

Gráfico 68 • Contas externas

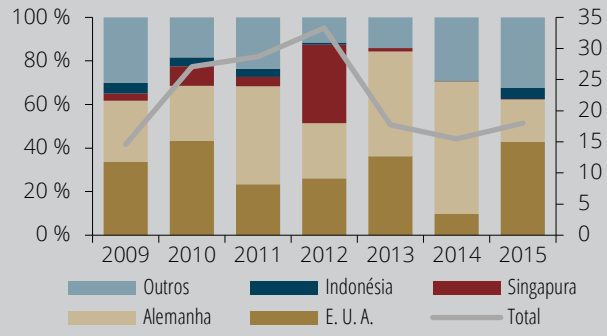
Em milhões de USD



A queda das receitas petrolíferas (quer de natureza fiscal, quer do rendimento das aplicações do Fundo do Petróleo) e a manutenção de elevados níveis do défice da balança de bens e serviços, têm dado origem a uma continuada queda dos excedentes da balança corrente.

Gráfico 69 • Exportações de mercadorias

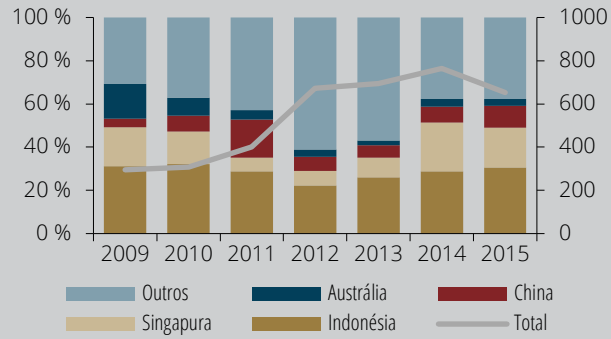
Destinos em %, total em milhões de USD



Em 2015 verificou-se uma ligeira recuperação das exportações de Timor-Leste (essencialmente café), após as quedas verificadas em 2013 e 2014. Os EUA voltaram a ser o maior comprador do café timorense, após dois anos em que esse papel pertenceu à Alemanha.

Gráfico 70 • Importações de mercadorias

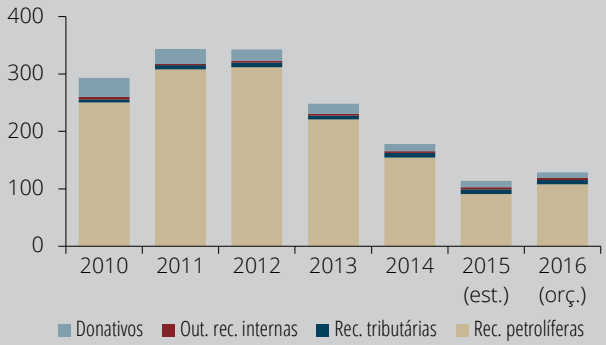
Origens em %, total em milhões de USD



O nível de importações decresceu em 2015, após ter sido muito inflacionado nos últimos três anos pelas aquisições de equipamentos, nomeadamente para as novas centrais elétricas. A Indonésia vem consolidando o seu papel de maior fornecedor.

Gráfico 71 • Receitas públicas

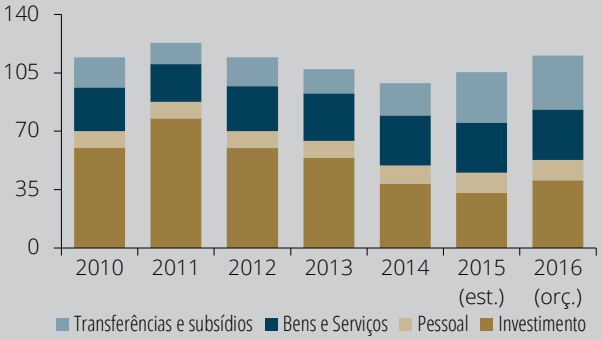
Em % do PIB



Desde 2012 que se verifica um marcado decréscimo das receitas petrolíferas e os donativos também vêm perdendo expressão, pelo que a sustentabilidade das contas públicas necessitaria de uma reforma fiscal que permitisse o reforço das receitas internas.

Gráfico 72 • Despesa pública

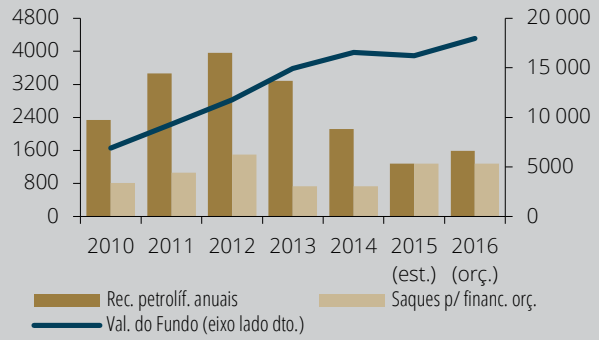
Em % do PIB



A queda das despesas em projetos de investimento em infraestruturas foi compensada por acréscimos nas transferências (nomeadamente para os projetos no enclave / zona económica especial de Oecusse) pelo que a despesa pública total tem continuado a subir.

Gráfico 73 • Fundo do petróleo

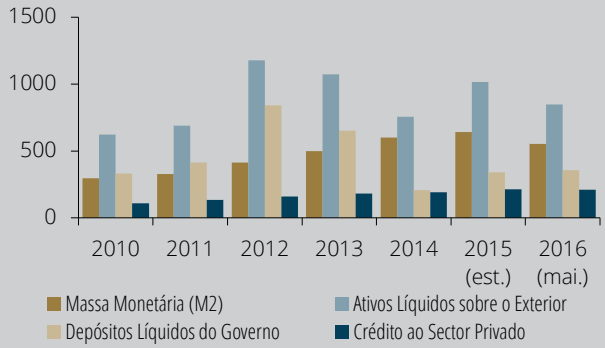
Em milhões de USD



Em 2015, pela primeira vez desde a constituição do Fundo de Petróleo, as suas transferências para o Tesouro foram sensivelmente iguais às receitas, tendo o valor do Fundo praticamente estagnado; a sua rendibilidade foi negativamente condicionada pelo baixo nível das taxas de juro.

Gráfico 74 • Agregados monetários

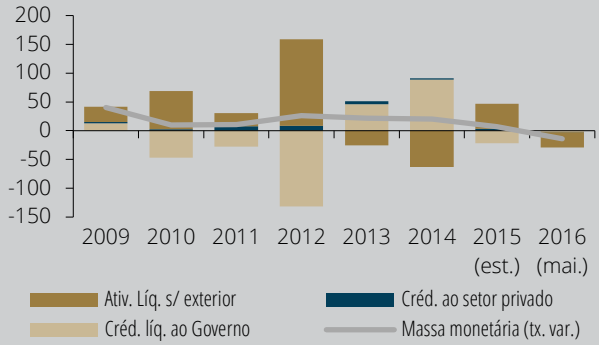
Em milhões de USD



O comportamento dos agregados monetários, nomeadamente o valor os ativos líquidos sobre o exterior, é muito afetado pelas transferências entre o Fundo do Petróleo e a conta do Tesouro. Na primeira metade de 2016 verificou-se uma redução pouco comum da massa monetária.

Gráfico 75 • Fatores de variação da liquidez

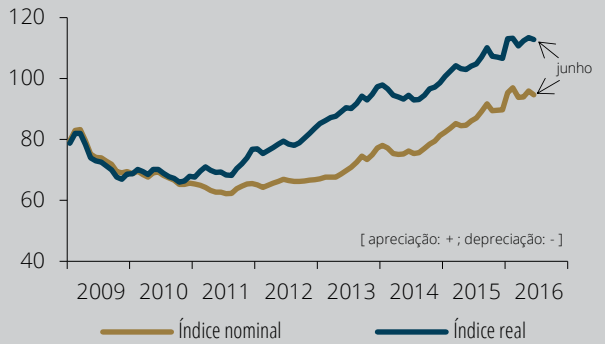
Variações em % do valor inicial da massa monetária



O aumento das disponibilidades sobre o exterior provocou o acréscimo da massa monetária em 2015, situação que no entanto foi praticamente revertida até maio de 2016. O crédito tem-se mantido praticamente estagnado, refletindo a escassez de oportunidades de investimento.

Gráfico 76 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2001, médias mensais



A apreciação do USD face às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor, iniciada em 2011, voltou a acentuar-se em 2015. No entanto desde janeiro de 2016 que se vem verificando uma recuperação das moedas da Austrália e da Indonésia.

Quadro 67 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Est.	2016 Prev.	
Produto e preços									
PIB total	milhões de USD	4274	5973	6809	5641	4176	2620	2100	
	t. var. anual real	-1,3	10,8	1,9	-12,8	-27,8	-0,6	-8,8	
PIB não petrolífero	milhões de USD	941	1149	1291	1313	1400	1412	1480	
	t. var. anual real	10,1	8,2	5,8	2,8	5,9	4,3	5,0	
	% do PIB total	22,0	19,2	19,0	23,3	33,5	53,9	70,5	
Inflação	t. var. homóloga	9,2	17,4	9,1	4,0	0,3	-0,6	-1,5	jul.
	t. var. média anual	6,8	13,5	11,8	8,1	0,5	0,4	-0,8	jul.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB não-petr.	292	335	337	282	183	114	129	
Receitas internas	% do PIB não-petr.	10	9,5	11	12	12	12	12	
Receitas petrolíferas	% do PIB não-petr.	248	301	307	250	151	91	108	
Outras receitas	% do PIB não-petr.	33	25	20	20	19	11	10	
Despesas totais	% do PIB não-petr.	114	120	112	102	116	106	115	
Despesas correntes	% do PIB não-petr.	54	44	54	56	65	72	75	
Despesas de investimento	% do PIB não-petr.	60	76	59	47	51	33	40	
Saldo global	% do PIB não-petr.	178	215	225	179	66	8	14	
Fundo Petrolífero	% do PIB não-petr.	734	810	912	1139	1181	1149	1214	
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos[a]	milhões de USD	622	689	1179	1073	757	1016	849	mai.
	taxa de variação[b]	40,4	10,8	71,1	-9,0	-29,5	34,2	-16,4	mai.
	meses de importaç.	5,6	4,4	8,5	10,7	7,4	10,6	7,9	mai.
Crédito à economia	milhões de USD	110	133	160	182	192	212	211	mai.
	taxa de variação[b]	5,8	20,9	20,3	13,8	5,3	10,6	-0,5	mai.
Depós. líq. Admin. Pública	milhões de USD	331	413	841	651	207	339	356	mai.
	taxa de variação[b]	60,7	24,8	103,6	-22,6	-68,2	63,6	5,0	mai.
Massa monetária	milhões de USD	295	326	407	500	600	642	552	mai.
	taxa de variação[b]	10,1	10,5	24,8	22,9	20,0	7,0	-14,1	mai.
Balança de pagamentos									
Exportação de bens e serviços[c]	milhões de USD	102	108	102	88	89	97	100	
Importações de bens e serviços	milhões de USD	1343	1866	1661	1204	1226	1145	1297	
Rendimentos petrolíferos[d]	milhões de USD	2338	3461	3960	3286	2117	1281	1594	
Balança corrente	milhões de USD	1678	2352	2736	2391	1096	431	41	
	% do PIB não-petr.	179,4	209,4	211,3	181,3	79,9	30,5	2,8	
Balança de cap. e financeira	milhões de USD	-1505	-2249	-2220	-2545	-1391	-304	-33	
	% do PIB não-petr.	-160,9	-200,2	-171,4	-192,4	-101,4	-21,5	-2,2	
Balança global	milhões de USD	156	55	422	-197	-376	127	8	
	% do PIB não-petr.	16,6	4,8	32,7	-15,0	-26,9	9,0	0,5	
Taxas de câmbio									
USD / IDR (Indonésia)	taxa média	9085	8777	9384	10 463	11 913	13 387	13 165	ago.
USD / AUD (Austrália)	taxa média	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3	1,3	ago.
ITCE nominal (base 100: 2001)[e]	taxa de variação[b]	-5,3	-0,2	1,9	15,6	5,1	10,5	5,4	jun.
ITCE real (base 100: 2001)[e]	taxa de variação[b]	-1,0	13,1	4,9	16,4	1,3	8,1	5,8	jun.

Fontes: Banco Central, Ministério das Finanças e Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Não inclui os ativos do Fundo do Petróleo; (b) Taxa de variação face a dezembro anterior; (c) Não inclui as exportações de petróleo / gás; (d) Inclui os pagamentos ao Estado efetuado pelas empresas de exploração de recursos energéticos e os rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo; (e) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (apreciação: +; depreciação: -).

Quadro 68 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Prev.	2016 Proj.
Agricultura, pescas e silvicultura	173	191	194	259	276	279	–	–
Indústria extrativa	2572	3333	4826	5519	4330	2777	–	–
dq: Extração de petróleo e gás natural	2570	3333	4824	5518	4328	2775	–	–
Indústria transformadora	12	11	11	11	12	13	–	–
Construção	139	155	248	240	215	246	–	–
Comércio e serviços	366	410	450	512	494	508	–	–
Comércio (grosso e retalho)	187	187	207	234	246	270	–	–
Informação e comunicações	38	45	56	62	43	27	–	–
Atividade financeira	4	3	8	9	11	12	–	–
Imobiliário	74	84	92	113	103	104	–	–
Serviços profiss., cient., técnicos e administr.	7	25	30	37	38	48	–	–
Outros serviços	56	66	57	57	53	47	–	–
Administração Pública	148	175	208	268	324	362	–	–
Impostos menos subsídios (sobre os produtos)	-12	1	37	2	-11	-11	–	–
Produto Interno Bruto (total)	3397	4274	5973	6809	5641	4176	2620	2100
Produto Interno Bruto (não-petrolífero)	827	941	1149	1291	1313	1400	1412	1480
Prod. Interno Bruto (setor petrolífero)	2570	3333	4824	5518	4328	2775	1207	620
Consumo	1416	1551	1720	2091	1995	2067	–	–
Consumo privado	569	637	764	1009	1077	1119	–	–
Consumo público	847	914	956	1082	918	948	–	–
Investimento bruto	494	481	853	753	586	633	–	–
Formação bruta capital fixo	493	475	845	731	569	624	–	–
Variação de existências	1	6	8	21	17	8	–	–
Procura Interna	1910	2032	2573	2844	2581	2700	–	–
Exportaç. de bens e serviços	3165	4013	5520	6524	5318	3872	–	–
Exportaç. de bens petrolíferos	3089	3920	5421	6401	5217	3791	–	–
Exportaç. de bens e serviço não-petrolíferos	76	93	99	123	101	81	–	–
Procura Global	5075	6045	8093	9368	7899	6572	–	–
Importações de bens e serviços	1677	1771	2120	2559	2258	2396	–	–
Produto Interno Bruto (total)	3397	4274	5973	6809	5641	4176	2620	2100
Para memória:								
PIB não-petrolífero (variação real, em percentagem)	12,9	10,1	8,2	5,8	2,8	5,9	4,3	5,0
PIB total (variação real, em percentagem)	-6,7	-1,3	10,8	1,9	-12,8	-27,8	-0,6	-8,8
PIB não-petrolífero (em percentagem do PIB total)	24,3	22,0	19,2	19,0	23,3	33,5	53,9	70,5

Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste (Contas Nacionais 2000-2014), Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 69 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2002	Dezembro	–	9,5	9,5	–
2003	Dezembro	–	4,2	4,2	7,2
2004	Dezembro	–	1,8	1,8	3,2
2005	Dezembro	–	0,9	0,9	1,1
2006	Dezembro	–	7,3	7,3	3,9
2007	Dezembro	–	8,6	8,6	10,3
2008	Dezembro	–	7,5	7,5	9,0
2009	Dezembro	–	1,8	1,8	0,7
2010	Dezembro	–	9,2	9,2	6,8
2011	Dezembro	–	17,4	17,4	13,5
2012	Dezembro	–	9,1	9,1	11,8
2013	Dezembro	–	4,0	4,0	8,1
2014	Dezembro	–	0,3	0,3	0,5
2015	Dezembro	–	-0,6	-0,6	0,6
2014	Janeiro	0,3	0,3	3,0	7,5
	Fevereiro	0,0	0,3	2,4	7,0
	Março	0,1	0,4	1,8	6,3
	Abril	0,1	0,5	1,1	5,6
	Maio	-0,8	-0,3	0,0	4,8
	Junho	-0,2	-0,6	-0,6	4,0
	Julho	0,2	-0,4	0,0	3,3
	Agosto	0,1	-0,3	0,0	2,6
	Setembro	0,1	-0,1	0,5	1,9
	Outubro	-0,1	0,0	0,3	1,3
	Novembro	0,1	0,1	0,2	0,8
	Dezembro	0,2	0,3	0,3	0,5
	Dezembro (proj.)	–	–	1,0	2,5
2015	Janeiro	0,6	0,6	0,6	0,5
	Fevereiro	0,0	0,6	0,6	0,4
	Março	0,2	0,8	0,7	0,3
	Abril	-0,1	0,7	0,5	0,2
	Maio	-0,2	0,5	1,1	0,3
	Junho	0,0	0,5	1,4	0,5
	Julho	-0,1	0,4	1,1	0,6
	Agosto	-0,2	0,2	0,8	0,6
	Setembro	-0,1	0,1	0,5	0,6
	Outubro	-0,1	0,0	0,3	0,6
	Novembro	-0,3	-0,3	-0,1	0,6
	Dezembro	-0,3	-0,6	-0,6	0,6
	Dezembro (proj.)	–	–	1,9	1,1
2016	Janeiro	0,2	-0,4	-1,0	0,4
	Fevereiro	-0,6	-1,0	-1,7	0,2
	Março	0,1	-0,9	-1,5	0,1
	Abril	-0,2	-1,1	-1,5	-0,1
	Maio	-0,2	-1,2	-1,7	-0,4
	Junho	0,0	-1,2	-1,6	-0,6
	Julho	-0,1	-1,3	-1,5	-0,8
	Dezembro (proj)	–	–	3,6	1,5

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro do ano anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 70 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Prel.	2016 Proj.
Balança corrente	1678	2352	2736	2391	1096	431	41
Balança comercial	-280	-373	-638	-679	-749	-635	-710
Exportações[a]	27	29	33	18	15	18	17
dq: Café	17	12	32	17	15	17	16
Importações	-307	-402	-672	-696	-764	-653	-728
dq: Bens de consumo e intermédios	-257	-303	-506	-552	-606	-517	-577
Bens de capital	-50	-99	-166	-144	-159	-135	-151
Balança de serviços	-961	-1385	-920	-437	-388	-414	-486
Exportações	75	79	69	70	74	79	83
dq: Viagens	31	24	21	29	35	33	36
Importações	-1036	-1464	-989	-508	-462	-492	-569
Balança de rendimentos	2435	3577	3862	3327	2149	1304	1001
dq: Rendimentos aplicaç. financeiras	278	312	207	275	331	327	869
Outros rendim. primários (prod. petrolíf.)	2134	3247	3559	3042	1817	979	145
Balança de transferências correntes	484	533	432	179	84	176	236
dq: Donativos oficiais	445	457	395	165	81	158	194
Balança de capital e financeira	-1505	-2249	-2220	-2545	-1391	-304	-33
Balança de capitais	31	26	23	20	-3	28	20
Balança financeira	-1536	-2275	-2265	-2564	-1387	-332	-53
dq: Aplicação / utiliz. de poupanças petrolíferas	-1509	-2424	-2280	-2556	-1385	-2	111
Investim. direto estrangeiro	55	14	51	62	47	35	170
Fluxos de dívida externa	0	0	0	6	16	25	107
Valores em trânsito, erros e omissões	-17	-48	-94	-43	-81	0	0
Balança global	156	55	422	-197	-376	127	8
Financiamento	-156	-55	-422	197	376	-127	-8
Variação ativos externos líq. (aumento: -)	-156	-55	-422	197	376	-127	-8
Para memória:							
Rendimentos petrolíferos[b] (em percentagem % do PIB não pretrolífero)	249,3	308,2	311,8	238,9	143,3	92,4	69,2
Balança corrente (em percentagem % do PIB não pretrolífero)	179,4	209,4	211,3	181,3	79,9	30,5	2,8
Balança de capital e financeira (em percentagem % do PIB não pretrolífero)	-160,9	-200,2	-171,4	-192,9	-101,4	-21,5	-2,2

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Não inclui o valor das exportações petrolíferas, as quais estão contabilizadas na rubrica de rendimento. (b) Inclui as receitas de exploração do petróleo e o rendimento das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo.

Quadro 71 • Distribuição das exportações de mercadorias

Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
E.U.A.	33,8	43,2	23,3	26,1	36,3	9,8	42,9
Alemanha	27,9	25,3	45,1	25,4	48,0	60,9	19,5
Singapura	3,4	9,0	4,2	36,0	1,7	0,1	0,1
Indonésia	4,9	4,2	3,7	0,9	0,0	0,2	5,1
Portugal	8,9	4,3	0,9	0,6	0,9	9,1	2,3
Austrália	3,0	4,1	2,3	0,3	3,4	3,0	6,2
Japão	4,7	3,7	5,4	3,8	6,4	6,2	5,6
Outros	13,4	6,1	15,1	6,9	3,2	10,8	18,3
Valor das Exportações[a]	14,6	27,1	28,7	33,3	17,7	15,5	18,0

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 72 • Distribuição das importações de mercadorias

Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indonésia	31,2	32,2	28,8	22,2	26,1	28,7	30,6
Singapura	18,1	15,1	6,3	6,8	9,0	22,6	18,5
China	3,9	7,2	17,6	6,5	5,7	7,5	10,0
Malásia	2,7	1,7	4,0	7,7	11,5	6,5	7,2
Vietname	11,7	4,7	2,2	4,6	5,9	6,1	6,5
Austrália	16,0	8,4	4,5	3,5	2,3	3,4	3,1
Japão	2,6	3,4	1,7	3,5	1,6	2,2	1,4
Portugal	3,2	2,4	1,4	1,6	1,8	5,7	1,7
Tailândia	1,1	1,1	2,4	1,7	1,0	3,7	2,4
Outros	9,3	23,8	30,9	41,9	35,2	13,5	18,6
Valor das Importações[a]	295,1	307,4	401,9	672,0	696,2	764,2	652,9

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 73 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014	2015			2016
						Orç.	Est.	g.e.[a]	Orç.
Receitas totais	2744	3854	4351	3698	2555	1819	1612	88,6	1908
Receitas internas	96	109	138	151	168	170	170	99,8	171
Impostos diretos	18	28	37	40	53	46	53	116,6	52
Impostos indiretos	32	51	61	64	71	80	66	83,1	64
Outras receitas internas	46	30	39	46	44	45	50	112,3	55
Receitas petrolíferas[b]	2338	3461	3960	3286	2117	1394	1281	91,9	1594
Receitas fiscais da exploração petrolíf.	2117	3240	3559	3042	1817	862	979	113,6	719
Rendim. aplicaç. do Fundo do Petróleo	221	221	401	245	300	532	302	56,7	875
Donativos (para projetos e infraestruturas)	309	284	254	260	270	254	161	63,3	143
Despesas totais	1070	1381	1451	1342	1629	1824	1501	82,3	1706
Despesas correntes	506	509	691	731	913	1147	1023	89,2	1107
Despesas com o pessoal	92	112	131	142	163	178	170	96,0	182
Despesas em bens e serviços	246	254	342	392	459	516	425	82,3	449
Transferências e subsídios correntes	169	143	219	197	292	455	428	94,2	476
Despesas de investimento	564	872	760	611	717	677	467	69,1	599
Despesas financiadas com recursos do Tesouro	–	–	–	351	446	422	306	72,6	455
Despesas financiadas por donativos externos	–	–	–	260	270	254	161	63,3	143
Saldo global	1675	2473	2900	2356	926	-6	111	–	203
Transf. líquidas do (+) / para (-) Fundo do Petróleo	1527	2406	2465	2556	1385	67	2	–	310
Saldo global (excluindo receitas petrolíferas)	-664	-989	-1060	-930	-1191	-1400	-1170	–	-1391
Financiamento	664	989	1060	930	1191	1400	1170	–	1391
Var. saldos do Tesouro (aumento: -)	-147	-70	-478	194	443	2	-132	–	0
Saques s/ Fundo Petróleo (rend. sust.)	650	657	654	730	632	639	639	–	545
Saques s/ F. Petróleo (acima rend. sust.)	161	399	841	0	100	689	640	–	739
Endividamento (desembolsos)	0	0	22	6	16	70	24	–	107
Outros (inclui erros e omissões)	0	4	21	0	0	0	0	–	0
Para memória:									
PIB não petrolífero (em milhões de USD)	941	1149	1291	1313	1400	–	1412	–	1480
Saldo global (em % do PIB não-petrolíf.)	178	215	225	179	66	–	8	–	14
Saldo global, excl. rec. petr. (em % do PIB np)	-71	-86	-82	-71	-85	–	-83	–	-94
Fundo do Petróleo (valor acumul. em milh. USD)	6904	9310	11 775	14 952	16 539	–	16 218	–	17 967
Fundo do Petróleo (em % do PIB não-petrolíf.)	734	810	912	1139	1181	–	1149	–	1214

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (b) Inclui as receitas fiscais decorrentes da atividade de exploração de gás e petróleo e os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo.

Quadro 74 • Síntese monetária

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015 dez. / 2014 dez.		2016	2016 mai. / 2015 dez	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez	[1]	[2]	Mai.	[1]	[2]
Ativos externos líquidos	622	689	1179	1073	757	1016	34,2	43,1	849	-16,4	-25,9
Disponibilidades sobre o exterior	650	756	1251	1091	832	1099	32,0	44,4	929	-15,5	-26,6
Banco Central de Timor-Leste	406	498	884	687	311	438	40,6	21,1	189	-56,8	-38,8
Bancos comerciais	244	259	368	404	521	661	26,9	23,4	740	11,8	12,2
Responsabilidades perante o exterior	-28	-68	-72	-18	-75	-83	11,5	-1,4	-80	-4,7	0,6
Banco Central de Timor-Leste	-12	-14	-12	-12	-11	-11	-4,5	0,1	-11	1,9	-0,0
Bancos comerciais	-16	-53	-60	-6,1	-64	-73	14,3	-1,5	-69	-5,6	0,6
Ativos internos líquidos	-327	-362	-772	-572	-157	-374	138,2	-36,2	-298	-20,4	11,9
Crédito líquido à Admin. Pública	-331	-413	-841	-651	-207	-339	63,6	-22,0	-356	4,9	-2,6
Crédito bruto à Adm. Pública	22	6	0	0	0	0	–	0,0	0	–	0,0
Depósitos da Adm. Pública	-353	-419	-841	-651	-207	-339	63,6	-22,0	-298	-12,2	6,4
Crédito à economia	110	133	160	182	192	212	10,5	3,4	211	-0,4	-0,1
Outros ativos (líquidos)	-105	-83	-91	-103	-141	-247	75,2	-17,7	-153	-38,0	14,6
Total dos Ativos do Setor Bancário	295	326	407	500	600	642	7,0	–	552	-14,1	–
Massa monetária	295	326	407	500	600	642	7,0	–	552	-14,1	–
Circulação (moeda metálica)[a]	3	4	5	7	10	12	24,5	–	13	9,0	–
Depósitos à ordem	138	163	206	273	333	386	15,7	–	305	-20,8	–
Depósitos a prazo e outros depósitos	154	160	196	221	257	244	-5,0	–	233	-4,6	–
Para memória:											
Taxa de variação da Massa Monetária	10,1	10,5	26,4	23,1	20,2	7,0	–	–	-14,1	–	–
Taxa de inflação (variação homóloga)	9,2	17,4	11,7	4,0	-0,1	-1,1	–	–	-1,7	–	–
Ativos do F. do Petróleo (milhões USD	6904	9310	11 775	14 952	16 539	16 218	-1,9	–	16 466[b]	1,5	–
Ativos ext. públicos (meses importações)[c]	69	66	91	156	165	169	–	–	154	–	–

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

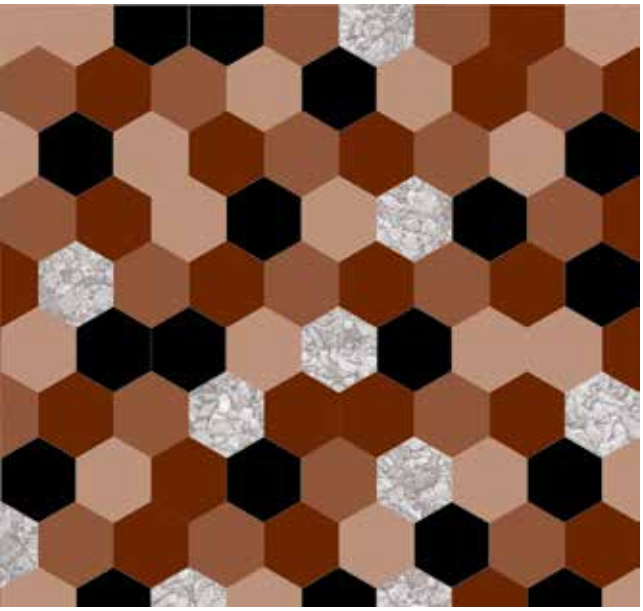
Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez); (a) A Circulação inclui somente as moedas metálicas de centavos (sub-denominações do USD) emitidas pelo BCTL, não incluindo o valor das notas de USD detidas por residentes em Timor-Leste, pois estas não correspondem a passivos do sistema bancário de Timor-Leste; (b) O valor do Fundo do Petróleo corresponde ao dia 30 de junho de 2016; (c) Os ativos externos públicos correspondem ao somatório das reservas cambiais com o valor dos ativos do Fundo do Petróileo.

Quadro 75 • Taxas de câmbio

Taxas médias

					ITCE[a]	
		USD / AUD	USD / IDR	EUR / USD	Nominal	Real
2007		1,2	9140	1,4	71,3	70,0
2008		1,2	9690	1,5	71,4	71,2
2009		1,3	10 412	1,4	75,1	73,7
2010		1,1	9085	1,3	67,6	68,5
2011		1,0	8777	1,4	63,9	70,5
2012		1,0	9384	1,3	66,0	78,8
2013		1,0	10 463	1,3	71,0	90,6
2014		1,1	11 913	1,3	77,0	95,3
2015		1,3	13 387	1,1	86,9	105,1
2014	Janeiro	1,2	12 710	1,3	78,1	97,9
	Fevereiro	1,1	11 952	1,4	77,1	96,7
	Março	1,1	11 422	1,4	75,4	94,5
	Abril	1,1	11 423	1,4	75,1	94,0
	Maio	1,1	11 537	1,4	75,2	93,2
	Junho	1,1	11 881	1,4	76,2	94,5
	Julho	1,1	11 692	1,4	75,4	92,9
	Agosto	1,1	11 709	1,3	75,7	93,1
	Setembro	1,1	11 883	1,3	77,0	94,5
	Outubro	1,1	12 148	1,3	78,5	96,6
	Novembro	1,2	12 162	1,2	79,4	97,2
	Dezembro	1,2	12 431	1,2	81,3	98,6
2015	Janeiro	1,2	12 574	1,2	82,4	100,7
	Fevereiro	1,3	12 754	1,1	83,7	102,4
	Março	1,3	13 064	1,1	85,2	104,2
	Abril	1,3	12 944	1,1	84,5	103,3
	Maio	1,3	13 122	1,1	84,7	102,9
	Junho	1,3	13 313	1,1	86,0	104,1
	Julho	1,4	13 375	1,1	87,0	104,8
	Agosto	1,4	13 782	1,1	89,1	107,1
	Setembro	1,4	14 396	1,1	91,7	110,2
	Outubro	1,4	13 796	1,1	89,5	107,4
	Novembro	1,4	13 673	1,1	89,6	107,1
	Dezembro	1,4	13 855	1,1	89,8	106,6
2016	Janeiro	1,4	13 889	1,1	95,3	113,0
	Fevereiro	1,4	13 516	1,1	97,0	113,2
	Março	1,3	13 193	1,1	93,9	110,8
	Abril	1,3	13 180	1,1	94,0	112,4
	Maio	1,4	13 420	1,1	95,9	113,5
	Junho	1,3	13 355	1,1	94,6	112,8
	Julho	1,3	13 119	1,1	–	–
	Agosto	1,3	13 165	1,1	–	–

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Banco de Reserva da Austrália, Banco da Indonésia e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:(a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio das moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste: Indonésia, Austrália, Singapura, Japão, Vietname, Tailândia e Portugal. Base: 2001 = 100. Evolução do índice: apreciação: + / depreciação: -.



Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

Em 2015, as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste apresentaram reduções nas exportações e importações, de 27 e 28 por cento, respetivamente, enquanto o investimento direto português naquele conjunto de países retomou valores positivos, após o desinvestimento observado em 2014. A dívida oficial dos PALOP a Portugal manteve a trajetória descendente, intensificada pela valorização do dólar norte-americano face ao euro, diminuindo deste modo os valores em dólares dos créditos contraídos na moeda europeia.

Angola mantém-se como a principal contraparte de Portugal, dominando exportações, importações e investimento direto. Em 2015, Moçambique passou a deter o maior *stock* de dívida oficial a Portugal, ainda que em trajetória de redução.

A redução das relações comerciais de Portugal com Angola determinou uma **diminuição significativa das trocas com o conjunto dos PALOP e Timor-Leste** em 2015. As exportações para este conjunto de países denotaram um decréscimo de 27 por cento, quebrando a trajetória ascendente iniciada em 2011, tendo as importações voltado a cair relativamente a 2014, em 28 por cento. Estas reduções, num contexto de aumento das trocas comerciais de Portugal com o resto do mundo, provocaram uma diminuição do peso dos PALOP e Timor-Leste no total dos produtos exportados e importados por Portugal, para 5,7 e 2,1 por cento, respetivamente (8,1 e 2,9 por cento em 2014).

O valor das **exportações** de Portugal para Angola desceu 34 por cento. No mesmo sentido, o fluxo destinado a Cabo Verde contraiu-se ligeiramente (-0,1 por cento). Em sentido inverso, destacaram-se os aumentos dos produtos portugueses enviados para Moçambique e Guiné-Bissau, em 12 e 13 por cento, respetivamente. Por grupos de produtos, as diminuições das exportações foram mais significativas em máquinas e aparelhos, alimentares, metais comuns e veículos e outro material de transporte, na sua maioria destinadas a Angola.

As **importações** portuguesas de bens tiveram um comportamento semelhante ao das exportações, reduzindo-se sobretudo nos produtos originários de Angola (combustíveis minerais), mas também de Cabo Verde (calçado e bens alimentares). Dos restantes mercados merece destaque principalmente o aumento das importações de produtos agrícolas e de materiais têxteis com origem em Moçambique.

Angola mantém-se como o principal mercado para as trocas comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, com 96 por cento das importações e 75 por cento das exportações portuguesas. A uma distância bastante significativa segue-se Moçambique (13 por cento das exportações e 3 por cento das importações) e Cabo Verde (cerca de 8 por cento das exportações).

A quebra das exportações para Angola refletiu-se diretamente na redução do excedente comercial de Portugal com o conjunto destes seis países, em 6,1 por cento, para EUR 1699 milhões. Essa diminuição foi acompanhada pelo decréscimo da balança de serviços (em 8,7 por cento, mais uma vez sobretudo com Angola), pelo que o **saldo agregado das balanças correntes bilaterais** com os PALOP e Timor-Leste decresceu 10,6 por cento, para EUR 3587 milhões, apesar das melhorias relativas a rendimentos. De salientar ainda a nova redução das remessas de emigrantes portugueses em Angola e Cabo Verde, responsáveis pela segunda quebra consecutiva deste tipo de fluxos com origem no grupo de países em análise. Por outro lado, reforçaram-se em 2015 as remessas de imigrantes dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, nomeadamente nas saídas para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

O investimento direto de Portugal dirigido aos PALOP e Timor-Leste voltou a valores positivos em 2015, após um desinvestimento no ano anterior. As estimativas disponíveis apontam para um investimento de EUR 74 milhões naquele grupo de países, o que representa uma melhoria face a 2014, mas está ainda longe dos montantes anteriores (entre 2010 e 2013 registou valores positivos sempre acima de EUR 250 milhões, com um máximo de EUR 426 milhões em 2013). Após alguns anos em contraciclo, o investimento português nos PALOP e Timor-Leste cresceu, acompanhando a evolução do investimento de Portugal no resto do mundo, o qual mais do que duplicou em relação a 2014.

As transações com Angola têm vindo a determinar o sentido e a magnitude do investimento português no grupo de países em apreço, o que acontece desde 2002. O segundo maior mercado continua a ser claramente Moçambique, apesar da forte descida (de 65 por cento), seguido a grande distância de São Tomé e Príncipe. Destaque ainda para o registo de desinvestimento em Cabo Verde, o que não sucedia desde 2011. O grupo representou 1,0 por cento do total do investimento direto português no exterior em 2015.

A **recuperação do investimento direto português no setor dos serviços**, nomeadamente nas atividades financeiras e de seguros, após

um ano de desinvestimento, aliada ao reforço nas indústrias transformadoras, possibilitou a obtenção do valor positivo em 2015 para o conjunto dos países em análise. Somente o setor da construção se apresentou em desinvestimento, tal como acontece há alguns anos (com exceção de 2013), desta feita em Moçambique, Angola e Cabo Verde.

O conjunto dos PALOP e Timor-Leste manteve um fluxo de investimento direto positivo em Portugal em 2015, atingindo EUR 129 milhões, ainda que aquém do nível registado no ano anterior. Estes seis países representaram no ano passado 2,4 por cento do investimento direto do exterior em Portugal, o que corresponde a uma redução do seu peso face a 2014 (quando atingiu 7,6 por cento).

Angola assume um papel preponderante no agregado, sendo responsável por 99,6 por cento do total em 2015, destacando-se os investimentos no setor dos serviços (incluindo atividades financeiras e de seguros) e construção. Dos restantes países, apenas uma nota para o investimento de Cabo Verde (EUR 1,9 milhões), nos setores da construção e dos serviços.

A dívida oficial dos PALOP a Portugal registou uma nova redução em 2015, à semelhança do que aconteceu no ano anterior. As dívidas direta e garantida pelo Estado português contraídas pelo conjunto daqueles países totalizaram USD 2803 milhões em dezembro de 2015, um decréscimo de 12,6 por cento em relação a 2014. Tal como no ano anterior, a valorização do dólar norte-americano face ao euro acentuou o decréscimo da dívida oficial, reduzindo os montantes expressos em dólares dos créditos contraídos em euros.

O menor *stock* total de dívida oficial do agregado destes países para com Portugal em 2015 ficou novamente ligado sobretudo à diminuição da dívida a médio e longo prazo garantida pelo Estado, acentuando a tendência de descida iniciada em 2014. Adicionalmente, a dívida direta manteve a tendência descendente que regista desde 2009 (apenas interrompida em 2012).

Entre os PALOP, somente São Tomé e Príncipe evidenciou um crescimento dos valores em dívida para com Portugal. O aumento verificado decorreu principalmente da utilização integral de uma nova linha de crédito de EUR 10 milhões concedida pelo Estado português para o desenvolvimento do setor energético no país.

Tal como em 2014, a maior redução do *stock* de dívida oficial a Portugal no ano passado registou-se relativamente a Angola, com um decréscimo dos créditos garantidos em quase 37 por cento. A esta redução adicionou-se a amortização contratualizada da dívida direta vincenda de Angola, de acordo com o estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004 (com vigência de 25 anos).

Ainda que evidenciando uma redução de 8 por cento, a dívida oficial de Moçambique a Portugal assumiu o maior valor de entre os PALOP, ascendendo a 37,1 por cento do total em 2015. Para além das amortizações consecutivas de dívida direta relativas ao acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em julho de 2008, no âmbito da Iniciativa *HIPC* (*Heavily Indebted Poor Countries*), a diminuição da dívida deste país beneficiou da valorização do dólar face ao euro e de um menor volume de exportações garantidas.

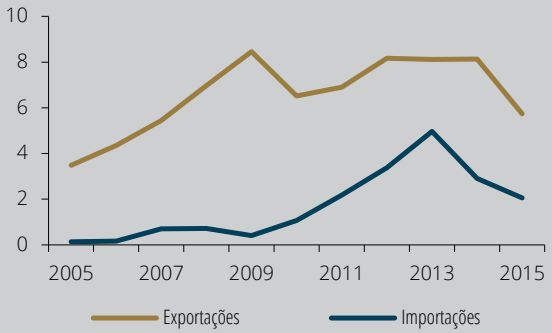
Apesar de novos desembolsos de dívida garantida pelo Estado português, nomeadamente na linha dedicada à habitação social, a dívida oficial de Cabo Verde a Portugal reduziu-se em 2015, decorrente sobretudo da evolução do euro face ao dólar.

Em 2015, tal como vem acontecendo nos últimos anos, não houve qualquer movimento na dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal. A valorização do dólar face à moeda europeia constitui o único fator responsável pela diminuição registada, uma vez que todos os créditos estão denominados em euro.

Timor-Leste não regista qualquer valor em dívida oficial a Portugal.

Gráfico 77 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

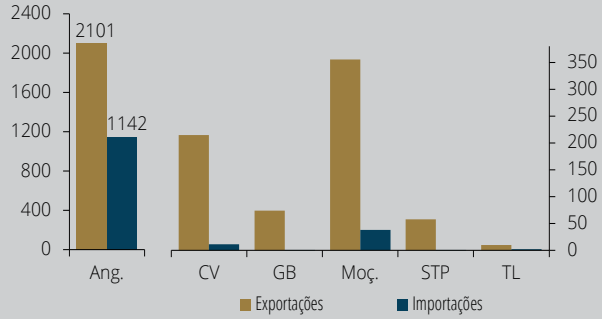
Em percentagem do total



As trocas comerciais com o conjunto dos PALOP e de Timor-Leste registaram reduções em 2015, o que, face à aceleração do comércio internacional de Portugal com o resto do mundo, induziu um decréscimo do peso destes países, tanto nas exportações como nas importações.

Gráfico 78 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

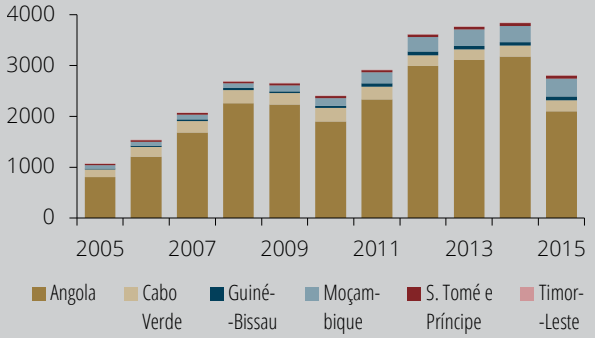
Em 2015, milhões de EUR



Angola continua a dominar as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, seguidas, a uma distância muito considerável pelas trocas registadas com Moçambique e com Cabo Verde, em particular nas exportações para ambos os países.

Gráfico 79 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste

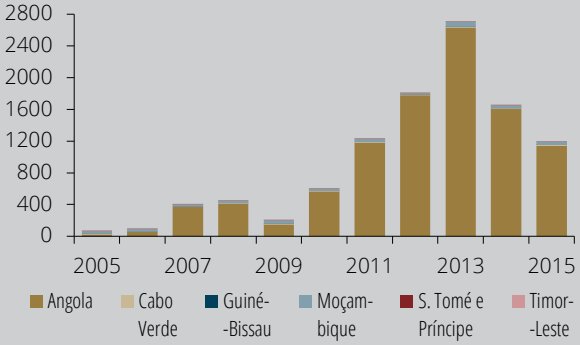
Por destinos, milhões de EUR



A interrupção em 2015 da trajetória de crescimento das exportações para Angola foi determinante para a redução evidenciada pelo total de produtos portugueses enviados para este conjunto de países, dado o peso do mercado angolano.

Gráfico 80 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste

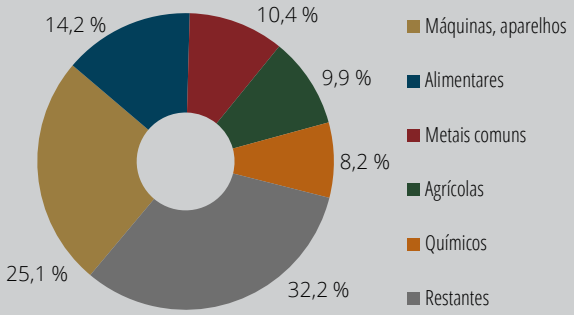
Por origens, milhões de EUR



As importações portuguesas de produtos oriundos dos PALOP e Timor-Leste são largamente dominadas pelo comportamento da importação de combustíveis minerais angolanos (petróleo e derivados), a qual se mantém em queda após o pico registado em 2013.

Gráfico 81 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste

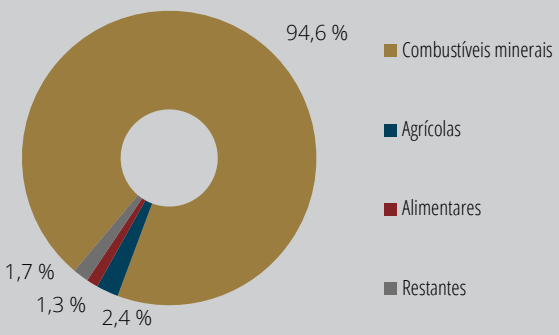
Em 2015, por grupos de produtos



Dos produtos portugueses exportados para os PALOP e Timor-Leste destacam-se três grandes grupos (máquinas e aparelhos, bens alimentares e metais comuns). Em 2015, estes representaram em conjunto cerca de metade do total.

Gráfico 82 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste

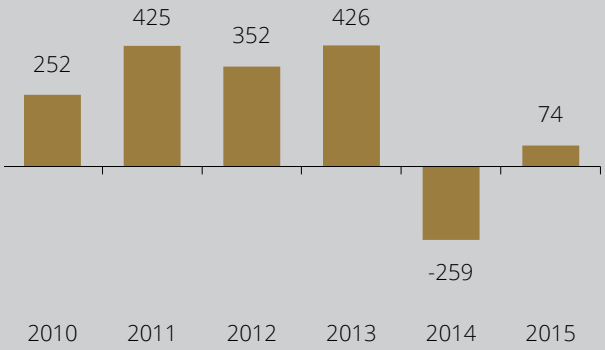
Em 2015, por grupos de produtos



As importações de combustíveis minerais de Angola, ainda que menores que nos anos mais recentes, representaram quase 95 por cento das importações portuguesas com origem nos PALOP e em Timor-Leste em 2015, seguidas de longe pelos produtos agrícolas e alimentares (ambos de Moçambique).

Gráfico 83 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste

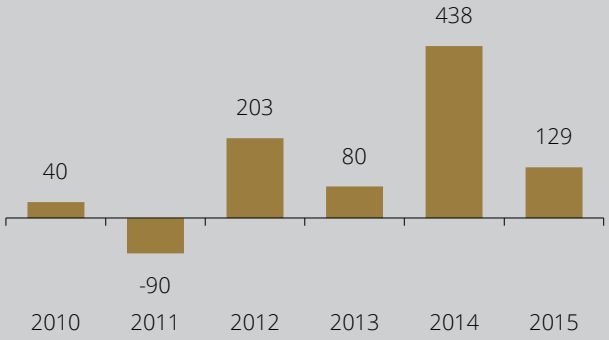
Total anual, EUR milhões, valores líquidos



Após o desinvestimento registado em 2014, o investimento direto português retomou valores positivos no último ano, ainda que a um nível bastante mais contido que no período antecedente (entre 2010 e 2013).

Gráfico 84 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

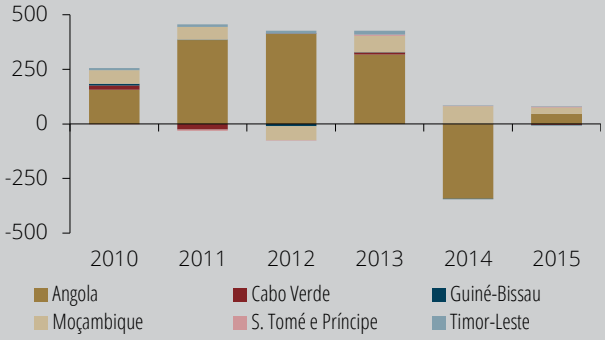
Total anual, EUR milhões, valores líquidos



O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal manteve-se positivo em 2015, apesar de consideravelmente aquém do valor significativo do ano anterior. Consequentemente, o peso destes países no total para Portugal reduziu-se para 2,4 por cento (7,6 em 2014).

Gráfico 85 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste

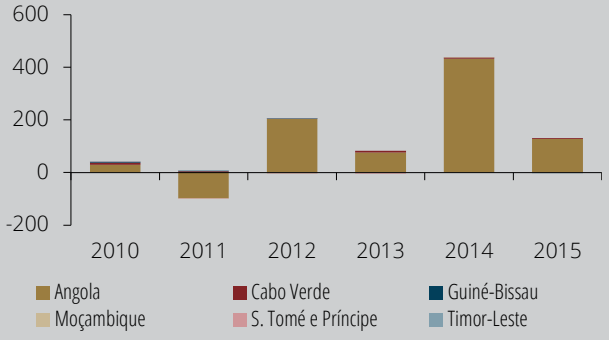
Por país, em milhões de EUR



Ainda que dominante, em 2015, o investimento direto português em Angola foi seguido de perto pelo interesse no mercado moçambicano. No seu conjunto, aqueles dois países representaram a quase totalidade do investimento direto português neste grupo de países.

Gráfico 86 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

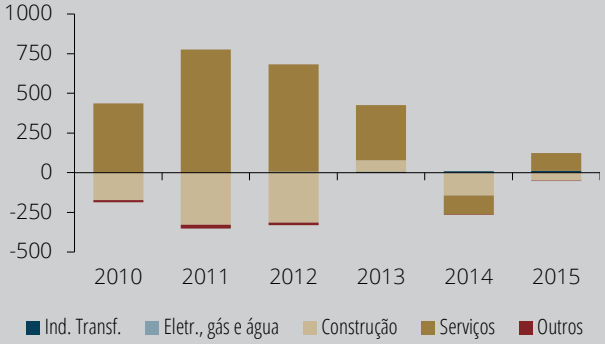
Por país, em milhões de EUR



A quase totalidade do investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal tem como origem Angola, responsável por mais de 99 por cento do total em 2015. Apenas Cabo Verde, a uma larguíssima distância, denotou algum investimento direto em Portugal.

Gráfico 87 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste

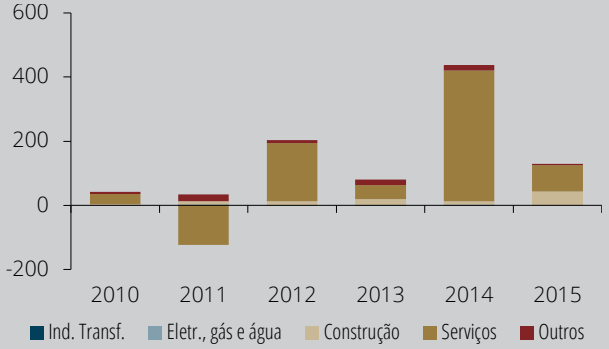
Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



O setor dos serviços, em particular das atividades financeiras e de seguros, voltou a constituir-se como o principal alvo do investimento português nos PALOP e Timor-Leste. Ainda que com um peso relativo inferior, destaca-se também algum investimento na indústria transformadora.

Gráfico 88 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

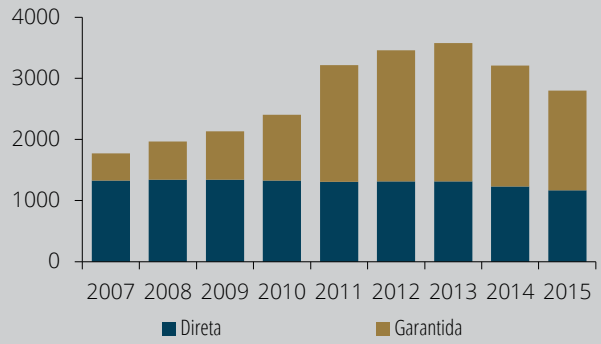
Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



Tal como no investimento português nestes países, o setor dos serviços assume o papel preponderante no investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, em particular atividades financeiras e de seguros. Em 2015 assumiu também algum destaque o investimento na construção.

Gráfico 89 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

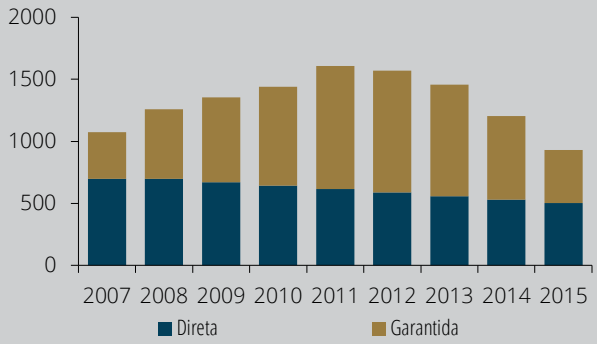
Em milhões de USD



Prosseguindo a tendência do ano anterior, a dívida oficial agregada dos PALOP a Portugal registou uma redução em 2015. Esta descida foi especialmente vincada na dívida garantida pelo Estado português mas espelhou também a diminuição da dívida direta.

Gráfico 90 • Dívida oficial de Angola a Portugal

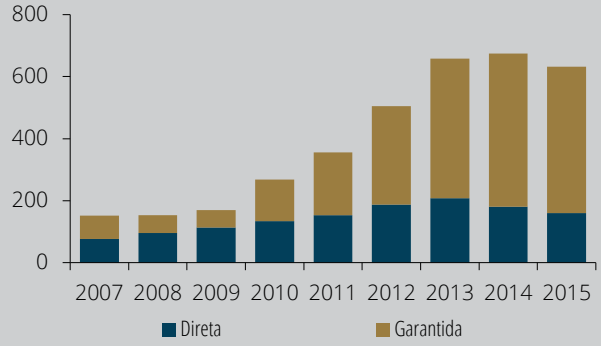
Em milhões de USD



A dívida oficial de Angola a Portugal manteve em 2015 o ritmo acelerado de descida do ano anterior, conjugando a redução dos créditos garantidos pelo Estado português e a amortização da dívida direta contratualizada no acordo de reescalonamento assinado em 2004.

Gráfico 91 • Dívida oficial de Cabo Verde a Portugal

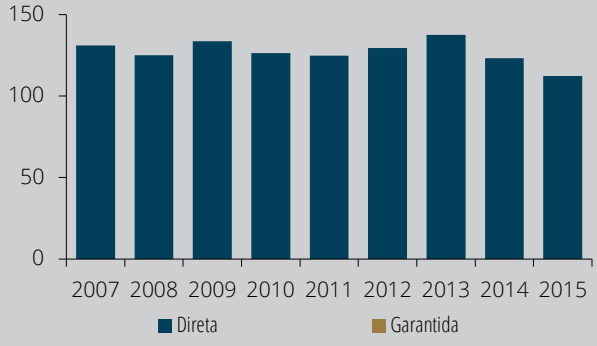
Em milhões de USD



Em 2015 a dívida oficial de Cabo Verde a Portugal apresentou uma descida nos valores apurados em dólares. A evolução daquela moeda face ao euro compensou os novos desembolsos efetuados de linhas de crédito concessionais denominadas na moeda europeia.

Gráfico 92 • Dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal

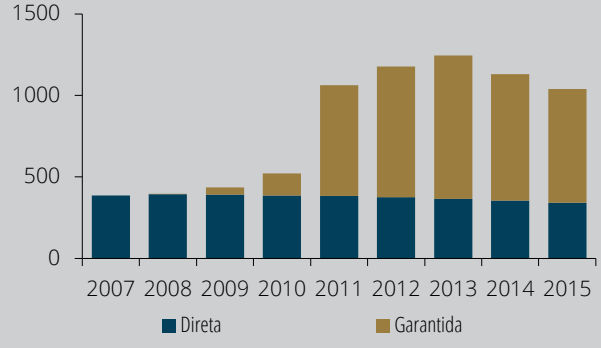
Em milhões de USD



A dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal voltou a não registar qualquer movimento em 2015. As variações do stock de dívida resultam apenas do comportamento do euro relativamente ao dólar, uma vez que todos os créditos àquele país estão contratualizados em euro.

Gráfico 93 • Dívida oficial de Moçambique a Portugal

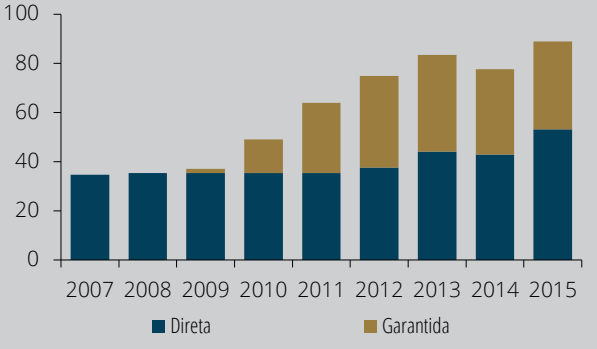
Em milhões de USD



Em 2015 Moçambique tornou-se o principal devedor a Portugal deste conjunto de países, apesar da redução da sua dívida oficial. Tal deveu-se a um menor volume de exportações garantidas, ao efeito cambial e às amortizações na sequência do acordo de reestruturação de 2008.

Gráfico 94 • Dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal

Em milhões de USD



Dos PALOP, São Tomé e Príncipe foi o único país a registar um aumento da sua dívida oficial a Portugal em 2015. Essa subida decorreu principalmente da utilização integral de uma nova linha de crédito concedida pelo Estado português para o desenvolvimento do setor energético.

Quadro 76 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importação e exportação de mercadorias (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1997	39	394	9	109	2	25	27	43	0	13	–	–	79	584
1998	22	368	9	118	2	16	28	61	1	17	–	–	62	580
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19	–	–	64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19	–	–	123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21	–	–	182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	803	7	149	1	24	32	65	0	22	1	1	67	1064
2006	53	1210	7	190	1	27	29	73	1	28	1	2	92	1530
2007	369	1682	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2067
2008	408	2260	9	257	1	40	34	91	0	36	1	2	452	2687
2009	151	2236	7	223	1	33	43	120	0	36	1	9	204	2656
2010	563	1901	7	262	0	43	29	149	0	43	1	7	602	2404
2011	1178	2330	10	254	0	64	42	217	0	47	1	5	1231	2916
2012	1781	2989	9	216	0	72	16	287	0	46	0	8	1807	3617
2013	2632	3113	11	202	0	70	63	328	0	50	1	7	2707	3770
2014	1606	3178	11	215	0	65	35	318	0	57	1	7	1653	3839
2015	1142	2101	11	215	0	74	38	356	0	57	2	10	1193	2813

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 77 • Peso do comércio com os PALOP e Timor-Leste no comércio português

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1997	0,1	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	–	–	0,3	2,7
1998	0,1	1,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	–	–	0,2	2,5
1999	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	–	–	0,2	2,2
2000	0,1	1,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	–	–	0,3	2,4
2001	0,3	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	–	–	0,4	2,7
2002	0,2	2,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	2,9
2003	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2004	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2005	0,1	2,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,5
2006	0,1	3,4	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	4,3
2007	0,6	4,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	5,4
2008	0,7	5,9	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	7,0
2009	0,3	7,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,4	8,5
2010	1,0	5,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,1	6,5
2011	2,1	5,5	0,0	0,6	0,0	0,2	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	2,2	6,9
2012	3,3	6,7	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	3,4	8,2
2013	4,8	6,7	0,0	0,4	0,0	0,2	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	5,0	8,1
2014	2,8	6,7	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	2,9	8,1
2015	2,0	4,3	0,0	0,4	0,0	0,2	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	2,1	5,7

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 78 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Exportações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2014							2015						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	251,8	32,3	3,6	10,9	11,0	0,6	310,1	219,6	31,1	4,8	10,0	12,0	0,6	278,0
Alimentares	508,3	27,3	15,0	25,8	14,0	1,7	592,2	317,7	29,3	13,8	25,1	12,8	1,6	400,3
Combustíveis minerais	23,9	1,5	26,0	3,4	0,9	0,0	55,7	17,9	1,6	26,1	18,8	1,2	–	65,5
Químicos	227,4	19,6	1,7	22,6	4,1	0,0	275,5	180,8	19,0	1,7	25,3	3,6	0,2	230,5
Plásticos, borracha	148,4	10,8	1,0	16,6	2,6	0,0	179,4	109,0	12,3	1,3	16,6	2,7	0,1	141,9
Peles, couros	11,9	2,3	0,0	1,3	0,1	0,0	15,7	7,6	1,7	0,1	1,6	0,1	0,0	11,1
Madeira, cortiça	36,7	5,1	0,2	3,8	0,2	0,0	46,1	19,3	4,1	0,4	5,9	0,3	0,0	30,1
Pastas celulósicas, papel	96,9	6,7	0,5	15,8	1,1	1,1	122,0	69,7	6,8	0,5	16,4	0,8	0,3	94,5
Matérias têxteis	42,5	4,0	0,3	3,4	0,6	0,1	50,9	24,8	4,4	0,4	3,8	0,4	0,2	34,0
Vestuário	54,9	2,4	0,5	4,2	1,4	0,0	63,4	34,4	2,3	0,4	3,7	0,3	0,1	41,1
Calçado	27,5	0,4	0,1	2,6	0,3	0,0	30,9	23,7	0,7	0,1	4,2	0,3	0,0	29,0
Minerais, minérios	110,6	18,8	5,6	14,8	2,8	0,1	152,7	75,0	18,8	8,3	15,0	2,9	0,1	120,2
Metais comuns	373,2	24,5	2,1	43,6	4,9	0,3	448,6	210,1	24,8	3,1	47,7	4,8	2,7	293,2
Máquinas, aparelhos	826,9	40,5	4,2	108,3	6,9	1,8	988,6	523,3	39,9	6,2	126,9	8,8	0,9	706,1
Veículos e outro material de transporte	120,8	6,1	2,3	17,2	2,6	0,2	149,1	65,5	6,6	2,8	8,0	2,7	0,0	85,6
Ótica, precisão	89,0	3,5	0,3	6,8	0,6	0,0	100,3	60,9	3,2	0,5	6,7	0,9	0,2	72,3
Outros produtos	227,2	9,2	1,5	17,0	2,4	0,9	258,2	142,2	8,1	3,2	20,0	2,8	3,0	179,3
Total	3177,9	215,0	64,9	317,9	56,6	7,0	3839,3	2101,3	214,8	73,6	355,6	57,5	10,1	2812,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 79 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2014							2015						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	0,5	0,5	0,0	16,9	0,0	0,9	18,8	6,5	0,4	0,0	20,5	0,0	1,7	29,1
Alimentares	0,2	0,6	0,0	17,1	0,0	–	17,9	0,2	0,2	0,0	14,7	0,0	–	15,1
Combustíveis minerais	1601,5	0,1	0,0	0,0	–	–	1601,6	1128,1	0,4	–	0,0	–	–	1128,5
Químicos	0,0	0,0	–	0,0	–	–	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,1
Plásticos, borracha	0,0	0,1	0,0	0,0	–	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	–	–	0,2
Peles, couros	0,0	–	–	0,0	–	–	0,0	0,0	–	–	0,0	–	–	0,0
Madeira, cortiça	0,6	0,0	0,0	0,0	–	–	0,6	0,8	0,0	–	0,0	–	–	0,8
Pastas celulósicas, papel	0,0	0,0	–	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	–	–	0,0
Matérias têxteis	0,0	0,0	–	0,4	–	–	0,5	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	–	2,2
Vestuário	0,0	4,3	–	0,0	–	–	4,3	0,0	4,7	–	0,0	–	–	4,8
Calçado	0,0	4,3	–	–	–	0,0	4,3	0,0	3,4	–	0,0	–	–	3,5
Minerais, minérios	0,2	0,0	–	0,0	–	–	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	–	–	0,2
Metais comuns	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	–	0,8	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	–	0,5
Máquinas, aparelhos	0,7	0,6	–	0,1	0,1	0,0	1,5	3,1	1,1	0,0	0,1	0,0	0,0	4,4
Veículos e outro material de transporte	0,8	0,3	0,0	0,2	–	–	1,2	0,7	0,1	0,0	0,1	0,0	–	0,9
Ótica, precisão	0,7	0,1	0,0	0,1	–	–	0,9	2,2	0,2	0,0	0,0	0,0	–	2,5
Outros produtos	0,2	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,4
Total	1605,8	11,1	0,2	34,9	0,1	0,9	1653,0	1142,3	10,9	0,2	37,8	0,2	1,7	1193,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 80 • Balanças corrente e de capital com os PALOP e Timor-Leste (ótica de portugal)

Em milhões de EUR

		Balança Corrente										Balança de Capital
		Bens			Serviços		Rendim. primário	Rendimento secundário			Saldo	
		Exp	Imp.	Saldo	Total	dq: Viagens e turismo		Total	dq: Remessas de Emig.	dq: Remessas de Imig.		
Angola	2011	2486,3	1070,1	1416,2	1065,4	296,4	849,4	163,5	147,3	12,9	3494,4	5,6
	2012	3113,0	1631,9	1481,1	978,5	430,2	1017,3	279,0	270,7	15,4	3755,8	6,9
	2013	3269,9	2390,9	879,0	1076,6	458,7	638,4	333,8	304,3	18,8	2927,9	2,7
	2014	3185,6	1479,4	1706,2	1239,3	544,1	171,9	179,0	248,0	13,8	3296,4	-0,6
	2015	2111,6	1063,3	1048,3	1072,5	453,1	121,4	350,3	218,1	19,5	2592,6	-0,1
Cabo Verde	2011	247,9	9,7	238,2	8,3	-22,8	29,9	-6,5	2,8	13,3	269,9	-0,8
	2012	210,9	13,6	197,2	-4,5	-20,9	42,6	-10,2	2,4	14,1	225,1	3,0
	2013	199,2	15,3	183,9	-2,8	-16,5	20,9	-6,7	3,4	13,1	195,3	0,0
	2014	212,6	13,3	199,3	11,7	-11,0	5,8	-14,0	3,0	12,0	202,8	0,4
	2015	212,6	11,9	200,7	13,9	-11,1	5,5	-10,0	1,6	17,0	210,1	0,0
Guiné-Bissau	2011	64,2	2,1	62,2	5,8	1,8	1,9	-5,3	0,2	4,3	64,5	-1,0
	2012	71,5	2,6	68,9	3,8	1,3	0,1	-3,9	0,2	2,5	68,9	-0,5
	2013	69,8	1,4	68,4	3,0	0,7	0,6	0,3	0,5	2,6	72,3	0,0
	2014	65,0	0,3	64,8	-1,5	-0,5	-0,3	-3,4	1,6	3,4	59,6	0,0
	2015	73,5	0,2	73,3	-0,4	-1,1	-0,2	-1,3	2,6	3,1	71,5	-0,2
Moçambique	2011	216,8	43,1	173,7	51,7	-2,9	68,6	0,0	4,7	5,7	294,1	-14,3
	2012	287,0	26,9	260,2	62,6	-2,7	108,3	5,3	5,0	8,8	436,4	-16,4
	2013	327,7	68,2	259,5	71,9	10,6	88,0	-3,8	7,6	10,0	415,6	-17,2
	2014	317,9	45,1	272,9	113,3	41,6	25,9	-14,7	4,6	9,5	397,3	-18,3
	2015	355,5	44,6	310,9	196,8	86,5	103,7	40,1	6,2	9,8	651,6	-24,1
S. Tomé e Príncipe	2011	46,5	1,1	45,4	9,7	2,6	-0,1	0,0	0,3	0,8	55,0	-1,1
	2012	46,1	1,7	44,4	7,4	2,9	-1,0	-1,3	0,3	1,3	49,6	-1,0
	2013	50,3	1,4	48,9	1,9	-1,7	-1,5	0,3	0,7	1,0	49,6	-0,9
	2014	56,6	1,3	55,2	2,4	-2,5	0,1	-1,8	0,3	1,2	55,9	-0,9
	2015	57,5	0,5	57,0	-1,8	-4,3	0,7	-0,4	0,6	1,6	55,5	-1,2
Timor-Leste	2011	5,2	0,8	4,3	1,0	0,7	18,4	-5,0	0,4	0,1	18,8	-0,5
	2012	8,1	0,2	8,0	3,2	1,6	16,0	-5,5	0,8	0,1	21,7	-0,5
	2013	7,3	0,6	6,7	3,7	1,6	8,0	0,5	0,3	0,1	18,9	0,0
	2014	7,0	0,7	6,3	6,8	-0,2	-2,8	-10,1	0,2	0,9	0,2	-0,1
	2015	10,1	1,4	8,7	7,4	-0,9	-0,3	-8,3	0,2	0,4	7,4	0,0
Total PALOP e Timor-Leste	2011	3067,0	1127,0	1940,0	1141,9	275,9	968,2	146,7	155,8	37,0	4196,7	-12,1
	2012	3736,6	1676,9	2059,7	1051,1	412,4	1183,3	263,3	279,4	42,0	4557,4	-8,5
	2013	3924,2	2477,8	1446,4	1154,4	453,3	754,4	324,4	316,9	45,7	3679,6	-15,5
	2014	3844,7	1540,1	2304,6	1372,0	571,6	200,4	135,1	257,6	40,9	4012,2	-19,6
	2015	2820,8	1122,0	1698,8	1288,4	522,1	231,0	370,4	229,4	51,4	3588,6	-25,7

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 81 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste

Por setor de atividade económica, em milhões de EUR, valores líquidos

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	Indústrias transformadoras	-9,4	-12,0	-6,9	0,2	-1,1	4,7
	Eletricidade, gás e água	0,2	0,1	2,7	0,3	-4,8	0,2
	Construção	-177,5	-266,0	-213,7	110,2	-136,5	-17,6
	Serviços	353,9	632,4	644,6	208,2	-200,2	60,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	213,3	556,2	450,8	287,9	-200,8	62,2
	Outros	-10,6	29,3	-13,9	-0,6	0,0	-0,4
	Total	156,7	383,7	412,8	318,2	-342,6	47,0
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	5,9	3,6	2,7	1,8	0,0	0,0
	Eletricidade, gás e água	–	–	0,0	0,0	0,0	0,0
	Construção	-14,0	-44,4	-9,5	-14,2	-10,3	-12,4
	Serviços	28,3	15,9	7,0	21,0	12,3	8,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	28,8	15,0	10,4	20,2	3,1	5,6
	Outros	0,2	-1,4	0,9	0,0	-1,8	0,0
	Total	20,4	-26,3	1,0	8,6	0,2	-4,4
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	2,3	1,6	0,5	0,4	-0,5	-1,0
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	-10,0	0,1	0,0	0,0
	Serviços	6,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	–	0,0	0,0	–	0,0
	Outros	-1,0	0,0	-0,1	–	–	–
	Total	7,6	1,7	-9,5	0,6	-0,5	-1,0
Moçambique	Indústrias transformadoras	2,6	6,9	7,0	4,0	9,4	7,5
	Eletricidade, gás e água	0,7	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
	Construção	20,4	-13,6	-79,2	-28,1	7,0	-23,2
	Serviços	38,2	112,9	11,9	101,2	64,3	44,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	30,3	108,0	32,1	80,5	61,4	37,2
	Outros	0,2	-49,7	-3,8	-0,3	0,2	0,0
	Total	61,9	57,9	-64,1	76,9	80,9	28,4
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	0,0	0,0
	Eletricidade, gás e água	-1,0	–	–	–	–	0,0
	Construção	-0,7	-4,9	-1,2	3,0	1,7	2,7
	Serviços	0,7	0,6	-0,5	2,2	1,0	0,9
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,4	0,5	-0,3	0,5	1,1	–
	Outros	-2,2	-0,4	0,0	–	–	–
	Total	-3,2	-4,6	-1,7	5,1	2,7	3,6
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	0,0	0,0
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	0,0	–	0,0	–	0,0
	Serviços	8,6	12,1	13,7	16,9	0,5	0,5
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	7,9	11,4	13,4	16,7	0,4	–
	Outros	0,0	0,0	0,2	–	–	–
	Total	8,6	12,1	14,0	16,9	0,6	0,4
Total PALOP e Timor-Leste		252,0	424,5	352,5	426,3	-258,7	74,1

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 82 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

Por setor de atividade económica, em milhões de EUR, valores líquidos

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	Indústrias transformadoras	0,1	2,3	-0,4	0,0	0,9	0,0
	Eletricidade, gás e água	–	0,1	–	–	–	–
	Construção	-0,5	8,7	12,3	16,4	6,5	42,4
	Serviços	25,0	-129,6	181,4	41,9	406,3	81,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	6,5	-152,1	164,1	34,3	397,7	55,3
	Outros	5,3	21,1	10,7	18,3	18,8	5,0
	Total	29,9	-97,4	204,0	76,6	432,5	128,6
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	0,0
	Construção	4,5	1,4	0,4	4,9	3,8	1,3
	Serviços	3,6	3,7	1,3	2,3	0,9	0,6
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,0	0,4	0,2	-0,2	-0,2	-0,2
	Outros	0,2	0,7	0,0	–	–	–
	Total	8,2	5,8	1,7	7,2	4,6	1,9
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	–	–	–	0,0
	Serviços	2,1	–	–	–	–	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	–	–	–	–	–
	Outros	0,4	0,0	0,1	–	–	0,0
	Total	2,6	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Moçambique	Indústrias transformadoras	-1,5	0,0	0,0	0,4	0,7	–
	Eletricidade, gás e água	–	0,0	0,0	0,4	0,7	0,0
	Construção	–	–	–	–	–	–
	Serviços	1,0	-0,1	-0,5	-0,8	0,1	0,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-0,2	–	–	–	–	–
	Outros	-0,1	-0,3	-1,3	-1,1	-0,8	-0,8
	Total	-0,6	-0,5	-1,8	-1,0	0,7	-0,5
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	0,1	-0,1	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	-0,1	-2,2	–	0,0
	Serviços	–	0,0	-0,9	-0,1	–	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	0,0	–	0,1	–	–
	Outros	0,1	-0,5	–	–	–	0,0
	Total	0,1	-0,6	-1,1	-2,3	0,0	0,0
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	–	–	–	-0,9
	Serviços	0,0	2,2	0,0	0,0	–	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,0	2,2	–	–	–	0,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	–	–	–
	Total	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	-0,9
Total PALOP e Timor-Leste		40,3	-90,5	202,9	80,4	437,8	129,2

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 83 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

Em milhões de USD

		Dívida direta ao Estado (1)			Dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (2)			Dívida oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2011	614	–	614	994	–	994	1608	–	1608
	2012	586	–	586	984	–	984	1570	–	1570
	2013	558	–	558	897	–	897	1456	–	1456
	2014	530	–	530	672	–	672	1203	–	1203
	2015	502	–	502	423	3	427	926	3	929
Cabo Verde	2011	154	–	154	202	–	202	355	–	355
	2012	187	–	187	318	–	318	505	–	505
	2013	208	–	208	451	–	451	659	–	659
	2014	181	–	181	494	–	494	675	–	675
	2015	160	1	160	472	–	472	632	1	632
Guiné--Bissau	2011	70	55	125	–	–	–	70	55	125
	2012	70	60	129	–	–	–	70	60	129
	2013	71	66	138	–	–	–	71	66	138
	2014	61	62	123	–	–	–	61	62	123
	2015	53	59	112	–	–	–	53	59	112
Moçambique	2011	383	–	383	680	–	680	1063	–	1063
	2012	376	–	376	803	–	803	1178	–	1178
	2013	367	–	367	878	–	878	1245	–	1245
	2014	355	–	355	775	–	775	1131	–	1131
	2015	341	–	341	699	–	699	1041	–	1041
S. Tomé e Príncipe	2011	35	–	35	29	–	29	64	–	64
	2012	38	–	38	37	–	37	75	–	75
	2013	44	–	44	39	–	39	83	–	83
	2014	43	–	43	35	–	35	78	–	78
	2015	53	–	53	36	–	36	89	–	89
Total dos PALOP	2011	1256	55	1310	1905	–	1905	3161	55	3215
	2012	1256	60	1316	2142	–	2142	3398	60	3458
	2013	1248	66	1315	2265	–	2265	3514	66	3580
	2014	1171	62	1233	1976	–	1976	3147	62	3209
	2015	1110	60	1170	1630	3	1633	2740	63	2803

Fonte: Ministério das Finanças – GPEARI.